UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

LOURIVAL PEREIRA PINTO

Leitura e significados nos fluxos de informação

São Paulo
2009

LOURIVAL PEREIRA PINTO

Leitura e significados nos fluxos de informação

Tese apresentada à Escola de Comunicações
e Artes da Universidade de São Paulo como
exigência parcial para a obtenção do título de
Doutor em Ciência da Informação.

Área de concentração: Cultura e Informação.

Orientação: Profa. Dra.

Anna Maria Marques Cintra

São Paulo

2009

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação

Pinto, Lourival Pereira

Leitura e significados nos fluxos de informação / Lourival Pereira Pinto
; orientador Anna Maria Marques Cintra. São Paulo, 2009.
136 f.

Tese (Doutoramento) – Universidade de São Paulo, 2009.

1. Ciência da Informação 2. Fenomenologia. 3. Leitura 4. Significado
5. Hermenêutica 6. Interconceitualidade 7. Fluxos de Informação I. Cintra,
Anna Maria Marques II. Título

CDD 028

Nome: PINTO, Lourival Pereira

Título: Leitura e significados nos fluxos de informação

Tese apresentada à Escola de
Comunicações e Artes da Universidade de
São Paulo para obtenção do título de
Doutor em Ciência da Informação

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

AGRADECIMENTOS

À Profa. Anna Maria Marques Cintra pela oportunidade, paciência e maravilhosa orientação.

Aos Professores Ênio José da Costa Brito e Johanna Wilhelmina Smit

E aos meus informantes:

Antonio Paulo Benatte

Milton Schwantes

Sandra Sueli Martins Reis

Ivan Russeff

Iris Larissa Gomes

Natalia Cabrera

Milena Billafon

Adailton G. Ferreira

Ana Paula Fernandes

Rayane Pinheiro

Andréia Gonçalves

Eduardo Lazzareschi de Mesquita

RESUMO

PINTO, L. P. **Leitura e significados nos fluxos de informação**. 2009. 136 f. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

Este trabalho parte da hipótese de que a leitura e a produção dos significados são fundamentais para se compreender os fluxos de informação. Diante disso, foi construído um referencial teórico que desse sustentação às argumentações do projeto. O referencial elegeu alguns temas considerados fundamentais para a compreensão e argumentação da hipótese e destacou alguns autores que desenvolveram estudos com esses temas. A partir da hipótese, o objetivo principal do trabalho a se alcançar foi compreender o fluxo de informação sob o ponto de vista das leituras, dos significados e das conexões da Ciência da Informação com outros domínios do conhecimento. Entre a hipótese e o objetivo, o trabalho procurou contribuir para compreender as nuances entre a assimilação da informação e a produção do conhecimento. Sendo assim, foi feita uma organização entre referencial teórico principal e referencial secundário. O referencial teórico é composto de um detalhamento das etapas da evolução do pensamento do trabalho, que se originou na criação das hipóteses e desemboca nas considerações comparativas entre as hipóteses, os objetivos, a pesquisa de campo e os resultados colhidos. O referencial teórico secundário dá apoio ao referencial principal, e os conceitos presentes neles presentes, são mencionado e permeiam todo o trabalho. Os temas principais trabalhados nos referenciais deste projeto foram os seguintes: leitura, informação, os significados e a interdisciplinaridade, o ente e o mundo dos conceitos, a apreensão fenomenológica, a representação das coisas, a interpretação, a interpretação bíblica, a semiótica, o conhecimento e a memória. Os fatores considerados principais para estruturar as hipóteses foram as vivências, as leituras e as interpretações. Assim, foram escolhidos dois objetos de estudo: A Torre de Babel (do livro do Gênesis) e o Círculo do Sentido (de Martin Heidegger), como textos submetidos para leitura,

compreensão e interpretação dos informantes. Após os trabalhos dos informantes e as atividades de análise das interpretações, foi feita uma comparação entre os conceitos presentes nas respostas. A partir daí, foi feita uma demonstração das interdisciplinaridades conceituais que se originaram dos resultados da pesquisa de campo. Em seguida, o texto faz considerações comparativas entre as hipóteses, os objetivos, a pesquisa de campo, e os resultados. Essas considerações recorrem aos referenciais teóricos e traçam uma linha de confirmação entre todas essas instâncias. Os resultados colhidos apontam para interpretações dos leitores baseadas nas suas vivências, uma vez que a assimilação da informação apontou diversos caminhos conceituais para a construção do conhecimento dos leitores, dependendo das suas referências de mundo. O que entrou em jogo nesse processo foi, além da influência das vivências, os contextos da obra e do leitor. Outro resultado colhido foi que a interpretação, como apontava Heidegger, se fundamenta na compreensão. Na ausência da compreensão, um outro jogo de sentidos se instaura, criando um novo texto com seus novos significados. Esses resultados sugerem que a interpretação exige limites para si, e esses limites se amparam nos sentidos e nas intenções de autores, textos e leitores. Esses resultados podem contribuir para as representações documentárias, mostrando que os fluxos de informação são fundamentados nas leituras e nas produções de sentidos e no compartilhamento de significados.

Palavras-chave: Ciência da Informação. Fluxos de Informação. Interconceitualidade. Fenomenologia. Leitura. Significado. Hermenêutica..

.

ABSTRACT

PINTO, L. P. **Leitura e significados nos fluxos de informação**. 2009. 136 f. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

This work is based on the hypothesis that the reading and the production of meanings are fundamental to understand the flows of information. As a result, a theoretical framework was developed in order to support the reasoning of the project. The framework elected some themes considered fundamental to the comprehension and reasoning of the hypothesis, and included some authors who developed studies about those themes. Based on the hypothesis, the main objective was to understand the flow of information from the standpoint of the readings, meanings and connections of Information Science with other domains of knowledge. In-between the hypothesis and the objective, the study tried to contribute to the comprehension of the nuances observed from the assimilation of information to the production of knowledge. Hence, the primary theoretical framework and the secondary framework were organized. The theoretical framework consists of details of the evolution of the reasoning during the work, which stemmed from the creation of hypotheses and led to comparative considerations of the hypotheses, objectives, field research, and results obtained. The secondary theoretical framework supports the primary framework, and the concepts present in both are mentioned throughout the study. The main themes developed in the frameworks of this project were the following: reading, information, meanings and interdisciplinarity, the being and the world of concepts, phenomenological apprehension, representation of things, interpretation, biblical interpretation, semiotics, knowledge, and memory. The main factors considered in order to structure the hypotheses were experiences, readings, and interpretations. Thus, the following two objects of study were chosen: *The Tower of Babylon* (from the Bible's Book of Genesis) and the *Circle of Meaning* (by Martin Heidegger), as texts submitted to informants for

reading, comprehension and interpretation. After the work of the informants and the analysis of the interpretations, the concepts present in the answers were compared. Subsequently, the conceptual interdisciplinarity derived from the results of the field research were demonstrated. Then, the text makes comparative considerations of the hypotheses, the objectives, the field research, and the results. These considerations make use of the theoretical frameworks, and provide confirmation of all the instances. The results obtained point to interpretations by the readers based on their experiences, since the assimilation of information indicated several conceptual paths regarding the construction of the readers knowledge, depending on their references of the world. In addition to the influence of experiences, the contexts of the texts and the readers played an important role in the process. Another result achieved was that the interpretation, as pointed out by Heidegger, is based on the comprehension. In the absence of comprehension, another set of connotations emerges, creating a new text with new meanings. The results suggest that the interpretation requires limits, and such limits depend on the meanings and intentions of authors, texts and readers. And the results may also contribute to documental representations by showing that the flows of information are based on the readings and production of connotations, as well as on the sharing of meanings.

Keywords: Information Science. Flows of Information. Interconceptuality. Phenomenology. Reading. Meaning. Hermeneutics.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO-----	12
Objetivo geral-----	14
Objetivos específicos-----	14
Método: problemas, hipóteses e técnicas-----	15
Justificativa-----	16
Organização dos capítulos-----	19
CAPÍTULO 1: O REFERENCIAL TEÓRICO -----	21
CAPÍTULO 2: A INFORMAÇÃO-----	29
2.1 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO-----	34
2.2 OS PARADIGMAS DA INFORMAÇÃO-----	38
CAPÍTULO 3: A LEITURA E A COMPREENSÃO-----	44
CAPÍTULO 4: OS SIGNIFICADOS-----	49
CAPÍTULO 5: O MUNDO DOS CONCEITOS-----	59
CAPÍTULO 6: A APREENSÃO FENOMENOLÓGICA-----	63
CAPÍTULO 7: PENSAMENTO E LINGUAGEM-----	68
CAPÍTULO 8: A REPRESENTAÇÃO DAS COISAS-----	73
CAPÍTULO 9: A INTERPRETAÇÃO-----	78
CAPÍTULO 10: A MEMÓRIA E O CONHECIMENTO-----	83
CAPÍTULO 11: A PESQUISA-----	88
CONCLUSÕES-----	117
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS-----	130

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. CICLO BÁSICO DE LEITURA-----71

FIGURA 2. QUADRO CONCEITUAL BASEADO EM WERSIG-----121

FIGURA 3. TRIÂNGULO SEMIÓTICO-----127

INTRODUÇÃO

Na bibliografia da Ciência da Informação, há diversos estudos que tratam do processo da cristalização da informação em conhecimento, e da capacidade que ela tem em transformar o indivíduo e o mundo, ao descobrirem a informação que alterará seus estados de conhecimento. Algumas dúvidas surgem ao se tentar analisar esse processo: Como se apresenta tal fenômeno, como se dá o processo, e quais os caminhos que a informação percorre na busca do tal destino final de engendrar o conhecimento, se é que esse é o único destino a ser alcançado.

De alguma maneira, as necessidades ou não da informação, em conjunto com a sua busca e o seu alcance, são fenômenos que vêm ao encontro do mundo do indivíduo que se habilita a interagir com esse processo. Assim, ele sai do seu mundo, ao mesmo tempo em que nele permanece, sendo assim um estar dentro e ao mesmo tempo estar fora, da mesma maneira que as informações vêm ao encontro do seu mundo, mas ao mesmo tempo estando fora, o indivíduo pode interagir com ‘outros mundos’. Embora esse processo não mostre claramente se determinada informação recebida vai, de fato, alterar e/ou transformar a estrutura de conhecimento do sujeito ou do seu mundo, é certo que, de alguma maneira, esse processo existe, e se apresenta nos momentos de perplexidade e busca de informação, e assim, sendo, ela sempre é de alguma forma, recebida.

A recepção da informação pode acontecer sob influência da interação entre membros de um determinado grupo social. De acordo com Blumer (1969) a interação simbólica ocorre no nível cognitivo e no nível social. No nível social, a interação para o conhecimento de mundo acontece em diálogos e leituras de mundos. E no nível cognitivo, a presença da interação se dá num universo de reflexões e conhecimentos prévios. Cintra (2004, p. 2), ao analisar essa questão durante o ato de leitura diz que os conhecimentos prévios são os ‘os conhecimentos armazenados na memória de longo prazo ou médio prazo do leitor’. Tais conhecimentos são resultados de diversas leituras que o sujeito faz do mundo ao longo da sua vida. São leituras de textos, imagens, sons e percepções. A partir desse ganho de consciência, o sujeito interage com seu mundo, num processo contínuo de leitura, interação, produção de sentidos, aquisição da informação, construção do conhecimento e disseminação das novas informações.

A leitura vai além da simples compreensão da ortografia, da sintaxe e da morfologia. Conforme escreveu Widdowson (1984), a leitura acontece na construção dos sentidos e na interação do texto com o leitor, num processo que ultrapassa as noções gramaticais da língua. Analisando as metáforas da leitura, Manguel (1997) cita trechos do poeta estadunidense Walt Whitman (1819-1892), ao afirmar que nossa tarefa é ler o mundo como uma fonte de conhecimento para os homens. As metáforas da leitura, então, podem fazer compreender as fontes de informação que estão presentes nos mais variados e inesperados meios de comunicação. E apoiada nos conhecimentos prévios do sujeito-leitor e nas suas interações sociais, que também podem ser consideradas leituras, as variadas leituras empreendidas são baseadas em significados construídos para a produção de sentidos e compreensão do leitor.

O que pode ou não fazer sentido para o leitor é toda essa carga de conhecimentos e significados adquiridos ao longo de sua existência como leitor e como indivíduo que interage. Essa produção de sentidos não acontece pontualmente e se desgasta em um período de tempo. Tais significados são sedimentados ao longo dessa busca de informação/leituras e construção de conhecimentos. E esse processo só é possível por meio de constantes interações sócio-cognitivas. Capurro (2004) adverte que a busca por informação não deve ser pensada num nível apenas cognitivo e físico. Uma busca estabelecida com finalidade imediata preenche apenas provisoriamente a lacuna do conhecimento. Se não acontecer uma interação sedimentada numa visão, ao mesmo tempo, social e cognitiva, a lacuna pode retornar para o estado de conhecimento do leitor.

Ao adquirir uma informação para seu conhecimento, o leitor estabelece consigo mesmo uma possibilidade de, a partir desse conhecimento, disseminar informações. Outros leitores, então, poderão interagir com o novo discurso desse leitor, que, num processo interativo e construcionista, se torna leitor e produtor de informações. O sistema permite então a construção de novos papéis e a produção de conhecimentos. Nesse ponto, a questão se torna social, porque tem a capacidade de transformar leitores em produtores, e assim possibilitar alterações em pequenos núcleos da sociedade.

Baseado nessa abordagem, este trabalho busca encontrar intersecções conceituais nos processos de leitura e representação, e assim repensar questões de leituras, significados e fluxos da informação. Tais intersecções, fundamentais para ocorrer interconceitualidades, são conectivos que veiculam e articulam o conhecimento de diversas disciplinas. Considerada uma ciência interdisciplinar, a Ciência da

Informação dialoga com diversas outras áreas. Nesse sentido, ela pode ser considerada interconceitual, pelo fato de organizar a informação de vários outros domínios, e interdisciplinar, pelo fato de, em seu aporte teórico, se servir de conhecimentos de outras áreas, tais como a ciência cognitiva, a psicologia social, a matemática, a sociologia, entre outros.

Nessa articulação, a Ciência da Informação procura compreender e auxiliar o sujeito na busca e na recuperação da informação. No sentido de repensar essas questões e contribuir para uma reflexão na área de Ciência da Informação, este trabalho parte de alguns princípios construídos a partir de observações e reflexões prévias. Assim, a partir de uma hipótese principal, estabelecemos uma metodologia de pesquisa que busque validar a hipótese. Como este trabalho se ancora em leituras e interpretações, estabelecemos, a princípio, dois objetos de estudos, que serão destacados no capítulo 11. O primeiro objeto de estudo escolhido é o texto da *Torre de Babel*, extraído do *Gênesis*, e o segundo objeto de estudo escolhido foi *O Círculo do Sentido* de Heidegger, extraído da obra *Ser e Tempo*. Ambos os textos constam nas referências bibliográficas e serão submetidos aos informantes para leitura, compreensão e interpretação.

Esclarecemos que o segundo objeto de estudo será utilizado para apoiar, comprovar e reforçar as respostas colhidas no primeiro objeto de estudo, assim como para comprovar a questão dos limites da interpretação.

Elaboramos alguns pontos de partida para tornar este trabalho viável. Esses pontos de partida são os objetivos, os problemas, as hipóteses, a justificativa, e a organização dos capítulos, que são demonstrados a seguir:

Objetivo geral

Investigar o fluxo de informação sob o ponto de vista das leituras, dos significados e das conexões conceituais.

Objetivos específicos:

1. Analisar o processo de produção e consumo de informação com base em leituras.
2. Estabelecer uma associação das leituras com os significados, a partir dos conhecimentos prévios dos sujeitos-leitores.

3. Mostrar que a construção de conhecimentos pode ocorrer nos sistemas de informação e em ambientes colaborativos, e que essa construção se articula para promover colaborações conceituais com outros domínios do conhecimento.

Método: *Problemas, Hipóteses e Técnicas*

O problema vivenciado e que ora se apresenta aqui se refere a como a informação se cristaliza em conhecimento a partir de leituras. A pergunta é: como os sujeitos se comportam durante o ato de leitura e qual a razão desses comportamentos específicos? Como essas leituras se transformam em conceitos fundamentais (ou não) para a troca de experiências e vivências num determinado contexto de transferência de informação? Entendemos que os leitores são sujeitos que podem produzir e consumir informação, e que esse fenômeno que se apresenta de maneira pertinente se desdobra em fluxos contínuos. No primeiro sentido, o sujeito lê e interpreta o seu mundo por meio de conhecimentos prévios, e tem a capacidade analítico-sintética de refletir e agir sobre uma determinada necessidade. Na sequência do fluxo, um segundo leitor pode se apropriar dessa nova interpretação e recriar uma leitura com base nas suas vivências de mundo. O ciclo se completa, mas não se esgota na consciência de que algum leitor produziu o primeiro texto e que para conseguir essa produção se apropriou de um outro texto durante um ato de leitura. Assim, segue uma espiral de escritas e leituras que abastecem o fluxo contínuo de informação. A esse propósito Tálamo (2004), escreveu:

Constituem estratégias, sejam táticas ou rotineiras que o sujeito lança mão para, a partir de um conjunto de informações/observações, chegar a outro conjunto de informações fundamentado no primeiro, comumente designado conhecimento, propiciando o movimento contínuo entre eles, ou mais exatamente, a troca entre a subjetividade e o ambiente externo (p.2).

Assim, as questões se levantam justamente para serem analisadas como problemáticas passíveis de serem compreendidas. A partir da vivência dessas questões,

são estabelecidas as hipóteses que, por sua vez, têm a possibilidade de serem experimentadas para a resolução ou não dos problemas apresentados.

A primeira hipótese, ou hipótese principal, é referente à configuração genérica da problemática, a saber: *Leitura e interpretação são fundamentais para a construção de significados*. De forma natural, outras hipóteses se fazem necessárias e pertinentes para complementar a hipótese preliminar. Necessárias no sentido de se atender às exigências da problemática, e assim formarem uma base para se alcançar os objetivos propostos. Poderia aqui se destacar então as chamadas hipóteses secundárias:

1. Os juízos que permeiam as leituras geram associações conceituais, que se estabelecem e se ramificam em diferentes redes de domínios.
2. Só é possível produzir os fluxos e círculos de informação por meio de escritas e leituras textuais.

A metodologia a ser utilizada procura se adequar aos objetivos propostos. A partir dos problemas levantados, e das hipóteses enunciadas, o método organiza as maneiras de se alcançarem os objetivos. Assim, as técnicas demonstradas a seguir serão utilizadas como ferramentas a serviço da metodologia e procurarão ser funcionais na busca pela coerência da metodologia.

Para comprovação das hipóteses, os estudos sobre o referencial teórico serão divididos em sete grandes áreas, conforme a disposição dos capítulos: **Leitura e interpretação, fluxos de informação, significados, recepção da informação, fenomenologia, uso da linguagem, e representação.**

Justificativa

Como a informação se cristaliza em conhecimento? Quais são os meandros desse processo? Esta tese busca responder a estas questões. Os questionamentos e hipóteses fazem parte do ponto de vista do autor. Possivelmente outras respostas poderão atender a essas perguntas, mas, já vislumbrando as hipóteses, o título se declara: 'Leitura e significados nos fluxos de informação'. Explicando os componentes

do título, pode-se justificar a razão do tema da tese. Em primeiro lugar, devemos analisar cada um desses componentes, antes de se chegar a uma explicação final. O termo leitura aqui deve ser compreendido como atrelado ao conceito de interpretação. Assim como o deus grego Hermes era o mensageiro ou intérprete da vontade dos deuses, o ato de ler uma mensagem é simultâneo ao ato de interpretar uma vontade. Esse ato é inerente ao modo de representação de mundo (Schopenhauer, 2003), e leva em consideração o seu próprio mundo representado. É o mundo entre parênteses da consciência (Husserl, 1996), que leva em conta o que é visado por ela, não existindo o mundo real, mas o mundo visto pela consciência. Assim, não há diferenciação entre o mundo real e o imaginário, mas a supressão de um mundo considerado real, no qual o sujeito leva consigo seus mapas conceituais, e esses conceitos se fundam na interpretação / compreensão (Heidegger 2004) dos referentes.

Em dissertação apresentada à Escola de Comunicações e Artes da USP, em 2005, o autor, ao estudar o Paradigma Social e a Representação Documentária, deu uma importância maior às comunidades ideológicas. Desta vez, o direcionamento muda sensivelmente de foco, e o peso maior para a comprovação das hipóteses pode estar numa visão mais centrada no texto, nas leituras e nos informantes. Como avaliar o conhecimento prévio? Há algumas possibilidades, e a maneira utilizada neste trabalho é a de estabelecer vínculos do texto com os universos do domínio do informante.

Esclarecemos que a leitura aqui pensada é sempre relacionada à produção de textos. É uma leitura autoral, direcionada à produção de significados para uma possível construção de conhecimentos.

Percebemos, atualmente, o crescente número de estudos dedicados à interdisciplinaridade da Ciência da Informação, causados, principalmente, pela dificuldade em situar os limites dos domínios do conhecimento. Essa preocupação é um dos sintomas da sociedade pós-moderna do conhecimento, que busca novas conexões e possibilidades na pesquisa por informação e na gestão do conhecimento.

Uma dessas possibilidades foi levantada por Tognolli (2008), que, citando Leonardo Vinci, discute as relações entre o pensamento sistêmico e o cartesiano. O pensamento cartesiano, mecanicista, estabelece rigidamente as separações entre os domínios do conhecimento. Em contraposição a esse pensamento, a visão sistêmica olha a sociedade de maneira ampla, com suas conexões e complexidades que se entrecruzam, e se articulam em redes de conhecimento.

Assim, as condições para a interdisciplinaridade, que se estabelecem por meio de diversos fatores, podem acontecer em associações conceituais de domínios do conhecimento. Tais associações se dão em transmissões de informações através de termos ou expressões comuns a uma comunidade, e que representam conceitos. A compreensão dos conceitos, idealizados a partir da significação, podem ser vinculados a interpretações/interações de sujeitos/leitores no interior de comunidades.

Este trabalho procura, dentro de um referencial teórico, refletir sobre a questão da leitura, da interação, da interdisciplinaridade, dos significados e dos fluxos de informação.

Estabelecer as relações entre esses fatores parece ser fundamental para a atualidade da Ciência da Informação, no sentido de situá-la no contexto das novas tecnologias e linguagens, trabalhando com conceitos nas relações entre leituras e escritas, e suas significações em linguagens documentárias, como classificações, tesouros, ontologias, taxonomias, e em recentes maneiras de se trabalhar com conceitos, como autoaplicações de tags, folksonomias e até numa possível Web Semântica¹.

Esse processo tenta, assim, reforçar o papel da Ciência da Informação no contexto da ciência pós-moderna, assim entendida pela sua natureza interdisciplinar, superando o modelo de racionalidade cartesiana, dominante desde o século XVII.

Percebe-se, na atualidade, uma ‘angústia’ que se apodera nos estudos em Ciência da Informação, no sentido de tentar compreender uma nova dinâmica nos fluxos de informação. Nova dinâmica esta que faz com que as buscas de pesquisa migrem, aos poucos, de acervos impressos para ambientes colaborativos na Web. Essa visão angustiante entende que novos modos de produção de informação perpassam as novas dinâmicas entre emissor e receptor da informação.

No cenário ‘tradicional’, o processamento técnico é pensado e implementado pelos bibliotecários e documentalistas, ou seja, pelos mediadores da informação. Estes profissionais mediam a produção e o consumo de informação por meio de construção de linguagens que sejam compreendidas pelos produtores e consumidores. Não cabe detalhar aqui as minúcias destas construções, e nem fazer uma crítica ao processo, ainda mais que esse processo ainda acontece nos meios biblioteconômicos, e atendem à mediação com uma certa eficiência.

No ‘novo’ cenário, os valores se alteram, e confundem-se, pela ótica tradicionalista, emissores, receptores e informação. Nos ambientes colaborativos da Web 2.0, o receptor pode, em certo sentido, construir uma ‘indexação’(aplicação de

tags), e participa, mesmo que inconscientemente, das mediações entre produção e consumo de informação.

Nota

1 Folksonomias são construções conceituais feitas a partir da linguagem comum das pessoas (folks). São construídas a partir de tags (palavras-chave) assinaladas por pessoas que visitam determinados sites. Servem como recursos para a recuperação dos conteúdos dos sites. (N. do A.). A Web semântica será uma extensão da Web atual (que é chamada de Web Sintática), e apresentará uma estrutura que possibilite a compreensão e o gerenciamento dos conteúdos armazenados na Web, a partir da valoração semântica desses conteúdos. (Pickler, 2007).

Organização dos capítulos

A seguir, descrevemos a estrutura dos capítulos da tese e justificamos a razão da sequência dos componentes dentro da estrutura:

O primeiro capítulo é dedicado ao referencial teórico. São referenciados os textos considerados fundamentais para a fundamentação da tese. O referencial é dividido em duas partes: a primeira parte trata do referencial principal, que é composto dos textos analisados com mais profundidade e que são considerados os textos fundamentais para a justificação e referência temática. A segunda parte é composta por textos que corroboram o referencial teórico principal e que se articulam entre os capítulos, fazendo uma espécie de ‘costura’ do pensamento geral.

O segundo capítulo apresenta os conceitos de informação e um pouco do histórico da Ciência da Informação. Consideramos importante esse capítulo por se tratar do domínio e do conceito onde as hipóteses da tese se localizam. O terceiro capítulo apresenta a leitura, seus conceitos e as suas relações com a compreensão, com base nas intencionalidades de autor, obra e leitor. Também é uma primeira abordagem de leitura e interpretação, e que será aprofundada no capítulo nove. No quarto capítulo o tema principal são os significados que são construídos a partir de interações sócio-cognitivas. As questões tratadas neste capítulo dizem respeito ao processo de significação e de interconceitualidade, que são os conceitos que tecem uma rede que alcança e relaciona

vários domínios, ou no sentido de um texto que, depois de lido e interpretado, alcança outros domínios, criando uma rede conceitual. No quinto capítulo analisamos as idéias de Heidegger com relação ao ente que vai ao encontro de um mundo de conceitos, estabelecendo a compreensão como chave primordial para a interpretação. No sexto capítulo, e complementando as idéias de Heidegger, buscamos em Husserl a compreensão do fenômeno de apreensão da consciência do ‘mundo entre parênteses’, de maneira que o que é real é o que é visto pela consciência. No sétimo capítulo, referenciamos Wittgenstein para elucidar a relação entre pensamento e linguagem no que se refere à linguagem e o seu uso. As idéias de Wittgenstein são compreendidas para se entender a formulação de conceitos e de expressões para comunicar esses conceitos, após uma interpretação. Esse uso da linguagem seria uma espécie de contraponto ao sistema formal de recuperação da informação, e pode ser útil para a compreensão do uso da informação em ambientes colaborativos. No oitavo capítulo, tentamos compreender o conceito de representação baseando-se nas afirmações de Foucault. Entendemos que a representação permeia todo o processo de leitura, significação, interpretação e comunicação, porque os conceitos que são formulados em todo esse processo são representados por signos. O nono capítulo é dedicado à obra de Umberto Eco, principalmente no que se refere aos processos de leitura e interpretação, aprofundando assim as questões levantadas no terceiro capítulo. O décimo capítulo procura trazer à tona os conceitos de memória e conhecimento. Memória no sentido de memórias tácitas do leitor-sujeito, ou memórias subterrâneas, aquelas que são redescobertas pela consciência após a apresentação de um fenômeno. Também aqui são descritos alguns conceitos de conhecimento, e apresentamos uma relação da memória com o conhecimento tácito, ou seja, tudo aquilo que está na consciência ou na inconsciência do sujeito-leitor, mas que não é compartilhado. Entendemos que só é possível compartilhar conhecimento quando este se formaliza em informação, e procuraremos mostrar em nossa pesquisa de campo que aquilo que é compreendido pelo sujeito-leitor só se torna informação quando é escrito e formalizado, porque passa a ser passível de ser compartilhado. No décimo-primeiro capítulo apresentamos a pesquisa de campo e as justificativas preliminares para a sua aplicação. E também descrevemos os objetos de estudo, suas aplicações, as respostas dos informantes, e as análises das respostas. Em conclusões nós interligamos as hipóteses, o referencial teórico, a pesquisa de campo e os resultados e a formalização desses resultados.

CAPÍTULO 1: O REFERENCIAL TEÓRICO

Precisamos compreender os diversos meandros do processo informação/significação/conhecimento. Assim, alguns textos foram escolhidos por serem considerados fundamentais para a compreensão deste universo, e que serão os componentes principais do referencial teórico. Buscamos estabelecer uma delimitação de textos que melhor representasse as escolhas e as combinações possíveis para se construir a teoria que melhor fundamentasse a tese. Os textos principais são: 1. *Ser e Tempo de Martin Heidegger (2004)*, por tratar do sentido do ser no tocante à compreensão e à interpretação do ente. Assim, tentarão ser esclarecidas as questões pertinentes ao mundo de conceitos e à recepção fenomenológica dos conceitos pelos entes. 2. *Investigação lógica, sexta investigação (elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento)*, de Edmund Husserl (1996), que esclarece a recepção da informação num dado momento pelo indivíduo. O mundo apreendido pelo indivíduo por meio da sua consciência, é um mundo ‘reduzido’, num processo de verdade ‘validada’ pela sua própria consciência. 3. *Investigações filosóficas, de Ludwig Wittgenstein (2008)* que procura esclarecer que a linguagem só é possível existir por meio do seu uso. Entendemos que o indivíduo só busca as informações por meio da linguagem, e que estas informações se tornam conhecimento sob o seu uso, num processo de pensamento-linguagem, onde só é possível nomear aquilo que pensamos e que a linguagem poder ser o veículo do pensamento. 4. *As palavras e as coisas*, de Michel Foucault (1999) que esclarece o conceito de representação, o que para nós é um conceito fundamental para se entender neste contexto, no que se refere, principalmente, à nomeação das coisas pelas palavras. 5. *Os limites da interpretação, de Umberto Eco (1995)*, obra que se preocupa com as questões relacionadas à leitura e à interpretação, questões estas que consideramos importantes compreender no universo de recepção, uso e disseminação da informação.

Alguns outros textos foram classificados, para o desenvolvimento da tese, de secundários. Esses textos, úteis ao trabalho, serão mencionado ao longo do texto, de acordo com a necessidade que houver de serem citados para a fundamentação da tese. A seguir, relacionamos esses autores/textos e suas relações com a tese.

No caso específico de leitura, alguns autores foram fundamentais para se pensar e argumentar sobre as interações da leitura e, obviamente, sobre a ligação entre autor, texto e leitor. Segundo H. G. Widdowson os significados da comunicação não podem estar restritos às regras da linguagem, mas, também, às interações e comunicações dos falantes, escritores e leitores (Widdowson, 1984). A semântica ocorre na comunicação entre os falantes dependendo dos contextos sócio-culturais em que estão inseridos. Essa teoria se estende também ao ensino de línguas e análise de discursos (Widdowson, 2007). Cintra (2004) faz comentários sobre as condições de produção da leitura, e algumas abordagens teóricas, traçando a harmonia entre os conceitos de leitura, interação e construção de sentidos. Véron (1980) reflete sobre a produção do sentido no universo da semiose, discorrendo sobre sentidos, signos e representação.

Em relação aos conceitos de fluxos de informação, as teorias em sócio-cognição são consideradas as mais indicadas por inserir o sujeito e usuário nos contextos informacionais. Wersig (1993) e Belkin (1978) analisaram os fluxos informacionais sob a ótica da cognição situada, que observa os consumidores de informação dentro de uma perspectiva quântica, num dado universo, num tempo e espaço específico, a situação final que eles se encontram no momento quase exato do evento. Digo exato porque, como veremos adiante, a exatidão é ela em si, um termo inexistente em qualquer campo de conhecimento onde se pressupõe sempre a possível ambigüidade. Wersig (op. cit.) em seu artigo '*the study of postmodern knowledge usage*', descreve a mudança do papel do conhecimento, observada em quatro dimensões: tecnologia da comunicação, tecnologia da observação, tecnologia da apresentação e tecnologia da informação, e afirma que informação é conhecimento para a ação, e que a Ciência da Informação é uma ciência pós-moderna.

Outros autores fundamentais para essa discussão são Ingwersen (1992), que estudou a abordagem cognitiva da Ciência da Informação, e Capurro & Hjørland (2007) e Capurro (2004), que consideram que somente um paradigma social leva em consideração a hermenêutica de usuários. Brookes (1977) e Shannon & Weaver (1949) também são sugeridos, por terem iniciados os estudos em comunicação. Brookes elaborou a expressão que representa a transmissão da comunicação, e cuja expressão foi apropriada pela Ciência da Informação em contextos de aquisição de informação. Nesse ponto de vista, a informação adquirida transforma o estado de conhecimento do sujeito. Já Shannon & Weaver estudaram e apresentaram o modelo de comunicação, que aborda o fluxo de informação em seis elementos: fonte, codificador, mensagens, canal,

decodificador e receptor. Já neste trabalho, os autores defendem o postulado de que informação não pode ser confundida com significado, porque, de fato, duas mensagens podem conter significados diferentes, ou discordantes entre si, e, do ponto de vista da comunicação, são de fato duas informações que se apresentam nesse modelo. Ambas as teorias foram apropriadas pela Ciência da Informação, e posteriormente foram classificadas como base para a formulação dos paradigmas cognitivo (Brookes) e físico (Shannon & Weaver) da informação. Dretske (1981) estabeleceu uma teoria da informação, que defende que os documentos podem não conter informação, mas possuem conteúdo semântico e significado, fazendo um percurso que relaciona diretamente fluxo de informação e conhecimento. Cole (1994) retoma a expressão de Brookes, analisando a modificação da estrutura do conhecimento em psicologia cognitiva. Sua análise crítica esbarra no paradigma cognitivo, operando a noção de informação como uma construção subjetiva.

Alguns autores estudaram o conceito de situação em informação. Cool (2001), em revisão da literatura sobre o conceito de situação, mostra que situações ocorrem no universo de contextos, e que a recepção da informação ocorre numa determinada e específica situação. Ela é vista sob uma perspectiva sócio-cognitiva, porque acontece por meio de interações sociais e influencia o modo cognitivo do sujeito. Nassif et al (2007), em discussão a respeito do comportamento do usuário, levanta também questões acerca do conceito de cognição situada. Widdowson (2007) adverte que o contexto não é um fator externo, mas uma seleção de coisas representadas pela mente, e que uma situação pode ser contextualmente relevante. De fato, eventos acontecidos podem não ter nenhuma relação com o contexto em que ocorrem. A situação acontece ali, mas se isola dali porque não se relaciona com o espaço, e sim com a perspectiva sócio-cognitiva dos atores envolvidos.

Nascimento e Marteleto (2004) ao analisarem a construção da informação segundo a teoria social de Pierre Bordieu entendem-na como um elemento inserido em dimensões sociais e culturais, destacando uma possibilidade de se pensar a Ciência da Informação como uma ciência social. Ainda no campo das ciências sociais, Berger & Luckmann (1985) destacam que a identidade é formada por processos sociais, e as sociedades têm histórias no curso das quais emergem particulares identidades. Araújo (2003) discute a inserção da Ciência da Informação no campo das ciências sociais e a sua natureza como uma ciência pós-moderna.

Alguns outros textos foram selecionados para compor o referencial teórico deste trabalho, e que são diretamente relacionados à análise documentária, à terminologia, e ao conceito de significado. Cintra et al (2002) constroem um pequeno manual para se compreender o mecanismo das linguagens documentárias. Lara (2001), discute as semelhanças e diferenças que caracterizam, de um lado, o processo de conhecimento, e de outro, a construção da informação documentária, quer no processo de análise dos textos, quer na construção de linguagens intermediárias de representação da informação. Dodebei (2002) trata da construção do tesauro, a linguagem documentária que estabelece o controle do vocabulário e associações e relações entre termos e conceitos de uma determinada área de especialidade. Pickler (2007) avança em relação às novas tecnologias de informação aplicadas à Ciência da Informação, ao tratar das ontologias¹ como ferramentas de representação do conhecimento.

Ainda se tratando de fluxos de informação, Barreto (1999, 2005), destaca a passagem da informação da mente do autor para uma inscrição. O destaque aqui fica por conta da reafirmação da informação como instrumento modificador da consciência do homem. Por ser esta uma tese que trabalhará com a questão da terminologia, o texto usado como referencial nesta área é o de Tálamo (2001), que analisa as relações entre terminologia e documentação.

No campo da interdisciplinaridade, quatro textos foram selecionados para compor o referencial nesse campo que é um tanto complexo. Tratada como um diálogo entre domínios afins, a interdisciplinaridade trata da conexão num conjunto de várias disciplinas, criando intersecções, que são os territórios da hibridação de novos conhecimentos. Cintra (2007), aponta a Ciência da Informação como um campo em formação, e afirma que a interdisciplinaridade “busca uma reação entre conhecimentos que leve ao entendimento, daí a importância da linguagem, veículo primacial para o diálogo”(p. 4). Mendonça (2000), faz uma análise da intersecção entre a lingüística e a ciência da informação. Saracevic (1995), avalia a evolução das relações interdisciplinares no que concerne a quatro áreas: biblioteconomia, ciência da computação, ciência cognitiva e comunicação. Lima (2003) em estudo sobre as interfaces entre a Ciência da Informação e a Ciência Cognitiva, mostra a contribuição desta ciência com o processo de representação e posterior recuperação da informação.

Lévy (1996), falando sobre a virtualização, sugere o trívio dos seres, que são a gramática, a dialética e a retórica. A gramática representa os signos da comunicação, a dialética inicia a virtualização porque parte para argumentação entre os seres, como

forma de re-conhecimento de mundos. A retórica representa a criação, as janelas de saída para o inovador, para novas propostas de conexões de informações para gerar novos conhecimentos.

Como um dos objetos deste trabalho foi retirado das Bíblia (livro de Gênesis), concluímos que é pertinente refletir sobre a questão da hermenêutica (interpretação bíblica). De acordo com Eicher (1993), embora a hermenêutica tenha, por um lado, passado por um contraponto entre as tradições confessionais e as heranças do iluminismo, e por outro lado também na polêmica com os questionamentos crítico-ideológicos da teoria crítica e do racionalismo crítico, é nas comunidades cristãs que ela tenha se reafirmado como proposta.

Isso ocorre desde as confrontações entre a transmissão oral dos evangelhos e a sua relação com a formação do cânone². Assim, a história da Igreja, desde sempre, é a história da interpretação da Escritura (Eicher, 1993). A hermenêutica ganha uma nova faceta com o advento das idéias de Lutero, que rejeita a multiplicidade de sentidos das Escrituras (Eicher, op. cit.), afastando-se assim do princípio católico da tradição hermenêutica. Ainda segundo o mesmo autor, O Concílio de Trento (1546) “fortalece o princípio da tradição afirmando a competência de interpretar da Igreja” (p. 336).

Um ano antes do Concílio, Lutero havia concluído a tradução bíblica que motivou a Reforma, criando uma espécie de ‘rompimento hermenêutico com a Igreja’. As idéias de Lutero incluíam a tradição da *Sola Scriptura*, ou seja, as tradições da Igreja deviam se basear unicamente nas Escrituras como afirmação de fé. A proposta de Lutero buscava um único sentido para se ler as Escrituras, rejeitando interpretações não fundamentadas unicamente na visão das Escrituras. Dessa maneira, ele tentava estabelecer um princípio de verdade baseado numa interpretação teológica especial, onde o intérprete deveria rejeitar a hermenêutica da Igreja e compreender as Escrituras de uma maneira ‘especial e única’.

Essa relação entre os sentidos da Igreja, os sentidos do intérprete leigo, e os sentidos ‘independentes’ de outras leituras, é uma polêmica fundamental para se entender as questões relacionadas às leituras bíblicas, suas interpretações e as cisões ideológicas da Igreja. Não pretendemos entrar em detalhes eclesiais, mas apenas discorrer sobre uma arqueologia da leitura e da hermenêutica, que tem seu ponto forte na teologia.

Segundo Coreth (1973), no século XIX surge a tradição histórico-crítica de interpretação da Bíblia, que elimina toda tradição sobrenatural, e toda revelação divina

historicamente acontecida e contida nas Escrituras. Como exemplo de um dos pontos, essa tradição ressalta o Jesus histórico em detrimento do Jesus divino. E no final do século XIX e início do século XX, segundo o autor ergue-se

o protesto do movimento hermenêutico, que surge da oposição contra o predomínio exclusivo da escola histórico-crítica, a saber, da idéia de que nessa consideração e investigação da Escritura não há dúvida de que se fez algum trabalho valioso, esclarecendo-se muita coisa pelo contexto histórico, mas que não se alcança e muito menos se entende o que é precisamente próprio, isto é, o sentido da Escritura, aquilo que foi propriamente pensado e expresso. (p. 9).

Talvez a dificuldade dos diversos defensores das correntes hermenêuticas tenha sido justamente o ponto levando por Coreth quando diz: ‘aquilo que foi propriamente pensado e expresso’. Retomamos aqui a questão relacionada às três intenções. Então a indagação que se faz é: qual a intenção da obra? Pode haver realmente um sentido único na leitura da Bíblia? Não respondemos por ora, apenas ressaltamos que aqui não nos cabe defender essa ou aquela tradição, mas apenas estamos nos situando na história para compreender a questão da hermenêutica na Bíblia. A comprovação poderá se dar nas respostas à pesquisa de campo.

Conforme Coreth, surge, em um contexto filosófico, pela primeira vez, o problema do conceito e da questão hermenêutica em Friedrich Schleiermacher³. Para ele, a hermenêutica é a arte da compreensão, ou mais exatamente

Uma arte que, como tal, não visa o saber teórico, mas sim o uso prático, isto é, a práxis ou a técnica da boa interpretação de um texto falado ou escrito. Trata-se aí da compreensão, que se tornou desde então o conceito básico e a finalidade fundamental de toda questão hermenêutica (p. 19).

Para Schleiermacher, a interpretação deveria levar em consideração uma reconstrução histórica de um texto lido, tentando ‘descobrir’ as intenções do autor,

partindo daí para uma compreensão com bases sólidas e conhecidas. Essa prática então circundaria o conhecimento das intenções e aconteceria numa prática de compreensão, assim como proposto por Heidegger e Husserl, quando a compreensão daquilo que faz sentido se dá no ser, ou, a compreensão de um conteúdo individual aparece condicionada por uma totalidade apreendida ou pressuposta. Nesse contexto, existe a problemática de apreensão ou pressuposição pela consciência, e retornamos, de maneira circular, ao fenômeno que poderia ser perguntado assim: houve a compreensão a ou não-compreensão?

A esse respeito, Croatto (1985) argumenta, em linhas gerais, que a apropriação de sentidos, pretensiva pela totalidade como é, nunca o é na realidade. Se há muitas interpretações de um mesmo texto, todas partem do mesmo texto, e então deve haver alguma forma de convergência. As leituras se comunicam subterraneamente. Isso faz com que a divisão que, para ser tal, deve gerar-se em algo comum, conserve sempre um fator de reunião.

Podemos então, a princípio, argumentar que as leituras e interpretações das Escrituras podem se dar em diferentes produções de sentidos, dependendo da maneira como um texto é apreendido pela consciência, apreensão esta que se dá num contexto de sentidos, onde se situa a consciência, localizada num mundo anteprojado e antecompreendido, visualizado numa situação espacial e temporal, onde a consciência é, e onde e quando se abre a compreensão ou a pressuposição para o ser, num jogo de sentidos.

Notas

1 Ontologias são ferramentas utilizadas para a classificação e compreensão de um dado mundo de conceitos. São ferramentas potenciais de serem utilizadas numa possível Web Semântica. Aqui elas são mencionadas, mas não serão estudadas. (N. do A.)

2 Cânone vem da palavra grega kanon, que quer dizer ‘regra’, ‘medida’, ‘norma’. Os vinte e sete livros do Novo Testamento foram escritos num período de mais ou menos cinquenta anos, mas demorou bastante tempo até que houvesse um acordo geral sobre quais livros mereciam confiança e seriam a norma de fé e a conduta para os seguidores de Cristo. (cfe. Bíblia de Estudo Nova Tradução na Linguagem de Hoje, 2005). (N. do A.).

3 Para essa questão, Coreth cita Fr. Scheleiermacher, Hermeneutik, obras 1/7. (N. do A.).

CAPÍTULO 2: A INFORMAÇÃO

Analiseemos, por ora, como produzimos sentidos ao dialogar com o conceito de informação, relacionado ao sentido restrito do termo. Mais à frente, falaremos sobre significados, tanto de sentido como do próprio significado. De acordo com Coreth (1973), sentido é a compreensão de um dado enunciado, e a produção desse sentido pode acontecer em diferentes níveis. Capurro & Hjørland (2007) ao resgatarem as raízes latinas e origens gregas do conceito de informação, citam Cícero, para quem a informação era a representação dos deuses ou das nossas almas antes de qualquer existência. Na modernidade, vemos Bacon (1973), que, numa crítica à predominância dos sentidos sobre o intelecto, diz que o conceito de informação está mudando do mundo amplo para a mente humana e os sentidos, e da ordem intelectual para os impulsos sensoriais. Assim, o caminho de uma compreensão de informação avança do contexto natural para o sensorial. Se antes a informação podia ser concebida como algo biológico, naturalista, hoje ela se encaminha para os sentidos, que são motivados pela pré-compreensão e pela vivência de mundo(s). Cintra (2004) diz que ao ler um texto, “o leitor participa de uma construção de sentidos que é feita a partir de seu conhecimento de mundo”.

É nessa linha de pensamento que pode caminhar a Ciência da Informação, pensando a informação como uma hermenêutica de grupos, uma interpretação motivada pela interação do sujeito consigo mesmo, de acordo com seus conhecimentos prévios, e pelas interações com seus mundos (Blumer, 1969). Além do avanço em relação à causalidade redundante do naturalismo, essa visão revê o contexto informacional como um fenômeno como passado, presente e devir. E se diferencia de uma visão física, teorizada por Shannon em 1948, na qual a transmissão de informação é um processo que existe num período de tempo finito, ignorando antecedentes históricos. Assim como se vê com certa restrição a apropriação da teoria matemática de Weaver, com a finalidade de pensar o fluxo de informação (Capurro & Hjørland, 2007). Ainda falando em sentidos, tomemos como exemplo um enunciado amorfológico, que seja igual a xtyuhrttbsj. Para um leitor comum, tal enunciado não pode ser compreendido, o que

significa que para ele, nessa transmissão de informação, não ocorre a produção de sentido. Esse enunciado pertence, em última análise, a um extra-mundo inatingível em sua compreensão de linguagem. Basta lembrarmos Wittgenstein (2008), para quem a linguagem e o pensamento são entidades unas. Segundo ele, “somente dentro de uma linguagem posso ter em mente algo como algo” (p. 35). O que não se pode pensar, não se pode nomear; a existencialidade de uma linguagem só é possível com a existencialidade do pensamento. Esse hipotético extra-mundo é um mundo ausente de compreensões prévias e de sentidos, porque está desprovido de indivíduos com capacidade de pensamento, portanto incapazes de decifrar esse enunciado. A princípio, é um mundo onde não há existencialidade, nem de pensamento e nem de linguagem. Podemos deduzir, nesse exemplo, que o significante que representa o enunciado, não oferece significado. De outra maneira, quando para um falante apenas da língua portuguesa, se apresente um ideograma chinês, essa tentativa de transmissão de mensagem poderá ser frustrada, porque para esse falante, tal ideograma não terá sentido, embora para os chineses certamente haverá aí uma relação de significação, que se revestirá de sentido para eles. A não ser que se apresente novamente a semelhança do exemplo, quando aquilo que para nós parece ser um ideograma chinês, para um chinês se apresente um código indecifrável, fruto de alguma alteração proposital nos traços do ideograma. Outra questão que pode se apresentar é a do analfabetismo, seja ele funcional ou total. Nesse caso, o indivíduo não terá condições mínimas de extrair um sentido de uma frase escrita em sua própria língua. A exceção pode ser na oralidade na transmissão da informação. Essa característica, aliada ao entendimento, pode auxiliar o analfabeto a compreender o significado e interagir com seu mundo, mas pensando no momento atual das tecnologias de informação, não é certo que a transmissão exclusivamente oral possa produzir e gerar informação.

Os códigos devem ser comuns para que a informação circule socialmente. Sem códigos comuns não se completa o ciclo de informação, não ocorre a produção de sentido que, numa transferência de informação pode ser considerada sensível a várias interferências, resultado de diversas relações entre emissor e receptor de informação. Nesse sentido, a transmissão oral (e em certo sentido, a transmissão escrita) é suscetível a ruídos de interferência numa mensagem, e podemos entender que não há linearidade no processo emissor-mensagem-receptor. Ainda na análise desse processo de ‘ruídos’, podemos citar o ‘efeito colateral’ na transferência da informação (Lady Welb, apud Peirce, 1977), que Widdowson (2007) chama de esquema ou de conhecimento familiar.

Para entendermos esse efeito, tomemos como exemplo a frase ‘Lula recebe Chavez no Planalto’. Essa mensagem, para ser entendida pelo receptor, este deve ter um prévio conhecimento colateral dos elementos que compõem a frase. Deve compreender o que representa o signo ‘Lula’, e distinguir esse signo entre os significados ‘Presidente da República do Brasil’, e ‘um molusco’. Deve também identificar que o signo ‘Planalto’ representa o local-base de atuação do presidente, e não uma característica geográfica, e que o signo ‘Chavez’ representa o presidente da Venezuela, e não outro significado qualquer. Dado esse conhecimento, há a possibilidade do receptor compreender a informação, produzindo o sentido desejado pelo emissor.

Os contextos de significação podem ser considerados intramundos, onde a informação é processada, consumida, utilizada, reutilizada e proposta para uma ação. Nesse sentido, a informação é movida por um pensamento de um mundo que não está isolado em si, mas oferece uma perspectiva de migração e troca com outros mundos. Heiddeger (ed. brasileira de 2004) afirma que:

a presença se pronuncia. Entretanto, isso não ocorre porque a presença se acharia, de início, encapsulada num mundo interior que se opõe a um mundo exterior, mas porque como ser-no-mundo, ao compreender, ela já se acha fora (p. 221).

Barreto (2001) ao analisar os fluxos de informação emissor-receptor, afirma que, ao produzir a informação, o homem precisa de uma solidão para criá-la, e com a ajuda de um sistema de signos, publicar essa informação. Essa informação, baseada em dados vivenciais, necessita, em tese, da solidão para ser cristalizada. Porém, numa análise crítica dessa afirmação, podemos argumentar que as experiências, impressões e dados, não se fazem no âmbito da solidão, mas dentro de um mundo, ou em contatos extra-mundos, nas relações e práticas com esses mundos, porque, Nassif et al (2007), ao discutir a análise de domínios, afirma que “a ênfase do conhecer humano ocorre na interação com o ambiente” (p.3). É nos domínios de ação (mundos) que podem acontecer redes de relações e interações para se compreender e decifrar o mundo, dando-lhe sentido para realizar novas ações, relações e interações, numa relação de significação infinita. Seja pela dimensão afetiva, efetiva, física, ou cognitiva (Kuhlthau, 1991), a informação é produzida e consumida de acordo com as interações e experiências vividas e acontecidas no interior desses mundos. Nessa relação

informacional, o sujeito não está isolado, e não há a possibilidade de produção de conhecimento no isolamento.

Como vimos, os diversos sentidos da informação atravessam várias fases: compreensão, vivências e experiências. Mas o ponto crucial nesta análise é a pré-compreensão preparada para a interpretação. Com alguma restrição, como veremos adiante, citamos Heidegger (2004) para quem toda interpretação se funda na compreensão. Nas fases de leitura, vimos que os pontos que afetam a compreensão são: construção de palavras incompreensíveis, línguas desconhecidas, analfabetismo e desconhecimento colateral. Vencidos esses obstáculos, resta a compreensão pela leitura e sua interpretação. Esse processo é influenciado pela pré-compreensão do leitor, tendo aí uma influência do conhecimento colateral, mas vai além. Num processo de leitura, ocorre uma interação do leitor com o texto (Cintra, 2004). Essa interação vai além da intenção do autor. Por meio de conhecimentos prévios, o leitor é capaz de empreender uma leitura autoral do texto. Segundo Barreto (2005), na interpretação da informação, o receptor fica liberado da intenção do emissor. Buscando recursos num sistema de signos, o leitor reconstrói a informação e adquire um novo estado de conhecimento (Ingwersen, 1992). Essa alteração no estado de conhecimento, situada numa abordagem cognitiva, não leva em consideração uma visão sociológica da informação, mas apenas a alteração individual, estabelecendo uma permanência cognitiva de ação, abordagem diferente da de um paradigma social, como veremos adiante. O resultado desse processo é uma interpretação e uma reordenação do seu mundo. Segundo Blumer (1969), a interação simbólica se dá em duas fases: na interação com o Eu e na interação com o mundo, o que resulta na ação efetiva para algo, aproveitando esse novo estado de conhecimento. Na segunda fase, se dá a interação, relação fundamental para a construção do conhecimento prévio, que com o acréscimo de uma nova informação será a base para a produção de um novo conhecimento, e tornando viável a produção de sentidos.

Esse pensamento guarda similaridades com a cognição situada (Cool, 2001), que estabelece situações dentro de um contexto onde ocorrem os fatos informacionais.. Em outras palavras, é o indivíduo situado no interior de um mundo, mas fenomenologicamente podendo estabelecer relações extra-mundos, num processo de assimilação, reordenação, reprodução e distribuição de informação. Embora essa perspectiva sócio-cognitiva seja, muitas vezes, analisada exclusivamente sob a ótica da recuperação da informação, ela pode se estabelecer como uma crítica a um paradigma

físico e a um paradigma social (Capurro, 2004), mas que não são necessariamente excludentes entre si.

O ciclo contínuo de novas informações depende, teoricamente, então de novas interações, que são contínuas. Nessa seqüência, sujeitos adquirem diferentes níveis de conhecimento que podem ser alterados, dependendo dos grupos ou dos mundos em que estão situados. Nessa linha de pensamento, podemos citar significados de diversos tipos de especialidades, nos seus diferentes domínios, e também mesmos textos que propõem diferentes interpretações, dependendo dos diferentes contextos de significação, e que causam os sentidos na recepção da informação.

A informação é um termo que se oferece para múltiplos conceitos. Pode ser vista como coisa (Buckland, 1991), que vê a informação como conhecimento, como processo e como documento, e levanta uma indagação se de fato tudo é informação. É vista também como uma ciência interdisciplinar e por isso, social (Saracevic, 1995). Também como algo relacionado às tecnologias de comunicação e informação, e/ou como um aporte para as agências noticiosas, e/ou como um agente em transmissões biológicas. De fato, é um conceito apropriado em diferentes domínios. Na Ciência da Informação, esse termo acaba também tendo sensíveis significados. É uma diferença que faz diferença, é o dado que altera o estado de conhecimento, é o novo, é o imprevisto. Pode ser natural (signos naturais), cultural (signos convencioneados). É incansavelmente trabalhada nos campos da Recuperação, e, às vezes, é confundida com documentos (Capurro, Hjørland, 2007).

Naturalmente, ocorrem apropriações dessas ‘informações’. Seus fluxos são estudados e analisados. Num mundo tão recheado de incertezas, é conveniente então estudá-la com base em incertezas e relatividades.

A Ciência da Informação, que estuda a informação em seus vários contextos, trabalha com diversas abordagens. Algumas delas são: a abordagem do sense-making (Dervin, 1983), a de análise de domínios (Hjørland e Capurro, op. cit.), e a teoria semântica da informação (Dretske, 1981). No estudo dessa relatividade e de uma teoria quântica, já que os grupos ou comunidades podem ser analisadas por um observador, é imprescindível teorizar-se a respeito de flutuações conceituais espaço-tempo nos fluxos de informação. Ao se analisar a causalidade de uma informação que produz conhecimento e se torna ação, a produção de sentidos é crucial para a funcionalidade do sistema de fluxo. Seja para preencher ‘gaps’ informacionais, reduzir incertezas, gerar conhecimento, transmitir doutrinas, teorias e idéias, a produção de sentidos é vital para a

interação simbólica dos sujeitos e para uma hermenêutica de grupos. O presente, passado e devir de um conceito são reflexos de conjunturas históricas, e é por meio dessas conjunturas que se move o homem, que é um ser histórico.

Certamente significados podem se alterar com o tempo, ou simplesmente perderem o ‘sentido’. Tal ‘sentido’ é construído e/ou desconstruído por meio de conjunturas históricas, econômicas e sociais. Para citar um exemplo, temos atualmente um significado para o significante ‘proletariado’ diferente do que a humanidade tinha em 1848, ano da publicação do Manifesto Comunista, por Marx e Engels¹.

Em ambientes ideológicos, conceitos podem adquirir significados diversos, dependendo da manifestação doutrinária ou do predomínio de um pensamento. Os significados, originários de conjunturas sociais e aliados a conhecimentos prévios do sujeito, ajudam-no a produzir os sentidos para o significante ‘informação’. Informação para o conhecimento e para a ação. Infere-se daí uma abordagem sócio-cognitiva da informação e seus ciclos, porque, embora inserido em uma comunidade, o sujeito leva consigo seus conhecimentos de mundos.

Mas como o ‘observador’ pode estudar antropologicamente para compreender esses fenômenos? Uma das possibilidades é ‘olhar’ o comportamento do sujeito nas suas leituras de textos, de imagens, de discursos, enfim, nas suas interações. Por que são nas leituras e nas suas interpretações que se manifestam os fenômenos que levam os sujeitos a construir os sentidos a partir de significados.

2.1. A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A Ciência da Informação tem uma história recente. De uma maneira ou outra, a organização da informação sempre foi uma preocupação da humanidade. Há registros de bibliotecas mesopotâmicas (3000 a.C.) que possuíam alguma forma de recuperação de informação por meio de catalogação de tábuas de argila por nomes de autor e título. Um resgate histórico das bibliotecas pode nos mostrar como eram organizados os acervos dessas bibliotecas (Escolar Sobrino, 1987). No final do século XIX, Paulo Otlet e Henri La Fontaine se empenham para criar o IIB-Instituto Internacional de Bibliografia (Shera & Cleveland, 1977), cujo objetivo era compilar toda a bibliografia registrada na Europa. Os trabalhos de Otlet e Fontaine deram início à Documentação, que se dedicava a organizar e analisar os documentos. Isso significou uma mudança de

paradigma. A organização do conhecimento se desmembrou em Biblioteconomia e Documentação. Enquanto a primeira se preocupava com os livros¹, a segunda começou a tratar dos documentos de uma forma não convencional em relação à técnica biblioteconômica.

A partir da década de 50, a informação passou efetivamente a ser tratada e vista como ciência. Com a finalidade de estudá-la e compreendê-la, foram sendo estabelecidos métodos e convenções próprios de uma ciência, o que fez com que a Ciência da Informação alargasse o campo da informação, aplicando seus aportes na biblioteconomia e na documentação. Segundo Silva et al (1998), antes de 1958, a expressão Ciência da Informação raramente aparecia na literatura. Segundo Shera & Cleveland (op. cit.) data de 1959 o primeiro uso do termo, para designar o estudo do conhecimento registrado e sua transferência num sentido mais amplo, e é na década de 60 que são elaborados os primeiros conceitos e definições e se inicia o debate sobre a origem e os fundamentos da área.

De acordo com Le Coadic (1996), a história da Ciência da Informação é a história da atividade criadora nesse campo, “a história de uma ciência em ação, história de conceitos, teorias e idéias, história dos conceitos de catalogação, indexação, uso, interatividade (...) história das leis de Bradford, Lotka, Zipf, etc.”(p. 82). Assim, segundo o autor essa história remontaria ao fim do século XIX, nos primórdios dos tesouros² de indexação (Dobebai, 2002), passando pelos anos 50 na Conferência de Informação Científica³, pelos anos 60, com a criação dos manuais de catalogação⁴ e chegando até nossos dias com seguidas contribuições de pesquisadores ao redor do mundo. De qualquer maneira, a história da Ciência da Informação segue seu roteiro, se desmembrando em várias ramificações com o propósito de compreender o conceito de informação e o fenômeno de evolução de informação em conhecimento. Se o roteiro não é linear e nem exato, aqui não é função deste trabalho julgar, mas a esse propósito pode-se argumentar que a Ciência da Informação já nasce como uma ciência pós-moderna, principalmente por seu caráter interdisciplinar. Le Coadic (op. cit.) também elege cinco pesquisadores que foram fundamentais para o desenvolvimento da Ciência da Informação. São eles: Otlet, (criador da IIB e da Classificação Decimal Universal) , Ranganathan (década de 30, criador da classificação facetada, considerada uma espécie de resposta lógica às classificações decimais), Bush, (que imaginou o Memex, um pioneiro do hipertexto), o inglês Bradford, (criador da lei do mesmo nome) e Brookes, (um britânico que retomou a teoria de Shannon (1949), e argumentou que é possível

medir a informação e o conhecimento objetivo, por meio da teoria matemática da informação).

Capurro & Hjørland (2007), fizeram um resgate histórico do conceito de informação. Esse resgate remonta às raízes latinas e origens gregas, chegando até a atualidade de uma proposta da hermenêutica de usuários, que defende a seleção como um fator fundamental de usuários na busca e na recuperação da informação. O significado de informação não deve se ater a um conceito formal, porque pode ter significados diferentes, dependendo da hermenêutica dos usuários. Ao se buscar o significado de informação dentro do seu contexto histórico, percebe-se que os significados se alteram e se alternam no correr da história. A informação já foi pensada como um fenômeno de dar forma a alguma coisa, como um significado de produção. Mais claramente como algo que molda a mente e comunica o conhecimento. De acordo com Capurro & Hjørland (2007), Cícero dizia que a informação era a representação dos deuses ou das nossas almas antes de qualquer experiência. Essa definição remete à sensação, ou dizendo mais claramente, aos sentidos que se dá a um fenômeno. Conforme dito anteriormente, o conceito de informação está mudando do mundo amplo para a mente humana e os sentidos, da ordem intelectual para os impulsos sensoriais. Na definição de Locke (1973), a existência de nada, além de nós, pode ser conhecida antes que nossos sentidos ou sensações nos informem. Segundo ele, perguntar quando um homem começa a ter quaisquer idéias equivale a perguntar quando começa a perceber, pois dá no mesmo dizer ter idéias e perceber. Mas o que seria essa alma na citação de Cícero? Seriam os sentidos, os impulsos que antecedem a compreensão dos significados? No dizer de Tálamo (2001), são os juízos que constroem os conceitos. Assim sendo, os juízos têm que ser construídos e não surgem do nada. Para formular o juízo, o sujeito deve ter acesso aos argumentos de um mundo, e a partir desses argumentos, produzir os juízos e seus respectivos conceitos. Mas, antes de mais nada, existe a ação da alma, que percebe uma informação dada. Podemos inferir que é a partir de uma recepção de uma informação, que se produzem os sentidos, e essa produção cria um ambiente favorável para a argumentação e os juízos. Seria o mesmo que dizer que os *sentidos* da alma, aqui compreendidos como sensações, levam à produção dos *sentidos*, aqui compreendidos num conceito muito próximo ao de significado. É esse processo, ainda aqui apresentado de forma preliminar, que pode ser responsável pela construção dos conceitos. A compreensão dos conceitos, de alguma forma, prepara o terreno para a argumentação e a retórica, que no entender de Lévy (1996), é a grande responsável pela

ação da dialética da construção do conhecimento. É a retórica que induz a uma atividade criadora, é ela que, a partir de uma problemática, sedimenta uma nova percepção, um novo caminho de conhecimentos.

Ainda de volta à questão dos sentidos, podemos considerar que os sentidos trazem consigo percepções de uma entidade geradora desses sentidos. Pode ser a alma, no dizer de Cícero ou também poderia ser o ser, na avaliação ontológica de Heidegger (2004.). Porque se a entidade é, então ela nesse sentido de ser, é a primeira entidade no ato da recepção da informação. É difícil captar o sentido do ser, mas sabemos que ele está lá, e é responsável pelo ‘ser e estar no mundo’, nas palavras de Heidegger, ou o ‘antes de mais nada’, a origem ontológica dos entes, sejam estes uma pessoa (a presença), uma informação, um ser vivo, ou mesmo um fenômeno. Porque os entes na sua manifestação, são fenômenos que se apresentam como são em si mesmos (Husserl, 1996).

A busca por essa origem, ou pelo menos, pela consciência do ser, é necessária para o entendimento da apresentação dos fenômenos da leitura na recepção da informação. Em definições de muitos pensadores (Descartes, Shannon, Weaver), a informação é vista como um fenômeno de comunicação de mensagens. Considera-se que esta é uma visão positivista da informação, porque nessa concepção a informação se reduz a um dado e só é elevada a um grau de informação se é utilizada para uma comunicação. É uma forma reducionista de se ver a informação, porque não leva em consideração suas possibilidades de sentidos e a seleção dos usuários.

Dretske (1981) muda um pouco o referencial ao distinguir entre informação e significado. Segundo ele, a informação é relativa em relação ao conhecimento pré-existente do receptor. Essa é a teoria semântica da informação, que trata a informação como um componente de verdade. Uma informação pode conter um significado, mas pode não conter uma verdade. De qualquer maneira, se a informação recebida contém um significado não verdadeiro, essa ocorrência pode deixar de ser uma informação. Retomaremos o conceito de significado no capítulo quatro, mas a questão a ser debatida aqui é se um significado pode ser considerado verdadeiro ou falso. Nesta pesquisa, deve-se pensar a distinção de uma possível verdade na recepção da informação exclusivamente como responsabilidade e seleções dos sujeitos.

Para Farradane (1979), a informação deveria ser definida como qualquer forma física de representação usada para comunicação, que pode ser tanto uma substituta do conhecimento, como a substituta de um pensamento particular. Tal definição é

suscetível de alguns esclarecimentos, na medida em que a representação ocorre na mente dos sujeitos que produzem, indexam e buscam a informação, portanto não só a informação ‘representa’, mas os processos que levam à informação, percorrem esse caminho por meio de representações mentais. A informação por si só é um fenômeno produzido pelos sentidos, e que leva consigo as próprias representações mentais e seus significados. E os fenômenos que se apresentam durante a produção, representação e recepção da informação, geram fluxos de novas informações. Também o termo ‘substituto’ pode remeter à noção de memórias necessárias, ou seja, grupos ou estoques de documentos que contêm informações que, por alguma razão, devam ser armazenadas para a perpetuação das suas memórias. Isso leva a uma informação que representaria, ou substituiria, ou mesmo, guardaria os estoques de conhecimentos que estão nas mentes dos sujeitos e que têm propriedades, até certo ponto, intangíveis.

2.2 OS PARADIGMAS DA INFORMAÇÃO

A questão dos paradigmas em informação foi motivada com a apropriação da teoria matemática de Shannon & Weaver. Como bem esclarecem os autores, a teoria foi pensada exclusivamente para a emissão e recepção da comunicação, sem pensar no conteúdo semântico da informação. Seria então mais adequado se pensar nessa teoria como uma precursora da comunicação e das tecnologias de informação. Mas, de qualquer maneira, essa apropriação por parte da Ciência da Informação levou a se pensar nos modos de ser da informação, o que em outras palavras, são as diferentes visões de como ela é vista (no seu ser) pela Ciência da Informação. A teoria matemática gerou a idéia do paradigma físico, aquele que pensa a informação como uma mensagem que é transferida do emissor para o receptor, e está sujeita às interferências de ruídos no sinal de transferência, e que não acomoda conteúdos semânticos de sentidos e significados, compartilhados ou não.

Mas os paradigmas de que se fala neste trabalho são voltados para a Ciência da Informação, como historicamente ou mesmo analiticamente, se for pensado que esses paradigmas não são necessariamente excludentes. Além do paradigma físico, há também a noção de um paradigma cognitivo, que tem suas idéias tomadas à Psicologia e que se insere como alternativa informacional a um paradigma físico.

Na psicologia cognitiva defendida por alguns autores como Ingwersen e Dervin, os seres humanos são vistos como extraíndo informação por meio das propriedades físicas e químicas dos estímulos sensoriais. A informação é definida ou processada de acordo com os mecanismos do cérebro. Para os autores que defendem uma visão social, como Capurro e Hjørland, a informação é definida e processada por critérios e mecanismos desenvolvidos historicamente. Na visão desta pesquisa estes não são paradigmas excludentes, porque o sujeito que busca a recepção não pode ficar refém apenas de suas articulações psicológicas ou apenas de suas interações sociais. Essa é uma questão a ser pensada por causa da defesa da tese de que a leitura, na produção de sentidos, gera os significados para um possível fluxo de informação. A leitura ocorre num ambiente solitário (ou não), mas que leva em consideração os conhecimentos prévios do leitor. O grande nó da questão aqui é: de onde vêm esses conhecimentos prévios? Ao se deparar com a recepção, são eles os responsáveis por trazer à tona a produção dos sentidos. Há uma linha muito tênue aí, entre a manifestação dos fenômenos e a imediata produção dos sentidos. Esse é o momento que o sujeito no ato de ler, transforma os fenômenos de acordo com a sua consciência. Os fenômenos são manifestados como eles são por si mesmos, mas são vistos pela consciência de acordo com o momento psicológico do leitor. Não se pode afirmar, nesse sentido, que os fenômenos são vistos no seu sentido real, porque não há uma realidade nesse processo, ela não é ‘mascarada’ pela consciência. A realidade é o que se apresenta à consciência, reduzida a um mundo psicológico dentro de um mundo social. Retornando ao conceito de paradigmas, Brookes (1980), faz uma analogia com o mundo ontológico de Popper. Os mundos popperianos são três: Mundo 1: objetos ou estados físicos. Mundo 2: consciência ou estados psíquicos. Mundo 3: conteúdos intelectuais. Segundo Brookes, o terceiro mundo compreende o mundo específico e concreto da informação. Para Capurro & Hjørland, esse é o mundo da informação, comparado ao conceito de sinais (signos) a partir de Peirce. De acordo com os dois autores, os mundos 1 e 2 dispõem algumas respostas que só são possíveis e interpretáveis no mundo 3. Para Habermas (1987), o terceiro mundo compreende os elementos cognitivos, cientificamente elaboráveis, da tradição cultural. Há uma sensível limitação entre o segundo e o terceiro mundo, de maneira que é válido se perguntar até que ponto os dois primeiros mundos operam para subsidiar o mundo da informação. Acreditamos nesta pesquisa que o já mencionado miolo da questão é a operação do segundo mundo, o da consciência, que recebe a informação como ela é apresentada, e a interpreta de acordo com os signos do

terceiro mundo, o mundo entre parênteses de Husserl, que organiza a hermenêutica de acordo com a seleção cognitiva dos sujeitos. Nesse caso, ocorre uma dependência entre os mundos 1 e 2 e uma relação direta entre os mundos 2 e 3, no sentido de que a operação cognitiva é primordial para a composição dos conteúdos intelectuais, e que este, por sua vez, contém elementos cognitivos, segundo a visão de Habermas.

Assim, embora Brookes e Capurro & Hjørland concordem com a posição da informação no terceiro mundo popperiano, a recepção da informação pode ser considerada como tributária do mundo 2, e que, por sua vez, subsidia o mundo 3. Nesse sentido, relacionamos alguns autores que, utilizando esse princípio, traçam seus entendimentos acerca da recepção e uso da informação. Para Brookes (1977), ao perceber uma lacuna no conhecimento, o sujeito busca a informação necessária para preenchê-la. Essa lacuna, que na realidade é uma dúvida surgida por uma necessidade, é preenchida quando a informação resolve o problema surgido. Na visão de Brookes, essa informação, ao ser recebida, altera o estado de conhecimento anterior, criando um novo estado de conhecimento. A informação é vista como um processo de eliminação de ‘gaps’ nas palavras de Dervin (1983). Na visão de Capurro & Hjørland, essa recepção não é suficiente, porque embora altere o estado de conhecimento, ainda não leva em conta as questões pragmáticas e de uso social. Em outras palavras, a mudança cognitiva altera o sujeito, mas não é suficiente para construir um conhecimento que influencie os rumos da comunidade local ou mesmo da sociedade como um todo.

Na cognição situada, que é uma outra abordagem, o “conhecimento não se limita ao processamento de informações vindas de um mundo anterior à experiência do observador, e sim *experenciado* pelo ser vivo em suas interações de mundo”, Nassif (2007, p. 6). A respeito do conceito de situação em Ciência da Informação, Cool (2001), afirma que a situação acontece no interior de um contexto. Duas observações devem ser feitas aqui. A primeira é que a cognição situada ‘descobre’ a figura do observador, e a segunda é que levanta a questão das experiências e das interações de mundo. É a abertura de uma perspectiva sócio-cognitiva, quando junta elementos psicológicos e sociais na recepção e articulação da informação. Wersig (1993) argumenta que a informação, embora despersonalizada pela tecnologia, é necessária para indivíduos, grupos, organizações e culturas, e por isso mesmo deve ser pensada como sendo conhecimento para ação. Assim também argumenta Blumer (1969), que diz que a interação social é resultado de busca e troca de informações com a finalidade de uma ação conjunta. A ação é, então, o resultado de uma assimilação e reorganização da

informação, baseada numa perspectiva sócio-cognitiva. A cognição situada é pensada como um observador que observa o indivíduo ou o grupo recebendo a informação num espaço e tempo específicos. Mas não necessariamente num espaço-tempo físico, mas em relação à informação apreendida. Widdowson (2007) ao discorrer sobre contextos, cita um exemplo de uma conversa entre duas mulheres dentro de um trem. A conversa entre elas não é sobre a situação do trem ou sobre a viagem. Elas dialogam sobre um assunto familiar, num contexto diferente da situação em que se encontram. A situação é o trem, mas o contexto do discurso é outro. Por isso o observador deve observar o tanto o contexto quanto a situação nos fluxos de informação.

Rousseau (s.d.), no contrato social, declara que se o homem vivesse no estado primitivo, de maneira isolada, negaria sua própria sobrevivência. Então, para subsistir, nada mais lhe resta senão, por força de um conjunto ou agremiação, reunir forças num gesto de resistência, e se pôr em movimento por meio de acordos comuns e comunidades, engendrando assim sua história. Berger & Luckmann (1987), ao analisarem a questão da identidade, afirmam que há uma tensão entre a realidade social objetiva e a realidade subjetiva. No jogo das relações entre essas duas, pretende-se que uma pré-compreenda a outra, que cada uma seja o que a outra pressupõe que seja. Em certos momentos, os ‘estranhamentos’ se impõem, criando novas interações e compreensões mútuas. Na fenomenologia (Husserl, 1996.) propõe que se estude o fenômeno, que se descreva a sua estrutura específica. Essa estrutura é o fluxo imanente de vivências que constitui a consciência. Pode-se inferir que as vivências, estabelecidas a partir de interações, são determinantes para a consciência. Sendo ela um aspecto primordial de visão do sujeito, a consciência determinará a apreensão do objeto por parte do sujeito, num processo nominado por Husserl de redução fenomenológica. Nascimento & Marteleto (2004), ao relacionarem a informação construída com a teoria social de Pierre Bordieu, abordam a questão do capital cultural, que é constituído pelas “relações entre a cultura erudita e a escolar, e social, entrelaçadas pelas relações sociais”(p. 9). De acordo com elas, todo o capital cultural é resultado de interações sociais vividas pelo sujeito, desde suas primeiras relações familiares. Mas no mesmo texto, é mencionada a estrutura particular de cada sujeito, suas práticas individuais, que são percepção, apreciação e ação.

Ainda com esse mesmo pensamento de relações entre objetividade e subjetividade, Blumer (1969) afirma que o sujeito, antes de mais nada, interage consigo mesmo, com as pessoas o seu redor (pais, amigos, professores, etc.), para em seguida

estabelecer uma ação, conjunta ou não. Blumer chama esse processo de interação simbólica, ou seja, interação que é construída por meio de símbolos comuns a uma comunidade de sujeitos.

A ação conjunta ou não, proposta por Blumer remete à noção de campo, criada por Bordieu na sua abordagem social. O conceito de campo serve para construir a informação como expressão cultural de sujeitos posicionados pela estrutura. O espaço social se retraduz no espaço físico (Bordieu, 1997).

O que se pretende propor nessa análise sobre as interações, é justificar o posicionamento sócio-cognitivo da análise da informação, sendo ela apreendida primeiramente na visão cognitiva do sujeito, baseada nas interações com o mundo, ao mesmo tempo em que constrói seu capital cultural, baseado nessas mesmas interações, num processo contínuo que constitui o sujeito tal como ele é. Essas interações se delineiam como frutos de leituras que ele estabelece ao longo da sua existência. Leituras de textos, de imagens, de sons, e das percepções. Mas a questão que se levanta é qual a interação é fundamental para que as informações sigam seu fluxo com a finalidade de construir um conhecimento efetivo.

Numa abordagem da cognição situada, a informação é apreendida num contexto e situações específicos, e o sujeito recebe a informação de acordo com suas interações de mundo, que causam os seus conhecimentos prévios. Numa perspectiva cognitiva, a busca para preencher uma lacuna leva o sujeito para um sistema de informações que é pertinente às suas necessidades, mas a leitura para buscar tais informações só será possível com base em seus conhecimentos prévios. O que é um caminho natural para a perspectiva social, que expõe claramente as interações sociais influentes na interpretação e seleção dos sujeitos na articulação da busca, recuperação de informação e construção de conhecimentos para uma possível transformação social.

Notas

1 Num sentido mais amplo de livros, que podia significar um suporte de escrita que se evoluiu no tempo da história, desde os rolos da Antiguidade e do início da Idade Antiga, passando pelos códices da Idade Média, até os livros impressos das Idades Moderna e Contemporânea.

2 Dobedei (op. cit.) apresenta na p. 63 da sua obra, a primeira página do catálogo classificado de palavras, compilado de palavras por Peter Mark Roget em 1805, com o qual se iniciava o tesouro.

3 Segundo Silva et. al. (op. cit.), com a International Conference on Scientific Information, que aconteceu em Washington em 1958, começa-se uma nova era, que alguns autores (Shera & Jesse, 1977 e Jardim & Fonseca, 1992) consideram como o surgimento da Ciência da Informação.

4 Em 1967, a American Library Association, a Library of Congress e a Canadian Library Association publicam o Código de Catalogação Anglo-Americano, que orienta sobre a representação descritiva dos documentos, e é um dos mais aceitos em bibliotecas ao redor do mundo. Mas a história das regras para catalogação teve início no século XIX com Panizzi, Jewett e Cutter. Ver Barbosa, (1978), citado na referência.

CAPÍTULO 3: A LEITURA E A COMPREENSÃO

Segundo Eco (1995), no momento da leitura há uma cumplicidade entre autor, obra e leitor. Num mesmo texto, podem ser apontadas as intenções do autor, do texto e do leitor. Essas intenções muitas vezes se confundem, e influenciam os trabalhos de interpretação. De acordo com Widdowson (2007), ler é interagir com o texto, é um processo que vai além da organização léxico-gramatical das palavras, frases e conectivos disponíveis para a leitura. Cintra (2004) lembra que para a compreensão do texto, o leitor armazena conhecimentos prévios, que são constituídos por sua vez de conhecimentos lingüísticos, textuais e temáticos.

Para Leão (2004) a leitura se dá em três fases: a primeira é a familiarização do leitor com as palavras-chave, estabelecendo-lhes a função sintática e a remissão semântica no todo do sistema. A segunda é um contato mais profundo com o texto, para descobrir a estrutura de sustentação e a dinâmica interior da funcionalidade de suas funções. A terceira fase é a da compreensão e interpretação, na direção de um desprendimento da escritura e no caminho de uma leitura que se torna viagem do sentido do ser. Heidegger (2004) afirma que o ser só se manifesta na compreensão do seu sentido, e que só se manifesta sendo um ente que tem o caráter da existencialidade.

De qualquer maneira, a leitura é um fenômeno que se apresenta na interação do leitor com o autor por meio do texto. Dependendo dos conhecimentos prévios do leitor, a construção dos sentidos pode acontecer a partir dele (leitor), que recebendo o texto do autor, estabelece uma leitura única e autoral.

Heidegger, conforme já citado, afirma que toda interpretação se funda numa compreensão. Então, para compreender um texto, o leitor deve ter em seu mundo conceitual as características de um esquema que lhe permita decifrar as estruturas sintáticas e semânticas do texto. Assim, de acordo com os conhecimentos prévios que abastecem seu mundo conceitual, o leitor pode dialogar com o texto. Há algumas questões aqui que se apresentam, e precisam ser melhor trabalhadas. Na narrativa ‘Kant e o ornitorrinco’ citada por Lara (2001), levanta-se a hipótese de que a leitura é parcial, cabendo ao leitor uma participação ativa na compreensão do texto. A história é assim: Marco Polo, em uma de suas expedições, chega em Java e se depara com animais nunca antes vistos: os rinocerontes. A partir dos conhecimentos armazenados por ele e pela sua cultura, Marco Polo relaciona as características daqueles animais (quatro patas, peludo,

um chifre) com as do unicórnio, que segundo sua enciclopédia, também é peludo, tem quatro patas e um chifre. A diferença é que os unicórnios possuem leveza e graciosidade, qualidades inexistentes nos rinocerontes. Mas como Marco Polo não tinha outras referências, concluiu, com base no que via, que também podem existir unicórnios feios e desgraciosos.

Nesse exemplo, é possível perceber que Marco Polo, sem ter uma compreensão clara do que era um rinoceronte, descartou a leveza e a graciosidade dos unicórnios para adequar a sua classificação ao rinoceronte, restringindo as qualidades de ambos os animais, num processo que acabou mutilando a compreensão. Sobre esse caso, Tálamo (2004, p. 7), argumenta que “promovemos descartes abusivos, mantendo o mesmo modelo de interpretação (...) e como consequência, descartam-se as competências do intérprete”. Recorre-se a generalizações apressadas e sem fundamento adequado, com o propósito de resoluções mais fáceis, embora não corretas. O sujeito, em sua elaboração de juízos e conceitos, formula hipóteses, mas deve constantemente confrontá-las com as referências do mundo.

O exemplo citado serve como comparação à afirmação de Heidegger, de que a interpretação se funda na compreensão. Talvez não seja suficiente fazer essa afirmação, porque ao compreender, o sujeito se baseia nos traços conceituais que são resgatados do seu mundo de conhecimentos. Se, porventura, o leitor não compreende um texto que lhe é apresentado, e tenta expressar uma compreensão baseada numa referência errada, a interpretação poderá ser prejudicada, embora possa acontecer aí uma interpretação. Essas referências são os signos que são esclarecidos e interpretados por outros, de maneira a formar uma cadeia entre eles que responde pela interpretação. Se há uma referência dissonante em algum signo que é referenciado ‘inadequadamente’, a interpretação pode responder de maneira ‘inadequada’.

Podemos, inicialmente, supor que nem sempre a interpretação se funda na compreensão. Ela também pode se fundar numa não compreensão. Ogden & Richards (1976) ao discorrerem sobre a fenomenologia do significado, dizem que “sempre que completamos ou compreendemos uma expressão, ela significa alguma coisa para nós e nós estamos realmente conscientes do seu sentido” (p. 273). Retornaremos aos conceitos de significado no próximo capítulo, mas o que é pertinente dizer por ora é que na fenomenologia, Husserl estabelece que os fenômenos são manifestados como eles são em si mesmos e quando há uma expectativa na busca de algo, essa expectativa é preenchida de acordo com a intenção de preenchimento. E, independentemente de

serem pensados dessa ou daquela maneira, os objetos têm uma existência eterna, ideal. Juntando as duas proposições, pode-se afirmar que se compreende o que se é para a consciência.

Tanto Husserl ou Heidegger estabelecem que a compreensão parte da existencialidade do objeto. Eles são em si mesmos, compreendidos como tal. Mas por outro lado, na dialética da redução fenomenológica, são ‘criados’ os mundos entre parênteses, nos quais os objetos são apresentados como a consciência os vê, e nem sempre como eles são. Percebe-se uma dissonância aí, mas que pode ser explicada quando Husserl esclarece a diferença entre intenção e expectativa: expectativas são fenômenos que se dão no mundo das possibilidades, e intenções são fenômenos que se dão no mundo pragmático das consciências. Daí a explicação de que a expectativa pode ser ou não preenchida de acordo com a intenção de preenchimento. Quem pode servir para o fundamento dos enunciados é a percepção da consciência. Ela (a consciência) pode perceber e apreender os sentidos dos objetos e referentes do mundo, mas nem sempre como eles se manifestam como eles são em si mesmos.

Quando um leitor estabelece uma leitura, ele tenta perceber a intenção do autor ou da obra, e a partir daí, criar expectativas que podem ser preenchidas ou não. No decorrer da leitura, ele vai construindo hipóteses que podem ser confirmadas ou não, e algumas vezes o que foi estabelecido pelo autor pode não ser manifestado como o autor pretendia.

Os fenômenos manifestados, no caso da leitura, podem ficar encobertos por um não preenchimento das expectativas, ou por outro lado, por um preenchimento ‘errado’ das intenções. Nesse caso, o leitor acaba por produzir uma leitura autoral, e não de acordo com o que pretendia o autor. Por fim, a interpretação do leitor é própria de uma não compreensão das intenções do autor, mas pode ser uma compreensão das expectativas do leitor, ou mesmo das intenções da obra.

Mas o que causa esse tipo de interpretação? A falta de conhecimentos do leitor ou uma suposta intenção prévia de uma leitura autoral? Com base nesse universo de expectativas e intenções, o sujeito lê interpretando. Um mesmo texto dificilmente será compreendido e interpretado por dois ou mais leitores da mesma maneira. E essa variedade de interpretações fica mais evidente quando se trata de um texto religioso, que é o caso de um dos objetos de estudo desta tese, e que, ao se interpretar esse texto, a intenção do leitor pode não ser a mesma do autor e nem a mesma intenção do texto (A Torre de Babel). Em casos extremos de não compreensão ou de uma compreensão

‘deturpada’ do texto, acontecerá a interpretação baseada num universo determinado. A questão aqui é se é possível falar sobre compreensão errada. Desde que haja uma leitura baseada em conhecimentos prévios ou numa intenção de preenchimento, a interpretação se dará de uma maneira ou outra, mas, a princípio, não se pode falar em interpretação ‘errada’ em tal contexto. A produção do sentido vem do conhecimento de mundo do leitor, que por sua vez se origina nas interações sócio-cognitivas, e assim, a interpretação se realiza.

Nas palavras de Coreth (1973), “todo conceito que formamos e empregamos não adquire significado senão em determinado contexto de sentido, conceitualmente interpretado” (p. 181). Nesse caso, em contextos diferentes, os significados podem ser diversos. Esse processo que se inicia com a leitura possui um componente histórico, que se inicia na compreensão do ser, e perpassa pela representação que estabelece o leitor. É na representação que o leitor estabelecerá um contato mais amplo com o mundo de objetos, e um vínculo com a produção dos sentidos. Isso influenciará a formação dos conceitos interpretados.

Mas é necessário aqui retornar aos conceitos de interpretação ‘errada’ em Eco (1995) e, antes disso, da validação da compreensão por meio dos sentidos, em Heidegger.

No segundo objeto de estudo (o círculo da compreensão), a intenção é proposital no sentido de verificar essas variáveis. Será que a não-compreensão pode levar a uma interpretação? Tal questão poderia ser pensada assim: se um texto não produz sentidos para determinado leitor, haverá possibilidade de uma compreensão desse mesmo leitor gerar uma possível interpretação? Esta pergunta poderá ser respondida logo após a pesquisa de campo. Isto explica a necessidade apresentada durante esta pesquisa de compreender a questão, e que resultou na proposição de um segundo objeto de estudo.

É possível que ao não compreender um texto, a interpretação gerada daí não seja ‘errada’, mas sim um outro texto gerado pela exclusiva intenção do leitor. Porque as intenções são intercambiáveis e sempre presentes durante o ato de leitura e interpretação. Uma única intenção não pode prevalecer sobre as demais, correndo-se o risco de se cair no ‘vazio conceitual’. Hipoteticamente, se o leitor não leva em conta as intenções da obra e nem as intenções do autor, ele termina por construir um novo texto e não uma possível interpretação. Por outro lado, se prevalecem as intenções do autor e/ou da obra, podem ser anuladas algumas possibilidades de interações do leitor. Embora, de maneira empírica, pode-se observar que é mais fácil o predomínio das

intenções do leitor do que o predomínio das intenções do autor ou da obra, porque estes últimos são um pouco reféns das dinâmicas da leitura, seja pela ausência física do autor, ou pelo poder de influência da obra textual. A Bíblia é um bom exemplo dessa dinâmica. Nela, os autores estão ausentes e muitas vezes são até desconhecidos (ex. carta aos Hebreus), e a obra tem alto poder de influência. Os resultados durante suas leituras são os mais variados possíveis.

Não é muito fácil distinguir, no processo de leitura e compreensão, as intencionalidades, porque em si mesmas guardam diferenças muito sutis. A pura intenção do autor, se é que possa existir, guarda dentro de si a incapacidade da produção de sentidos. As intenções conjuntas de autor, obra e leitor, abrangem uma infinidade de leitores localizados em diferentes mundos e tempos, e a pura intenção do leitor se apropria do texto para confirmar uma hipótese com suas validações pré-concebidas.

CAPÍTULO 4: OS SIGNIFICADOS

Neste capítulo analisamos os conceitos de interconceitualidade, interdisciplinaridade e significado, bem como suas conexões com a Ciência da Informação. No conceito semiótico, a significação se dá na relação entre significante e significado, sendo que o signo é “a correlação de uma forma significante com uma (ou com uma hierarquia de) unidade que definimos como significado” (Eco, 1997, p. 150).

Na relação entre significante e significado, o que se observa e se nomeia como um signo constitui apenas a forma significante. O significado é o conteúdo da expressão sêmica (significante).

Ogden & Richards (1976) argumentam que as palavras nada significam por si mesmas. Só quando utilizadas é que elas representam alguma coisa ou, numa determinada acepção têm um significado. Para se comunicar, o sujeito utiliza os recursos sêmicos, que são referências a objetos que não estão presentes, ou que sejam abstratos, ou que estejam presentes, mas que tenham significados diferentes.

Ao postular um signo e seu significado, o sujeito se comunica por meio da fala ou da escrita ou mesmo de gestos, naquilo que Blumer (1969) chamou de interação simbólica. Para maior clareza, o recurso a um signo de uma unidade cultural traz em si elementos comuns de interação entre indivíduos comunicantes. Ao recorrer a esses signos, o indivíduo busca e alcança uma representação, na medida em que representa um referente por meio de um signo. Assim expressão-conteúdo caminham juntos no nível de unidades culturais distintas, e se separam, se alternam e se juntam novamente no ato de uma nova representação, ou nos significantes de ‘novas’ unidades culturais.

Eco (1984), ao citar o triângulo conceitual estabelecido por Ogden & Richards (op. cit. p. 32) diz que nessa relação, a expressão de um signo se conecta com a intensão e com a extensão de uma expressão. Para Ogden & Richards, as três pontas do triângulo são: símbolo, referência e referente. Eco, na crítica a esse modelo argumenta que ele dá margem a ambigüidades, porque quando se refere ao referente, não esclarece se é um objeto ou uma classe de objetos. Quando alguém cita um cavalo (símbolo), faz-se referência a um cavalo específico de uma raça, ou à classe totalizante dos cavalos? Ainda de acordo com Eco, a solução seria postular um triângulo da seguinte maneira: expressão-intensão-extensão.

Lara (2001) esclarece que intensão é o conjunto de características constituintes de um conceito e que extensão é a totalidade dos objetos aos quais corresponde um conceito. Dessa maneira, ficaria esclarecida tal questão. Uma expressão tem uma relação direta com suas intensões. A extensão de uma expressão é a classe de todos os objetos do universo a que a expressão pode ser aplicada.

O processo de comunicação que é baseado na relação de signos é codificado e decodificado por meio de códigos comuns, gerando a transmissão de uma informação que circula num grupo e /ou em vários grupos sociais. Os códigos são convencionados, e às vezes, na leitura e interpretação de um texto, o leitor pode se equivocar na tentativa de descobrir a intenção do autor, mesmo porque esse autor viveu e produziu o texto em outro universo de espaço-tempo, onde e quando os códigos comuns eram outros.

A esse respeito, Thornley & Gibb (2009), buscando definir diferenças conceituais entre o significado de significado em filosofia e em recuperação da informação, argumentam que

A lacuna de contexto nos documentos, quando estes estão afastados do tempo e do espaço em que foram gerados, podem causar uma fraqueza em termos de comunicação. mas muitas vezes, é uma força em termos de informação, por permitir que esta informação possa ter resistido através dos tempos e em diferentes lugares (p. 147).

Como exemplo dessa resistência, citamos a Bíblia, que vem permanecendo como objeto de referência religiosa há vários séculos.

Mas, mesmo essa resistência não pode evitar, ou até mesmo acaba favorecendo, a multiplicidade de sentidos que são produzidos durante a leitura de um texto originário em outros contextos. E, teoricamente, nem seria necessário que acontecesse um distanciamento espaço-tempo tão elástico. Às vezes, basta um pequeno desvio contextual para acontecer a diversidade na produção de sentidos, porque de acordo com Croatto (1985), quanto maior é a distância entre escrita e leitura, maiores são as perspectivas da leitura de um texto.

Portanto, essas variáveis (intenções, distâncias, vivências) influenciam a produção dos sentidos pelo indivíduo no momento da apreensão dos referentes. E é nesse momento que as unidades culturais se articulam para gerar um significante. Para

compreender o significado de sentido e o significado num contexto de leitura, devemos identificar os fenômenos como eles se manifestam. Não é o caso de descobrir qual vem primeiro, o sentido ou o significado, mas talvez compreender que ao ler, o leitor produz um sentido significando, ou o signo significa com base num sentido. Husserl (1996, p. 33) afirma que:

as significações das respectivas proposições residem nos juízos sobre as vivências, e não nas próprias vivências, desejos, perguntas, etc. Da mesma maneira, as significações dos enunciados sobre as coisas exteriores também não residem nessas últimas (casas, cavalos, etc.), mas nos juízos que fazemos interiormente sobre elas ou nas representações que ajudam a construir esses juízos.

Nessa afirmação, o autor traz à tona a função do juízo e da representação no processo de significação, o que é corroborado por Tálamo (2004), quando diz que “atribuir um conceito a um termo depende da formulação de juízos”. (p. 8). O juízo é, na realidade, um julgamento que vai dar qualidade a um termo, uma vez que é ele que vai determinar os objetos denotados, esclarecendo suas características individuais e gerais (enunciados de intensão e extensão).

Outra observação a ser feita a respeito da afirmação de Husserl é a noção de representação das coisas, ou seja, a utilização de um signo para significar algo que está encoberto. O objeto encoberto é representado por um signo para tornar viável a sua própria representação. A significação produz assim um processo de desdobramentos de símbolos, intensões e extensões, de acordo com as relações dos interpretantes.

Nas palavras de Heidegger (2004), a significação é a remissão da remissão de algo que se achava encoberto, mas vem ao encontro da presença, por meio de uma referência dentro de seu mundo, e se pronuncia através de um sinal de relação.

Os desdobramentos se articulam da mesma maneira quando alguém lê um texto, e se apropria dos significados do texto para produzir os sentidos de acordo como os significados se apresentam. E, fenomenologicamente, lê os conceitos como eles são apreendidos durante o processo de leitura, produção de sentidos, significação e conhecimento. Durante esse processo, o leitor é capaz de simultaneamente representar e interpretar o texto e transmitir a informação, de acordo com os conhecimentos prévios que antecedem a significação e podem estar condicionados nos sentidos da alma, ou no

sentido do seu próprio ser. Um objeto encoberto não necessariamente está escondido dos sentidos, mas, sim, que pode se mostrar de modo diverso daquele pretendido pelo autor (no caso da leitura), e sua leitura ser estabelecida conforme as vivências e conhecimentos prévios do leitor, fatores que podem determinar culturalmente a representação de um signo.

Ao estabelecer um ato de leitura, o leitor recorre a esquemas que criam os sentidos para um texto. Fazem parte desse esquema o legado dos pré-conhecimentos que se instauram com as suas vivências e as suas memórias que daí emergem. Isso fica bem claro nas associações que o leitor formula com base nesses conhecimentos. Podemos mencionar o conceito de conhecimento colateral, estabelecido por Lady Welb (Peirce, 1977), e que é chamado de conhecimento familiar por Widdowson (2007), e de conhecimento de fundo por Eco (1984). Esses conhecimentos são necessários para a Pragmática, que leva em conta o mundo social do leitor, e o leva além do conhecimento puramente linguístico. É a Pragmática que supõe que o leitor já tenha os conhecimentos suficientes para compreender o que está escrito. São, na realidade, os esquemas produzidos na mente do leitor que vão subsidiá-lo no momento da leitura. E, ao se deparar com um novo signo, vai construindo suas hipóteses na tentativa de confirmá-las. É certo que podem acontecer de se confirmarem diferentemente das hipóteses estabelecidas previamente, dependendo do mundo em que se encontra o leitor, ou de como a sua consciência, ao se apoiar nas vivências, vai se apoiar em juízos para construir os significados.

Esse processo de produção dos sentidos para o leitor sedimenta a interpretação dos signos e conceitos apresentados no texto, e dá a ele condições de produzir seu próprio discurso. É nesse momento que surge a retórica, fenômeno de construção de conhecimentos baseado na informação recebida no (s) texto (s), porque é evidente constatar que a função do processo de significação é facilitar o processo de comunicação.

Ao receber a informação e processar o conhecimento, o indivíduo estabelece uma relação da informação recebida do ambiente externo com o conhecimento subjetivo. Percebe-se que sempre haverá um conhecimento subjetivo, e que ao longo da sua vida informacional, o indivíduo altera constantemente o seu estado de conhecimento. Dizemos isso de uma maneira sócio-cognitiva de se ver o processo de informação, porque a busca da informação sempre acontecerá num ambiente externo por meio de interações sociais. É bem provável que a partir das primeiras informações

recebidas, já nos seus primeiros tempos de vida, o indivíduo comece a processar informação e sedimentar o conhecimento.

Na leitura de um texto, ao produzir sentidos, o leitor estabelece relações de estados de mundo com os símbolos (ou signos). Ao se deparar com uma dada expressão, ele recorre aos seus esquemas na busca por um sentido. Ao fazê-lo, busca o recurso imediato de um símbolo (ou signo) que dê conta de representar aquela expressão. É certo afirmar que o que o leitor faz é estabelecer juízos de comparação, e seguir significando de acordo com seus sentidos. Então ele recorre aos signos, que têm a função de representar o significado e proporcionar os sentidos num mapa conceitual.

A seguir, são analisadas questões relacionadas aos significados e às suas contribuições para a interconceitualidade. Como já foi dito anteriormente, a Ciência da Informação já nasceu como ciência pós-moderna pelas suas características interdisciplinares. Numa breve revisão literária nessa área, vemos que vários autores já discorreram sobre esse tema. Cintra (2007), ao buscar uma clareza conceitual para o termo interdisciplinaridade, diz que é necessário o esclarecimento para não mascarar a precariedade de conhecimentos específicos. Segundo ela, “a concepção de interdisciplinaridade nasceu da crise da fragmentação do saber, e se constitui num processo que visa à superação dessa crise, através da unidade de uma área, do homem e do universo” (p. 4). Nesse sentido, uma prática interdisciplinar consiste num grupo de diferentes profissionais utilizando seus métodos, dados, conceitos e linguagens, com a finalidade de um objetivo comum. É a restauração da unidade do saber que resulta em tênues linhas de limites de domínios disciplinares.

No campo da Ciência da Informação há várias revisões de literatura que procuram traçar um painel da sua intersecção com outras áreas de conhecimento. Mendonça (2000) faz os estudos das conexões com a linguística. De acordo com ela, a ciência da informação mostra dependência em relação à linguística, porque em seu domínio de estudo, é imprescindível o uso da linguagem, que é o próprio objeto do conhecimento.

Para Mendonça, “é no ato de conhecer (conteúdo) e representar (linguagem) que a Ciência da Informação definirá o seu objeto de estudo – a informação -, e esta informação não pode ser formulada sem uma linguagem dependente, porém própria” (p. 65). Para representar o conteúdo de documentos, a Ciência da Informação se utiliza de recursos emprestados à linguística, à terminologia e à Semiótica. Num sistema de representação conceitual, um conteúdo é representado por termos com base em escolhas

(paradigmas), e são feitas as combinações (sintagmas) desses termos para formular uma busca de informação. Na linguagem comum ao formularmos uma frase, fazemos determinadas escolhas de expressões em preterimento de outras. Assim, ao dizermos *o semáforo ficou verde e os carros passaram*, poderíamos ter dito *o sinal ficou verde e os automóveis passaram*. Nesse caso, escolhemos semáforo e não sinal, e preferimos carros e não automóveis. É um processo de escolha, ao mesmo tempo em que combinamos *o + semáforo + ficou + verde + e + os + carros + passaram*.

Na Ciência da Informação, o processo é semelhante, ou seja, na análise conceitual de um documento ou de um domínio, são escolhidos os termos que melhor representem os conceitos. Pode-se determinar que o termo *carro* representará melhor o conceito de *um veículo de quatro rodas movido a motor e combustível, que possa ser conduzido por um motorista*, do que o termo *automóvel*. E tal linguagem deve ser construída para facilitar que o usuário ao recorrer ao sistema possa combinar alguns termos para permitir sua busca. Tal combinação é feita com base em álgebra booleana, num processo de escolha, inclusão ou exclusão (or, and, not).

Semiologicamente, ao estabelecer os paradigmas e os sintagmas, o sistema de informação trabalha com significantes e significados, buscando uma correspondência com o usuário. Essa ‘integração semiótica’ deve trazer à tona os fenômenos de flutuação conceitual citados por Pinto em dissertação de mestrado (2005). Os significantes podem ter diferentes significados dependendo do tempo e do espaço em que estão, por exemplo, o autor e o leitor no momento da escrita e da leitura. O conceito de flutuação conceitual foi, por sua vez, tomado emprestado à Física para ser aplicado no sistema de significação.

Numa das teorias de Prigogine¹ (Massani, 2008) as coordenadas canônicas definem a posição (q) e o momento (p) dos pontos específicos das fases. Um fato, ou acontecimento pode ocorrer em determinadas coordenadas, reduzindo a entropia e a idéia de irreversibilidade. Num sentido de caos, os fatos se dão em diferentes pontos, podendo ser revertidos, dependendo dos fenômenos que determinam as coordenadas, o que, em outras palavras, são as flutuações espaço-tempo. Esse, segundo Prigogine, é um dos princípios das incertezas que constituem os sistemas de mundos. É até pertinente reforçar que tal princípio se baseia na teoria da relatividade de Einstein, num sentido que os fenômenos se dão e são vistos dependendo do ponto onde estão e dependendo do ponto de onde são observados.

Nas ligações da Ciência da Informação com alguns outros domínios, Saracevic (1995) mostra conexões com quatro áreas: biblioteconomia, computação, ciência cognitiva e comunicação. Com a biblioteconomia, as relações se dão principalmente nos processos de Recuperação da Informação em catálogos em linha. Com a Computação, a conexão se faz com computadores e redes. A preocupação das duas áreas são semelhantes em relação a armazenagem de dados, sistemas e técnicas para recuperá-los. A diferença é que a Computação se preocupa com a tecnologia mais eficiente que permitirá a viabilização desse processo, principalmente em grandes acervos físicos e em acervos digitais, enquanto a Ciência da Informação se atém mais ao conteúdo informacional e às linguagens eficientes para a Recuperação da Informação.

Com a Ciência Cognitiva, a ligação se apresenta nas teorias e experimentações da Inteligência Artificial e da Interação Homem-Máquina², não vinculando as correspondências às tecnologias, mas às simulações do pensamento humano para viabilizar as possibilidades de adequar os processos das máquinas ao modo como o homem pensa, conceitua, analisa e sintetiza as informações. Sistemas de significação visam a um processo de comunicação, em que há o emissor, a codificação, a mensagem, a decodificação e o receptor. A informação permeia todo esse processo e pretende atingir seu objetivo, que é o de comunicar.

Algumas observações se fazem necessárias aqui: todo processo de interdisciplinaridade pressupõe trocas. A colaboração entre os domínios se dá em mão dupla. Basta verificar que se não há informação, não há sentido se construir tecnologias de comunicação. E se não há tecnologia apropriada, os serviços de informação correm o risco de se tornarem de difícil acesso aos usuários. E, também, sem o uso das tecnologias, os próprios serviços serão feitos de maneira precária. E, quando se diz tecnologias de comunicação, já se prenuncia uma prática interdisciplinar, porque conecta comunicação e computação.

Outra observação a se fazer é que sempre surgem novas conexões entre os domínios. Um exemplo é no que se refere aos estudos da linguagem, que aponta uma tendência para colaborações entre a terminologia e a análise documentária.

Ainda falando na relação da Ciência da Informação com a Ciência Cognitiva, Lima (2003) traça uma revisão das contribuições entre essas duas ciências, e reforça que essa ligação se dá principalmente durante os processos de categorização, indexação, recuperação da informação e interação homem-máquina. No que tange a esses quatro elementos, observamos que a categorização envolve a classificação para organização do

conhecimento. Classificar é conhecer e a classificação se dá por meio de processos cognitivos de conhecimentos de domínios, classes e pela capacidade de categorizar, hierarquizar e relacionar coisas, fatos e fenômenos.

Indexação é a compreensão do texto para a análise, identificação dos principais elementos, construção dos conceitos e a representação por meio de termos. De fato, a indexação é claramente um processo cognitivo. Assim também se dá com a Recuperação da Informação, que é um processo mental do usuário que se articula com o sistema para recuperar o assunto desejado. Esse processo envolve os esquemas mentais do usuário, que podem facilitar a busca da informação. Esses esquemas são os pré-conhecimentos do usuário e sua intuição ao utilizar os recursos tecnológicos e conceituais do sistema que dependem, em grande parte, de como foram construídas as linguagens que darão acesso aos conceitos que são representados pelos termos buscados pelo usuário em linguagem natural.

Naturalmente que a qualidade da tradução ao se construírem essas linguagens será fundamental para o bom resultado do processo. Quando o usuário se defronta com uma dúvida que causa uma lacuna no conhecimento, ele já recorre aos esquemas, e continua utilizando-os na busca da informação que ‘cobrirá’ essa lacuna e o levará a um novo estado, ao agregar essa nova informação que se tornou conhecimento.

Obviamente, aqui estamos falando de interdisciplinaridades e não de paradigmas da Ciência da Informação. Mas é válido compreender o sentido de cognição para compreender o que já foi dito sobre as perspectivas cognitivas em Ciência da Informação. Ainda no sentido de interdisciplinaridade, Araújo (2003) diz que a Ciência da Informação já nasce como uma ciência pós-moderna e afirma que ela vem se consolidando com elementos que a tornam de fato uma ciência social, inserida na sociedade, com a preocupação de pensar a informação inserida nos meandros sociais e de aplicar a informação com o propósito de transformar a sociedade. Esses elementos sociais ajudam a sedimentar os fundamentos da Ciência da Informação nesse objetivo. Segundo Araújo, alguns deles são: a psicologia, a semiologia, a sociologia, a antropologia e a teoria da comunicação. Para Tálamo (2001), entre a terminologia e a documentação acontece uma conexão, no sentido de que a documentação se apropria da terminologia para operar as unidades de significação dentro das linguagens documentárias e, no contexto onde se dá a transmissão da comunicação, com base nos sistemas de significação.

É conveniente explicar que, apesar de não ser uma disciplina de documentação, a Ciência da Informação estuda o fenômeno da informação em si mesmo e os seus vários contextos, inclusive o da comunicação. Assim, ela, ao se preocupar com os estudos em documentação, abstrai a informação do contexto e tenta apreender os diversos meandros por onde ela perpassa. A documentação se constitui num desses meandros, e o uso da terminologia na documentação traz à tona as linguagens especializadas em seus diferentes domínios, e ao fazer o recorte em um determinado domínio, processa os signos conceituais de acordo com os recursos de indução e dedução, recorrendo a questões teóricas e práticas da terminologia. De fato, ao analisar um domínio para fazer uma representação, o documentalista recorre à terminologia da área para recortar os conceitos e adequá-los aos possíveis termos que respondam àqueles conceitos.

Assim, ao analisar um texto daquela área, lendo-o documentariamente, ele sabe que as palavras-chave podem dar uma pista dos conceitos presentes ali, mas, também deve saber que precisa recorrer ao mapa conceitual que represente a área, com suas relações e associações, para poder situar os conceitos de acordo com os descritores possíveis, que já foram pré-estabelecidos para seus respectivos conceitos. E, também deve ter consciência de que essas relações e significações no mapa conceitual (que pode ser um tesouro, um sistema de classificação, uma taxonomia, uma ontologia, ou um topic-map) são passíveis de flutuações.

Além do sentido de interdisciplinaridade, a Ciência da Informação, segundo Wersig (1993) pode ser considerada uma disciplina interconceitual. Constituída como uma ciência pós-moderna, ela foge às regras de uma noção formal de disciplina clássica, com seus conceitos, métodos e linguagens próprios. No que concerne ao objeto de estudo, Wersig acredita que a dificuldade dessa nova ciência seja estabelecer informação como objeto de estudo que pode ser rejeitada como tal, por ser um termo não-exclusivo da Ciência da Informação e que perpassa por todos os domínios científicos.

Wersig cita outros termos que podem estar na mesma situação, como conhecimento, cultura, realidade, arte e tecnologia. Pelas suas características genéricas, tais conceitos não podem ser considerados objetos de estudo de nenhuma disciplina ou ciência. O que o autor propõe é o entrelaçamento³ de conceitos, numa espécie de rede onde conceitos significassem algo de acordo com suas características em torno de si, e perpassassem em torno de outras disciplinas. Percebe-se que a interdisciplinaridade

pode ter vários significados nos sistemas de significação que envolvem a Ciência da Informação. Primeiramente, nas contribuições entre vários domínios com o objetivo de comunicar a informação, e em segundo lugar, nos conceitos comuns que se entrelaçam numa rede de relações e ganham significação.

Poderíamos propor uma nova idéia, a de que há textos e significados interdisciplinares. Um texto, como o objeto de estudo mencionado aqui, pode gerar conceitos que se entrelaçam e alcançam significação em vários domínios. Tal entrelaçamento pode se realizar no desdobramento das representações que são feitas durante a leitura do texto. Os conceitos analisados e representados ganham ‘nova vida’ e estabelecem uma nova dialética com outros domínios. De uma outra forma de pensar, os conceitos, após a leitura, representação e produção de significados ‘carregam’ a informação para outros campos. Esta é uma das hipóteses deste trabalho e veremos se será confirmada após análise.

Notas

1 Ilya Prigogine foi um físico-químico russo (1917-2003), ganhador do Prêmio Nobel de Química em 1977, por seus estudos em termodinâmica de processos irreversíveis com a formulação da teoria das estruturas dissipativas. Estruturas dissipativas são sistemas que retiram a energia do seu ambiente e produzem ordem. Prigogine conseguiu conciliar a teoria da evolução com a segunda lei da termodinâmica. (N. do A.)

2 Essa relação pode ser notada nos projetos de sites colaborativos de informação, e em alguns projetos da web semântica, como o uso das tecnologias na representação descritiva nos ambientes informacionais digitais. (Castro & Santos, 2009).

3 Wersig (1993) propõe a idéia de um entrelaçamento de conceitos semelhante ao trabalho do pássaro-tecelão. Essa interconceitualidade seria a agregação e relação de conceitos que fundamentam a Ciência da Informação. Esses conceitos são, de alguma maneira, a contribuição de diversos domínios para fundamentar a Ciência da Informação. Tal técnica, então, poderia ser aplicada às interconceitualidades dos domínios considerados interdisciplinares.

CAPÍTULO 5: O MUNDO DOS CONCEITOS

Neste capítulo, para fundamentar as hipóteses, fazemos uma análise de parte da obra do filósofo alemão Martin Heidegger (1889-1976), *Ser e Tempo*, publicada em 1927 na Alemanha. Heidegger estudou as questões relacionadas ao Ser, com base na fenomenologia e na hermenêutica. Foi assistente de Edmund Husserl na Universidade de Freiburg e professor da filósofa Hanna Arendt. A obra de Heidegger referenciada neste texto (*Ser e Tempo*), pode ser compreendida também com relação à recepção da informação por parte dos sujeitos. Diz Heidegger:

O ser é sempre um ente. O todo dos entes pode tornar-se, em suas diversas regiões, campo para se liberar e definir determinados setores de objetos. Estes, por sua vez, como, por exemplo, história, natureza, espaço, vida, presença, linguagem, podem transformar-se em temas e objetos de investigação científica. (p. 35).

Entendemos que o sentido do ser é algo de difícil apreensão. Mas de maneira a seguir o raciocínio de Heidegger, os entes podem ser considerados os sujeitos que se organizam em campos para experimentar e interpretar os diferentes objetos. Os entes são, e nesse sentido, o ser dos entes vivencia os conceitos fundamentais que são produzidos pelos entes. Tal produção pode ser entendida como uma ação dos entes em questionar a constituição fundamental dos setores de objetos. Assim, esse ato de questionamento dos objetos pode ser acompanhado por uma investigação prévia que fundamente os setores dos objetos.

Os objetos (também entes), são submetidos assim a uma investigação prévia por parte dos entes (sujeitos), por meio de um recorte de um grupo de entes, que se fundamenta na prévia compreensão e sua interpretação. Podemos inferir que ao investigar um setor de objetos, os sujeitos compreendem e interpretam esses conceitos. Assim afirma Heidegger:

Na medida em que cada um desses setores é recortado de uma região de entes, essa investigação prévia, produtora de conceitos

fundamentais, significa uma interpretação desse ente na constituição fundamental de seu ser (p. 36).

A constituição do ser dos entes, no sentido de que eles são, pode ser constituída a partir de uma compreensão fundamental dos objetos recortados pelos entes. Assim, o mundo dos conceitos é o mundo dos entes. A compreensão do significado de mundo em Heidegger é um conceito que, ao ser apreendido pelos entes, produz diversos sentidos: pode ser usado como um conceito ôntico, significando assim, a totalidade dos entes que se podem simplesmente estar dentro do mundo.

Mundo funciona também como termo ontológico e significa o ser dos entes, denominando assim a região que abarca uma multiplicidade dos entes, e pode entendido novamente em sentido ôntico, quando é o contexto em que de fato uma presença vive como presença, e não o ente que a presença em sua essência não é, mas que pode vir ao seu encontro dentro do mundo. Nesse caso, a presença do ente ganha contornos de existencialidade, quando o ente existe como presença e é como ser. O mundo circundante, tal como entendido no sentido ôntico, pode se modificar e sua estrutura então se materializar em mundos particulares, se diluindo assim nos ‘mundos’ em sentido ontológico, tal como a multiplicidade dos entes que se manifestam nas compreensões dos ‘mundos’ de conceitos.

Ao se estabelecer um recorte e uma interpretação dos objetos, os entes que existem no mundo ôntico, se ‘transportam’ ao mundo ontológico dos seres dos entes (objetos), e estabelecem os mundos dos conceitos. Esse processo é descrito por Heidegger como “enquanto ser-no-mundo, a presença já descobriu a cada passo um mundo” (p. 159).

A presença tem um caráter de existencialidade e ela vai ao encontro sempre do ente que compreende e interpreta o mundo. Heidegger define a compreensão como:

Compreender é o ser existencial do próprio poder-ser da presença de tal maneira que, em si mesmo, esse ser abre e mostra a quantas anda seu próprio ser. Trata-se de apreender ainda mais precisamente a estrutura desse existencial. (p. 200).

A compreensão é, de fato, compreender a própria existência do ser, a constituição fundamental do ser, perceber a própria estrutura que se abre para o mundo,

e o caráter da existencialidade nesse mundo. Se o ente existe e é uma presença no mundo, ele compreende sua relação consigo mesmo, com sua própria existencialidade e com a ontologia dos mundos de conceitos. Na compreensão, a presença projeta o seu ser para possibilidades, derivando assim em mundos possíveis compostos de verdades possíveis. E é, segundo Heidegger, a partir da compreensão que se abrem os sentidos e a significação dos objetos dos mundos.

A compreensão é o ‘como’ e o ‘porque’ das coisas que estão no mundo dos conceitos. Num dado momento, a compreensão permite aos sentidos estabelecer relações de significação e interpretação para os objetos. A compreensão, por sua vez, não surge do nada, mas se baseia em pressuposições. Tais pressuposições, segundo Heidegger, são uma posição prévia, uma visão prévia, e uma concepção prévia dos objetos dados como fenômenos. Aqui, chamaremos simplesmente de conhecimentos prévios. Esses conhecimentos prévios se baseiam em pré-vivências dos entes em seus mundos, e esse resgate das vivências para sustentar os conhecimentos prévios, Heidegger chama de remissão referencial.

Mas o que seriam os sentidos nesse contexto? Seria “aquilo em que se sustenta a compreensibilidade de alguma coisa. Chamamos de sentido aquilo que pode articular-se na abertura da compreensão”. (p. 208). Aquilo que compreendemos é, de certa maneira, aquilo que produz sentido. E só pode ter sentido ou não aquilo que se abre para os entes. Os sentidos só então ‘fazem sentido ou não’ se são ancorados na remissão referencial, que é a busca da compreensão com base nos conhecimentos prévios. Se compreende aquilo que faz sentido, e se faz sentido é porque a remissão referencial validou a compreensão com base nos conhecimentos prévios.

Assim, a compreensão se abre para os sentidos e para a significação. Uma vez de posse dos significados, a compreensão se projeta para a interpretação. A respeito da interpretação, Heidegger diz: “Toda interpretação se funda na compreensão. O sentido é aquilo que se articula como tal na interpretação e que, na compreensão, já se prelineou como possibilidade de articulação”. (p. 211). Na proposição de um enunciado, o sentido é que articula a compreensão para a interpretação. A própria proposição possui um sentido, e ao analisarmos a proposição, percebemos que ela pretende, ou intenciona sempre algo. Essa intenção se impõe à compreensão com base nos sentidos.

A recepção, que também é dotada de intencionalidade tem a capacidade de produzir o sentido que vai articular a compreensão. A interpretação se funda então nesse ‘jogo de sentidos’ da compreensão e pretende gerar a significação. O conceito de

sentido é um fenômeno existencial, e que se abre de maneira visível aos entes que participam desse ‘jogo’. Esse processo resulta na interpretação compreensiva, e segundo Heidegger é o ‘como’ de uma hermenêutica existencial.

Há uma relação de conjunção e disjunção entre a compreensão e a articulação da interpretação. Elas mantêm disjunto o que estava conjunto. Assim, a interpretação se abre para o ‘como’, e se articula a partir desse ‘como’ para criar significações. Se o ‘como’ se acha encoberto, os juízos se encarregam do processo de ligação e separação dos conceitos e das suas representações, numa relação que não pode ser considerada tema de uma interpretação. Os juízos tentam compreender os conceitos representados, porém não são capazes de formular uma interpretação baseada numa justa compreensão, porque o ‘como’ se acha encoberto. Algo que não é compreendido não é capaz de gerar interpretações, apenas pode determinar inferências baseadas em suposições a partir de julgamentos.

Nesse caso, a interpretação não existe, mas uma nova proposição, com seus conceitos e representações próprios. Numa definição, o que não produz sentido não se compreende, e o que não se compreende resulta numa não possibilidade de interpretação. Assim, a formulação de juízos baseada numa não compreensão, resulta numa nova relação de conceitos, representações e significações, mas que não é uma interpretação. O resultado é que esse ‘novo’ fenômeno com seus conceitos e representações se abre para um novo ‘jogo de sentidos’.

A questão a ser discutida aqui é se esse novo ‘jogo de sentidos’ é capaz de gerar novos conhecimentos. Acreditamos que a pesquisa de campo pode nos desvendar pelo menos parte desse quadro. Transportando as afirmações de Heidegger para a hipótese principal deste trabalho, podemos perceber que, teoricamente, os leitores podem compreender um texto que faz sentido para eles. A partir daí, a possibilidade se abre para o compartilhamento de significados, quando esses leitores escrevem, de forma ativa, uma interpretação baseada nas leituras, ou se ‘recriam’ um novo universo de significação, diferente das intenções dos textos.

A respeito das intenções dos textos, retomaremos no capítulo dedicado à obra de Umberto Eco que consta no referencial teórico principal. A princípio, ficaremos com as compreensões dos leitores e suas interpretações. Quanto às intenções dos leitores, tentaremos investigar algo no próximo capítulo, dedicado à obra de Husserl, que também consta no referencial teórico principal deste trabalho.

CAPÍTULO 6: A APREENSÃO FENOMENOLÓGICA

Buscamos em Husserl, com sua obra *Investigações lógicas, sexta investigação (elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento)* a compreensão de uma abordagem fenomenológica mais elementar, embora já tenhamos vislumbrado, no capítulo 5, a abordagem fenomenológica do ente no mundo de conceitos.

Edmund Husserl nasceu em 1859 na Morávia, uma região da Europa Central, que hoje em dia é a parte oriental da República Tcheca, e faleceu na Alemanha em 1938. Em 1907, como professor da Universidade de Gottingen, lança a primeira idéia da redução no seu curso sobre a idéia da Fenomenologia. Para Husserl, o fenômeno é a consciência, enquanto fluxo temporal de vivências e cuja peculiaridade é a imanência e a capacidade de outorgar significado às coisas exteriores.

Tentaremos fazer uma compreensão de alguns pontos da obra de Husserl, a partir de citações consideradas pertinentes. O conceito fenomenológico é primordial para se compreender as idéias lançadas neste texto, por isso vamos buscar em Husserl a base para a compreensão desse conceito.

A consciência é intencionalidade e sempre visa a alguma coisa; é “uma atividade constituída por atos (percepção, imaginação, volição, paixão, etc.), com os quais visa algo” (p. 7). A esses atos Husserl chama noesis e aquilo que é visado pelo mesmo são os noemas. A fenomenologia é a descrição do vivido, dos atos da consciência e das essências que eles intencionam. Esse intencionar da consciência é explicado por Husserl na redução fenomenológica. Para compreender como a consciência intenciona ou visa a algo, Husserl elaborou o conceito de ‘mundo entre parênteses’. Dessa maneira, aquilo que a consciência percebe e apreende é uma visão particular da própria consciência, quando ‘transporta’ o mundo para o seu universo de conceitos. Assim, podemos inferir que o mundo a que a consciência intenciona é uma realidade subjetiva, mas que não deixa de ser dotada de uma realidade baseada no mundo objetivo visado pela consciência. O que os entes apreendem se estabelecem como fundamentos para uma compreensão que seja dotada de sentidos.

Ao dissertar sobre a intencionalidade, Husserl procura explicar o que seria intenção de significação e preenchimento de significação. Ao intencionar apreender uma coisa e sua significação, a consciência é, ao mesmo tempo, dotada da intenção de preenchimento dessa significação. Se não há um preenchimento como era intencionado,

ocorre aquilo que Husserl chamou de ‘decepções de intenção’. Quando discorre sobre essa problemática, Husserl pisa no mesmo terreno que Heidegger, no tocante ao ato de representação da consciência relacionada ao juízo. Assim como Heidegger, Husserl admite que “os conceitos lógicos de representação e de juízo não foram definitivamente elucidados. Nesse ponto, como nos demais, temos ainda um longo caminho a percorrer. Estamos ainda nas primícias” (p. 26).

Ao apreender a significação de uma coisa que se vê no mundo entre parênteses, a consciência estabelece a sua realidade e já possui as intencionalidades de significação e de preenchimento. Se não acontece o preenchimento da significação, ou a não compreensão, as decepções entram em cena e ‘cortam’ a relação de conjunção e disjunção entre a própria compreensão e a interpretação. Nesse caso, os juízos elevados à condição de postulantes recriam um novo ‘jogo de sentidos’ e, se representam algo, resulta uma incógnita, se a representação se baseia numa verdade de intenções ou numa verdade dos juízos.

De acordo com Husserl, “as significações dos enunciados sobre as coisas exteriores não residem nas coisas, mas nos juízos que fazemos interiormente sobre elas ou nas representações que ajudam a construir esses juízos”. (p. 33). Não importa tanto se essas coisas são transcendentais ou imanentes à consciência, o desejo de preenchimento não contribui para o juízo. Mesmo que não tenhamos o mesmo desejo ou intenção de preenchimento de outrem, o juízo pode produzir o mesmo sentido para ambos, porém as representações aí são baseadas nas representações e não nas coisas em si.

Com a teoria do juízo fica ainda embaralhada a problemática de representar e de julgar. Se alguém busca representar algo por meio da consciência, esse algo visado diretamente não necessariamente precisa ser submetido ao ato de julgar, a não ser que os juízos se estabeleçam nos conceitos em torno da coisa visada, dos objetos que estabeleçam com ela, relações de proximidade. Assim reitera Husserl:

O juízo não é feito sobre a percepção, mas sobre o percebido. Quando falamos em juízos de percepção, via de regra, temos em mente os juízos da classe que acaba de ser caracterizada. (p. 35)

Para Husserl, “a percepção é um ato que determina a significação sem que, no entanto a contenha” (p.40). O ato de perceber é fundamental para o processo de

significação, mas não contém a significação. A significação se dá por meio do ato de pensar, ou pelos julgamentos do entorno dos objetos. O ente percebe o fenômeno, aciona suas intencionalidades de significação e preenchimento e estabelece os juízos do entorno. Ao preencher a significação, a intuição leva o fenômeno à compreensão daquilo que já faz sentido. Desse modo, a compreensão se abre para uma interpretação compreensiva.

Podemos concluir que se ocorrer a decepção de intenção, anula-se a possibilidade de interpretação. Porém se, mesmo assim, o ente recorre aos juízos para representar algo que não compreende, ele está pretendendo eliminar a decepção, com base em julgamentos que representam o fenômeno, não visando ao fenômeno como é percebido em si. Essa percepção é primordial para o ato do conhecimento, porque entendemos que o ato do conhecimento se funda primeiramente na percepção. A percepção e o objeto são a mesma coisa. Husserl corrobora essa idéia, quando argumenta que “a vivência da expressão funde-se com a percepção correspondente” (p. 44).

Retomando o conceito de intenção de significação e decepção, Husserl estabelece que:

A intenção de significação é dada, e de per si, só depois vem juntar-se a intuição correspondente. Ao mesmo tempo produz-se a unidade fenomenológica que se manifesta então como consciência de preenchimento (p. 50).

Ao se intencionar algo, a consciência recorre aos noemas, no interior de um mundo entre parênteses. Nessa recorrência, busca-se preencher a intenção de significação. O preenchimento idealiza-se como conhecimento, que é estático ou dinâmico. Na relação estática, os membros da relação e o ato de conhecer que estão afastados temporariamente, se desdobram numa figura temporal, e se recobrem temporal e concretamente.

Na relação dinâmica, os conceitos e as significações, num primeiro momento recebem um preenchimento insatisfeito. Mas num segundo momento repousam sobre a intuição do pensado, satisfeitos com a meta do pensamento, que foi atingida com êxito. Na relação dinâmica ocorre a dinâmica do conhecer, que se dá na alcançada intenção de

preenchimento da significação. Cabe acentuar aqui que a intenção não é expectativa. O que se intenciona é o que se busca, não aquilo que se espera.

Sobre as intenções, Husserl ainda afirma que “cada percepção ou afiguração é um tecido de intenções parciais fundidas na unidade de uma intenção global” (p. 56). Nesse sentido, a consciência pode visar mais além do que é vivido. Ela pode perceber algo mais, e essa superação pode ser preenchida, de acordo com suas intenções.

Retomando a idéia de não significação, cabe dizer aqui que a decepção não é um não preenchimento, mas sim um novo fato descritivo. A questão da não compreensão pode gerar um novo ‘jogo de sentidos’ ou um novo fato descritivo. Equivale dizer, mais uma vez, que está anulada aí uma interpretação sobre o fato que se mostra à consciência. Outra questão que se levanta aqui é: quem mostra os fatos à consciência? Sobre este tema, retomaremos com mais detalhes no capítulo 9, mas o que procuramos investigar por ora é o fenômeno da leitura e da apreensão, utilizando como base o referencial teórico, do qual fazem parte, entre outros, Husserl e Eco¹. Outra questão levantada por Husserl é em relação à intuição. A consciência é dotada de intuição, e a intuição, por sua vez, em certos casos, conflita com a intenção de significação. Ao conflitar, a intuição pressupõe uma certa concordância, mas que na realidade vivida, não é uma concordância total.

Se penso A é vermelho, quando na ‘verdade’, ele se mostra verde, nesse mostrar-se, isto é, no ajustamento à intuição, a intenção do vermelho conflita com a intuição do verde. Mas é inegável que tal coisa só é possível quando tem por fundamento uma identificação do A nos atos de significação e intuição. É só assim que a intenção pode aproximar-se dessa intuição. A intenção global se dirige para um A que é vermelho e a intuição mostra um A que é verde. (p. 57).

Percebemos que, na afirmação acima, o conflito não exclui totalmente intenção e intuição. A intuição de que o A é verde ao ‘conflitar’ com a intenção que o A é vermelho, gera um conflito parcial, e, ao mesmo tempo, uma concordância parcial. Na visão do fenômeno, existe a intenção de que o A é um A, o que concorda com a intuição de que o A realmente é um A, embora conflitem a respeito das cores do signo A.

A relação da apreensão fenomenológica com a hipótese principal da tese se dá numa tentativa de desvelar os modos como o leitor apreende a leitura, recebendo por meio dela, a informação que está sendo visada e recebida. No ato da leitura, o leitor pode carregar uma intenção de significação que pode ou não se confirmar numa intenção preenchida de significação. A consciência do leitor percebe o mundo entre parênteses do universo conceitual do texto apreendido, e intui que suas hipóteses podem ser confirmadas. Ao preencher a significação ou não, de acordo com sua intenção, o leitor é capaz de compreender o fenômeno, se tal compreensão fizer sentido para ele. A partir daí, a significação se dá no mundo de conceitos do leitor. Dessa maneira, a significação se abre para uma interpretação ou para um novo fato descritivo.

Percebemos que, tanto em Heidegger como em Husserl, faz-se presente o conceito de intencionalidade. O ato intencional está vinculado ao desejo da consciência dos indivíduos de estabelecer juízos, relações e conceitos. Searle (1995) reitera isso quando afirma que os atos de fala manifestam as intencionalidades da mente. Essa intenção pode estar vinculada ao universo de vivência dos indivíduos que é uma malha de significações e de conceitos que perpassam a consciência ideológica dos indivíduos. Ao observar e apreender o fenômeno ou os fenômenos, os indivíduos (no caso de leitores) projetam uma intenção que pode estar conectada com a intuição. A leitura então é intencional e ideológica e se abre para interpretações ou novos textos, que podem gerar novos conhecimentos.

Notas

1 Tentaremos demonstrar a junção das idéias de Husserl, Heidegger e Eco para a primeira comprovação das hipóteses deste texto. A segunda comprovação será fundamentada na pesquisa de campo pretendida.

CAPÍTULO 7: PENSAMENTO E LINGUAGEM

Neste capítulo, procuraremos elucidar algumas afirmações de Wittgenstein a respeito do pensamento e do uso da linguagem. Faremos uma crítica textual dos pontos considerados principais com relação às hipóteses deste trabalho. Algumas afirmações de Wittgenstein, retiradas da obra *Investigações Filosóficas*, serão citadas e tentaremos compreendê-las. Assim como defendido neste trabalho, nossas leituras do referencial teórico passam pelo mesmo processo aqui descrito. Os textos, como fenômenos, se apresentam a nós, e tentamos compreendê-los para tentar interpretá-los. Nossas intenções de preenchimento de conhecimento podem ser preenchidas com significação para interpretação ou gerar um novo ‘jogo de sentidos’. Mas, de qualquer maneira o que estamos fazendo é um recorte das obras citadas no referencial teórico para uma primeira comprovação das hipóteses. No caso de Wittgenstein, nosso foco é a relação de significação e uso da linguagem, conceitos que estão presentes na obra acima.

Ludwig Wittgenstein nasceu em 1889 em Viena. A obra de Wittgenstein costuma ser classificada em duas fases. A primeira é quando, em 1922, publica o *Tratado Lógico-Filosófico*. De 1936 a 1951 concentrou suas reflexões no problema da linguagem, visando a reformular a teoria proposta no Tratado. Destas reflexões nasceram três obras importantes e que já são classificadas como fazendo parte da segunda fase da obra de Wittgenstein: *The Blue and Brown Books*, *Observações sobre os Fundamentos da Matemática* e *Investigações Filosóficas*, que é a obra referenciada neste trabalho. Wittgenstein faleceu em 1951 na Inglaterra e *Investigações Filosóficas* foi publicado postumamente em 1953.

A primeira citação que consideramos primordial para um bom entendimento da questão é referente às famosas ‘cinco maçãs vermelhas’: Eis a citação de Wittgenstein:

Pense agora no seguinte emprego de linguagem: eu envio alguém às compras. Dou-lhe uma folha de papel onde se encontram os signos: ‘cinco maçãs vermelhas’. Ele leva o papel ao comerciante. Este abre a gaveta sobre a qual está o signo ‘maçã’. Ele procura a palavra ‘vermelho’ numa tabela e encontra defronte a ela uma amostra de cores. Ele diz a sequência dos numerais – suponho que

ele a saiba de cor – até a palavra ‘cinco’, e a cada número tira da gaveta uma maçã que tem a cor da amostra. – Da mesma forma operamos com palavras. – Como ele sabe onde e como deve procurar a palavra ‘vermelho’ e o que ele tem que fazer com a palavra ‘cinco’? – Ora, suponho que ele aja conforme descrevi. As explicações encontram um fim em algum lugar. – Qual é o significado da palavra ‘cinco’? – Aqui não se falou disso, mas somente de como a palavra ‘cinco’ é usada.

Estão aí os fundamentos das idéias de Wittgenstein a respeito da linguagem: seu entendimento se dá no uso e não no significado. Isso é corroborado por Blair (2006), que, em linhas gerais, afirma que a questão do significado das palavras individuais versus o uso das palavras, se torna a pedra angular, ou de esquina na qual Wittgenstein constrói sua teoria da linguagem e análise filosófica¹.

É inútil perguntar, nesse exemplo, o significado individual das palavras. Seu uso propicia o seu entendimento, e na linguagem flui o pensamento que ‘entende’ a frase. O significado acontece com o uso. Os objetos são representados por nomes que, dependendo da intencionalidade, acionam os seus significados. Esses significados podem ser compartilhados ou não pelo emissor e pelo receptor da informação contida nas palavras que representam os objetos. Ainda Wittgenstein cita o exemplo da intencionalidade no ato ilocucionário, quando diz:

Água!

Fora!

Ai!

Socorro!

Lindo!

Não! (p. 29)

Em seguida, o autor pergunta: você ainda está inclinado a chamar essas palavras de ‘denominações de objetos’? Vemos que nessas expressões o significado atribuído convencionalmente pode não se aplicar. O que acontece aí é que são atos de intenção que despertam um significado de acordo com o uso esperado e atribuído. Wittgenstein

chamou essa relação complexa de ‘jogos de linguagem’. Uma citação de Wittgenstein diz:

Quero chamar de ‘nome’ somente o que não pode ocorrer na combinação ‘X existe’. E assim não se pode dizer ‘o vermelho existe’, porque, se não houvesse o vermelho, não se poderia absolutamente falar sobre ele. Mais acertadamente: se X existe, deve significar que X tem um significado, então não é uma proposição que trata do X, mas uma proposição acerca do nosso uso da linguagem, a saber: o uso da palavra X. (p. 47)

Ao ser usada, a palavra causa um entendimento de um significado, e esse significado é compreendido a partir dos usos que se faz da palavra. É impossível falar sobre algo que não existe. Se não existe, não pode ser nomeado por palavras. Essa dedução revela a idéia presente em Wittgenstein de que a linguagem é o veículo do pensamento (Blair, 2006), porque ela pode expressar o que o pensamento ‘pensa’. Não se pode dizer que a linguagem ‘representa’ o pensamento, porque nem tudo que é pensado pode ser expresso. Tomemos como exemplo um escritor que idealiza um roteiro para o seu romance. Ele pensa a história, seu início, as personagens, a trama, e o desfecho. Mas nem tudo que ele pensou e planejou pode estar no roteiro, não no sentido de censura, mas da incapacidade da linguagem de expressar todo o pensamento, ou de representá-lo. A linguagem, escrita ou falada, em certo sentido, reduz o pensamento a signos exprimíveis. O pensamento, por sua vez, usa a linguagem como um veículo, e a linguagem por sua vez, só pode veicular aquilo que o pensamento permite. Algo impensado não pode ser veiculado.

O que se passa pela mente quando entendemos uma palavra? Não é algo como uma imagem ou a idéia de uma imagem? Essa imagem ou idéia pode nos condicionar ao seu uso. Mas isso não significa que todas as vezes que a imagem ou idéia é apreendida ela tem o mesmo significado pretendido pelo emissor. A intenção do emissor pode não ser a intenção do receptor. Quando uma mensagem é disseminada, a imagem ou a idéia que se forma no receptor pode se decodificar de diferentes maneiras, dependendo daquilo que fará sentido para ele. Imaginemos alguém que diz: ‘pesquei um pintado de três quilos’. Aquele que ouve essa sentença e tem familiaridade com a pescaria, forma a imagem de um peixe da raça ‘pintado’, exatamente como ele é: suas cores, suas formas,

seu tamanho, baseando-se nas suas vivências. Ele não pergunta pelo significado da palavra ‘pintado’, porque já o conhece pelo uso desse signo na sua linguagem. Quem não tem vivência no universo da pescaria, provavelmente, se perguntará o que é, como é um peixe da raça ‘pintado’, e qual o tamanho de um peixe desses para pesar três quilos. Para este último receptor, o emissor poderia dizer simplesmente: ‘pesquei um peixe’, e a mensagem teria o seu efeito. Mas, por outro lado, o primeiro poderia perguntar: mas qual peixe? De que tamanho? Qual seu peso?¹

Assim é o universo da significação de acordo com a teoria dos ‘jogos da linguagem’ de Wittgenstein. Mais uma vez percebemos as vivências e os atos de intenção que produzem as significações. O jogo de sentidos, as vivências e as intencionalidades, percebidos em Heidegger e em Husserl, retornam aqui em Wittgenstein.

As intenções presentes na fala e na escrita, podem influenciar como o receptor recebe as informações ali contidas. No ato da leitura, a linguagem pode fluir e ser entendida conforme os conhecimentos do leitor, conhecimentos baseados nas suas vivências. Notamos, até aqui, um ciclo que pode ser esquematizado da seguinte maneira:

Figura 1: ciclo básico da leitura

Até aqui, tratamos de investigar apenas a recepção da informação. Após a pesquisa de campo, poderemos verificar esse processo no roteiro da informação para a transformação em conhecimento. Por ora, investigamos como se dá esse processo de sentidos da informação no ato da leitura para receber a informação.

Vimos que Wittgenstein elucida, a princípio, a possibilidade de uma significação no interior dos jogos de linguagem. Essa possibilidade traz ao receptor os signos e as intenções de um emissor. Dependendo das vivências, cabe ao leitor assimilar e trabalhar essa informação para produzir o seu conhecimento. Nos capítulos seguintes falaremos sobre a representação, que é um processo que permeia e ampara o fenômeno de recepção, e sobre a semiótica da linguagem e as intenções que estão presentes não apenas no emissor, mas também nos textos e no receptor, para então tentarmos compreender como se dão os complexos fenômenos nesse jogo de significações.

Nota

1 O uso da linguagem pode ser visto também na aprendizagem de uma segunda língua. O aprendiz, ao ler os significados das palavras e/ou repetir as expressões citadas pelo professor, está aprendendo uma língua que não flui do seu pensamento. A cada nova palavra, expressão idiomática ou frase ele tem que recorrer ao dicionário ou ao professor, como alternativa de compreensão da significação proveniente da língua. No entanto, é só no uso da linguagem que ele pode ‘internalizar’, de modo eficaz, os jogos de linguagem daquela língua. (N. do A.).

CAPÍTULO 8: A REPRESENTAÇÃO DAS COISAS

O que seria a representação das coisas? Na abordagem sistemática da Ciência da Informação, sabemos que a representação acontece nos processos de construção das linguagens documentárias. O ato de representar é um ato do pensamento que envolve uma complexa relação do pensamento com a linguagem e com os conhecimentos produzidos a partir das vivências. É nessa relação que ocorre o fenômeno de representação das coisas que são apreendidas pela consciência. Para uma base teórica, faremos uma leitura utilizando algumas citações de Michel Foucault, especificamente do capítulo 3 da obra *As palavras e as coisas* (1999). Esse capítulo, intitulado ‘Representar’, trata principalmente de uma arqueologia da função representativa desde a idade clássica. Foucault trabalha com hipóteses de semelhanças e diferenças entre os signos e seus significados.

Michel Foucault (1926-1984) foi um filósofo francês cujos estudos tratam, principalmente, das análises das relações de poder. Trabalhou com essas relações em diversos meandros da sociedade, não só do ponto de vista social, mas também do ponto de vista individual e subjetivo. Suas obras retratam de forma histórica e epistemológica as nuances do poder nos fenômenos psicológicos como a loucura e a sexualidade, nas questões jurídicas, na linguagem dos discursos e na política. A obra *As palavras e as coisas* foi publicada em 1966.

Segundo Foucault, a representação é um sistema de relação entre signos e significados. Se não houvesse essa relação, a representação seria pura apresentação, mas ainda é incerto falar em pura apresentação no mundo dos signos, porque desde que haja signos há uma representação. Discorrendo sobre Dom Quixote¹, Foucault escreve:

Dom Quixote lê o mundo para demonstrar os livros. E não concede a si outras provas senão o espelhamento das semelhanças. Seu caminho é todo uma busca das similitudes: as melhores analogias são solicitadas como signos adormecidos que cumprisse despertar para que se pusessem de novo a falar. (p. 64 e 65).

O ato de representar pressupõe um jogo de espelhamento que se traduz em semelhanças e também em diferenças. Dom Quixote transforma o mundo cotidiano em mundo de sonhos por meio de analogias e semelhanças. Seria esse mundo de sonhos o mundo da representação? A realidade apreendida pela consciência, ou consciências de Dom Quixote, advém de um mundo reduzido e que se baseia em realidades apreendidas pela(s) sua(s) consciência(s). Essa transposição de mundos se abre com base nas leituras de Dom Quixote dos romances de cavalaria. Seria possível recriar esse mundo ou apenas representar o mundo das cavalaria no interior da ‘realidade’ de fato? Dom Quixote está representando o seu mundo e não recriando um outro mundo, porque recriar um mundo, se fosse possível, significaria recriar apresentações, pelo menos no caso desse exemplo. Foucault argumenta que é pela comparação que encontramos “a figura, a extensão, movimento e outros semelhantes” (p. 72). Na comparação de semelhanças, mostra o seguinte exemplo:

Numa dedução do tipo ‘todo A é B, todo B é C, logo todo A é C’, é claro que o espírito compara entre si o termo procurado e o termo dado, a saber, A e C, através dessa relação segundo a qual um e outro são B. (p. 72).

O espírito trabalha argumentando com as semelhanças entre as proposições, da mesma maneira que também argumenta com as diferenças. Por meio da comparação, deduziu-se que A, B e C são semelhantes. Essa comparação permite entender que não se pode conhecer a ordem das coisas na sua natureza isoladamente. Ao representar, o indivíduo deve recorrer ao sistema de uma comparação que lhe permite identificar as diferenças e as semelhanças entre os conceitos visados, e conhecer os signos que lhe fornecem a possibilidade de uma postulação da identidade e da diferença.

A base para a classificação desses signos pode ser originada a partir da seguinte afirmação: o signo X é tudo o que o signo Y não é, e o signo Y é tudo o que o signo X não é. Retornamos aqui com a idéia de conjunção e disjunção de uma base interpretativa. A classificação segue uma ordem de representação ao identificar semelhanças e diferenças entre os conceitos visados. A determinação dos nomes então é um processo de conjunção e disjunção entre os signos representativos. Ao compreender e interpretar, o indivíduo forma a base de uma representação na compreensão dessas identidades. Após a compreensão, ele pode ser capaz de interpretar e classificar os

signos de acordo com seu universo conceitual de compreensão. Mas nos perguntamos se as intenções também não se dão na interpretação. Entendemos que os atos de intencionalidade perpassam todo o processo de conhecimento, desde a apreensão da informação até a representação e produção de conhecimento. De acordo com Foucault, a representação do signo possui duas variáveis: a primeira é que o signo deve encontrar seu espaço no interior do conhecimento.

Só há signo a partir do momento em que se acha conhecida a possibilidade de uma relação de uma substituição entre dois elementos já conhecidos. O signo não espera silenciosamente a vinda daquele que pode reconhecê-lo: ele só se constitui por um ato de conhecimento. (p. 81).

A representação das coisas é atrelada ao conceito de substituição. Representando, criamos uma relação entre o que se apresenta e o signo, num ato de substituição, mas que não pode deixar de ser um ato de conhecimento. Entendemos que conhecer é classificar, porque para classificar precisamos possuir os fundamentos dos conceitos que classificamos. Ao ser constituído, o signo propicia um conhecer, porque se coloca como representante de conceitos, num jogo de substituição.

A segunda variável do signo é: a forma de sua ligação com o que ele significa. O signo pode tanto designar um conceito, uma idéia, ou ser ele mesmo a idéia ou o conceito a ser designado por um outro signo. O mundo dos signos é circular e infinito. Eco (1997) aborda essa questão ao tocar na questão de um interpretante que ‘explica’ o signo numa relação infinita entre o significante e o significado. O interpretante é aquele que ‘julga’ as ligações no processo de significação.

Segundo Foucault, a relação entre significante e significado não segue uma ordem das coisas, ela se dá de maneira natural ou arbitrária. Numa outra passagem, Foucault assegura que o signo possui uma natureza de dualidade, portanto um signo só é signo “sob a condição de manifestar a relação que o liga àquilo que significa” (p. 88). A relação de dualidade é significante-significado. Se o signo não é significante e não representa um significado, e se não mostra claramente esse caráter de relação de substituição, resulta que ele é ainda um significado que poderá se manifestar num ato de conhecimento e se tornar um signo. Assim, todo significado pode se tornar um signo, dependendo dos meandros do conhecimento no qual se manifesta.

Nos sistemas de informação, podemos notar a função representativa nos trabalhos de construção de linguagens documentárias, sejam elas tesouros, ontologias ou tabelas de classificação. O construtor do sistema recolhe conceitos de uma determinada área conceitual e utiliza signos para representá-los. Muitas vezes, para isso, recorre aos dicionários terminológicos. Classificando e relacionando os signos, o construtor ‘fixa’ descritores² que serão representantes fixos e utilizáveis para uma recuperação da informação. Espera-se que o usuário do sistema ‘capte’ os mesmos sentidos e compreensões do construtor do sistema, e elabore sua busca utilizando os signos ali disponíveis a ele.

Nos sistemas colaborativos da Web, é possível que o próprio usuário represente os conceitos após a leitura de um texto. Nesse processo, entram em jogo as vivências do usuário, e seus conhecimentos prévios baseados nas vivências. Nessa representação, ele ‘alimenta’ o sistema com ‘tags (palavras-chave)’ que, na realidade, são signos que possuem significados, ou que representam conceitos. A representação então é um fenômeno que se dá no sistema e no usuário, utilizando o recurso da identificação de semelhanças e diferenças dos conceitos, sempre baseando-se na comparação de tais conceitos. Todo ato de representação pressupõe então um complexo ‘jogo’ de vivências, intenções, sentidos, compreensões e interpretações. É um mundo circular e infinito, e por isso é impensável estabelecer uma relação fixa entre significante e significado no conceito, e pressupor que essa relação será eterna.

As representações dos leitores podem se diferenciar das representações dos sistemas, mesmo que esses representem com base em dicionários terminológicos ou em processos de indução/dedução. Ao fazer assim, os sistemas recortam uma determinada área do conhecimento e estabelecem uma relação direta com um grupo de usuários daquela determinada área do conhecimento. Gracioso (2008) ao fazer uma crítica ao sistema argumenta que:

Atribuir o significado lingüístico ao seu uso em situações práticas da vida equivale a dizer que não seria possível fixarmos significados, *a priori*, pois, para isso, teríamos de fixar as ações da vida. A Ciência da Informação, diante disto, teria de lidar com uma concepção de significação aberta que permitisse sua constante reconstrução. (p. 129).

Os significados não podem ser fixados pelo sistema, pelo menos a princípio, pois neste trabalho estamos procurando compreender a significação como base para o fluxo de informação, e, por ora, na análise do referencial teórico, podemos entender que os significados são variáveis, levando-se em consideração que os signos, na relação com seus significados, possuem uma característica de circularidade e infinitude. Essas duas qualidades são fruto dos processos de apreensões dos indivíduos com base em suas vivências e produção de sentidos. Os signos se mostram num ato de conhecimento e o conhecimento não é estável.

Notas

1 Personagem da obra de Miguel de Cervantes Saavedra, publicada em 1605 na Espanha. Roger Chartier faz um interessante estudo sobre esse livro em *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília, UnB, 1994. Esse período corresponde justamente a era clássica, estudada historicamente por Foucault em *As Palavras e as Coisas*. (N. do A.).

2 Na Ciência da Informação, convencionou-se chamar de descritores as palavras utilizadas nas construções documentárias, ao passo que os termos são extraídos dos dicionários de terminologia, e as palavra-chave são extraídas da linguagem natural. (N. do A.).

CAPÍTULO 9: A INTERPRETAÇÃO

Ainda no tocante da interpretação na leitura, verificamos o que propõe Umberto Eco no texto *Os limites da interpretação*, coletânea de ensaios publicada em 1990 na Itália e em 1995, no Brasil, e com os apoios de *O conceito de texto*, do mesmo autor, publicada no Brasil em 1984, e do texto *A produção de sentido*, de Eliséo Verón, publicada no Brasil em 1980. Umberto Eco, escritor, filósofo e professor, nascido em 1932, na Itália, ocupa-se, entre outros domínios, com os estudos em Semiótica, com foco na interpretação e linguagem. Além de ensaios sobre Semiótica, também é autor de romances, entre eles, *O Nome da Rosa* (1980), *O Pêndulo de Foucault* (1988) e *A Ilha do dia anterior* (1998).

Segundo Eco, a interpretação se articula a partir de uma tricotomia:

A oposição entre interpretação como pesquisa da *intentio auctoris*, interpretação como pesquisa da *intentio operis* e interpretação como imposição da *intentio lectoris*. (p. 6).

É por meio dessa tricotomia que se opõem as articulações da interpretação, oriundas da intencionalidade do autor, da obra e do leitor. Falamos aqui de leitores de textos, que recebem a sintaxe, a gramática e a retórica de uma escritura, dos próprios escritos, e da autoria desses escritos. É sempre no texto que ocorre uma busca de informação, e é preciso buscar nele aquilo que ele diz relativamente “à sua própria coerência contextual e à situação dos sistemas de significação em que se respalda” (p.7). Bem como, por outro lado é preciso buscar no texto aquilo que “o destinatário aí encontra relativamente a seus próprios sistemas de significação e/ou relativamente a seus próprios desejos, pulsões e arbítrios” (p. 7).

Embora discorramos sobre a importância e o sentido do texto para a hermenêutica, devemos levar em conta sempre o enfoque gerativo e o enfoque interpretativo. Nesse jogo de intenções acontecem as interpretações como base para um sistema de significação, sendo possível, desde que haja uma análise do texto, identificar as intencionalidades que originam os significados nos fluxos de informação.

Essa análise só é possível a partir do conhecimento dos meandros do processo, a saber: conhecimento do texto, dos leitores, das suas vivências, e identificar as intencionalidades presentes no processo de leitura

Podemos prever, no entanto, algumas variáveis: nem sempre a intenção do leitor é garantia de uma infinidade de leituras, assim como um texto que, à primeira vista, pareça ser unívoco, nem sempre pode ser lido como não interpretável. A geração e a interpretação são mutáveis dentro de um processo de intenções, tanto por parte do gerador como por parte do intérprete.

Para explicar o que é intenção da obra, Eco (1999), dá o exemplo de um autor que, ao ler a interpretação feita por outrem do seu próprio texto, se defenda dizendo algo como: ‘eu não quis dizer aquilo na minha obra’. De certa maneira, o leitor deve se ocupar com as intenções do autor, e da obra, antes de gerar um processo interpretativo. A intenção do leitor não pode ser exclusiva, porque mesmo que ele não se ocupe da intenção do autor, ainda assim sempre existe uma intenção na obra que se manifesta aos leitores por meio de índices.

Segundo Eco, há uma diferença entre interpretação e conjectura. Esta última pode ser a origem de ‘má interpretação’ ou de um novo jogo de sentidos. A conjectura sempre deve ser “testada sobre a coerência do texto e à coerência textual só restará desaprovar as conjecturas levianas” (p. 15). Para entender os conflitos entre intencionalidades, Eco lembra os conceitos de autor-modelo e de leitor-modelo. O leitor-modelo é aquele idealizado pelo autor-modelo. Nas palavras de Eco (p. 16), podemos compreender o seu ponto de vista a respeito com o exemplo a seguir:

Há o leitor-modelo do horário de trens e há o leitor-modelo de *Finnegans Wake*¹. Mas o fato de que *Finnegans Wake* prevê um leitor-modelo capaz de achar uma infinidade de leituras possíveis não significa que a obra não tenha um código secreto. Seu código secreto está nessa sua vontade oculta, que se faz evidente quando traduzida em termos de estratégias textuais, de produzir esse leitor, livre para arriscar todas as interpretações que queira, mas obrigado a dar-se por vencido quando o texto não aprova suas ousadias mais libidinais.

Percebemos que na questão da interpretação, o referencial teórico apresentado sempre esbarra no ponto da não-interpretação. A propósito, Eco retoma os conceitos das três intenções para assegurar que o leitor não está ‘livre’ para uma interpretação isenta do autor ou do texto. Heidegger (2004) menciona a compreensão como fundamento exclusivo para a interpretação, Husserl (1996) aponta os ‘desejos da consciência’, e Wittgenstein (2008) ampara a compreensão no uso da linguagem. Nesse sentido podemos vislumbrar algo já como um limite para a interpretação, limite que aponte para uma representação produzida por leitores, autores e textos.

De acordo com Verón (1980), os sentidos da significação eram pensados de modo binário. Dessa maneira, era o signo representando o objeto de maneira direta, numa via exclusiva de mão dupla. A relação era pensada em termos de sentidos e sons, em duas pontas. Tal dualidade durou até que surgissem as propostas de Frege e Peirce² (apud. Véron, 1980), quando começou-se a pensar em modos ternários de sentidos. Assim, ‘surgiam’ o signo, o objeto e o interpretante, este último o responsável pela significação do objeto ou referente em relação ao signo.

Verón utiliza uma citação de Peirce para justificar sua asserção, que diz que “um signo é como qualquer coisa que é de tal maneira determinada por uma outra coisa chamada seu objeto, e que determina tal efeito sobre uma pessoa, efeito a que chamo seu interpretante, que este último é assim determinado pelo primeiro” (p. 184). Esse efeito é aquilo que pode ser chamado também de ponto de vista, uma maneira de ver que depende da apreensão do sujeito. Assim, ao vislumbrar ou perceber um signo, a pessoa ‘olhará’ esse signo de uma maneira determinada por seu interpretante, ou seja, aquilo que fará com que a compreensão e a interpretação aconteçam.

Dessa maneira, acreditamos que o interpretante, seus olhares e percepções seja fruto das pré-existências e influências dos mundos da pessoa que vê o signo.

Essa relação triangular que Verón resgata desde Peirce reflete os signos, os sentidos e as representações. De maneira ternária, circular e infinita, a triangulação dos sentidos é definida pelos interpretantes, que por sua vez também podem se tornar signos ou objetos. As ‘maneiras’ de se ver um objeto traçam uma variação triangular entre significante e significado. E esse processo se multiplica de maneira infinita no mundo das significações.

Ogden & Richards (1976), a partir de Peirce, estabelecem as pontas do triângulo com os nomes de símbolo, referente e referência. Paralelamente podemos comparar as atribuições de cada componente dessa maneira:

Signo = símbolo

Objeto = referente

Interpretante = referência

Essa argumentação vai além de uma simples idéia de interpretante como um ponto de vista. Ela leva esse ponto de vista até suas referências com os objetos do mundo, que permitem estabelecer uma conceituação de acordo com suas vivências (referências) que originam seus conhecimentos prévios, ou podemos dizer, o seu universo conceitual. Essa postulação permite-nos compreender as referências que levam à determinação de um símbolo que representa um referente.

Eco (1984), também já mencionado na introdução, sugere uma forma de deixar mais clara essa demonstração. Segundo ele, a significação se ampara na seguinte tríade: símbolo (expressão) – Referente (intensão e extensão) - referência. Uma expressão seria assim melhor esclarecida a partir da sua definição e da compreensão de suas características e da sua classificação de classes. Isso se explica no exemplo de Eco em que se vale do signo cavalo. Esse signo se refere a um referente cavalo específico ou à classe totalizante dos cavalos? De acordo com Eco, a demonstração desse triângulo ficaria assim:

Símbolo = cavalo

Referente: Intensão = animal quadrúpede, mamífero, etc.

ou

Extensão = todos os referentes que possuem as tais características
(todos os cavalos)

Referência

Descrevemos essa trajetória para refletir sobre as causas de ‘ser’ do interpretante e da referência. Ao se mostrar, o signo se dá ao indivíduo por meio de referências para se compreender o referente. Essa é a base da interpretação, que se ‘acomoda’ na compreensão do referente, que é estabelecida a partir das referências colhidas pela consciência em suas vivências.

Numa leitura, ao se confrontar as três intenções, o leitor se ampara num processo circular e infinito do(s) triângulo(s) conceitual(is). A intenção não pode ser a

prerrogativa do leitor, porque senão ele corre risco de fundar um novo jogo de sentidos que se diferencia da proposta de sentidos do texto lido. Levando em conta as intenções do autor e da obra, a interpretação se apóia assim numa compreensão que permite a interpretação. Mas não podemos negar, e isso poderá ser comprovado na pesquisa de campo, que a intenção do leitor é um elemento influente nessa tríade, porque o leitor está sujeito a um ponto de vista (interpretante) que poderá lhe trazer referências diferentes de outros leitores e de outras leituras para aquele mesmo texto, fazendo mudar a configuração do triângulo da significação. Assim, podemos notar que a relação da interpretação é sempre ternária. Seja na relação da significação (signo, objeto, interpretante), seja na recepção de uma informação (as três intenções). Veremos, após os resultados da pesquisa de campo, como se confirmam nossas construções teóricas.

Notas

1 Obra do escritor irlandês James Joyce . (N. do A.).

2 Verón utilizou o texto *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*, editado por C. Harshorne and P. Weiss, Harvard University Press, 8 volumes, 1931-1958. (N. do A.).

CAPÍTULO 10: A MEMÓRIA E O CONHECIMENTO

Neste capítulo são feitas reflexões acerca da memória como condição fundamental para a construção do conhecimento. Coletiva ou individual, a memória é responsável pela guarda das informações que poderão ser resgatadas para as bases do conhecimento de um indivíduo ou de uma sociedade. Mesmo antes do advento da escrita, a história foi preservada com base nas memórias. Le Goff (2003) faz um panorama sobre a relação entre memória e história. Como exemplo dessa perpetuação do conhecimento pela memória, mencionamos as histórias bíblicas que, num período aproximado de dois mil anos, foram transmitidas de pais para filhos pela transmissão oral. A memória do povo foi a grande responsável por esse feito.

Na ficção, há um relato interessante de Ray Bradbury [198-?] sobre pessoas-livros que guardam nas suas memórias textos inteiros de livros. Eles fazem isso como forma de resistência num mundo futurista onde os livros seriam queimados. Uma citação bem interessante nesse relato está localizada nas p. 176 e 177 da edição brasileira:

Milhares nas estradas, nas estradas de ferro abandonadas, de noite. Por fora, vagabundos; por dentro, bibliotecas. A princípio, não havia nada planejado. Cada homem tinha um livro que desejava recordar, e memorizava. Depois, no transcurso de mais ou menos vinte anos, fomos nos encontrando, em viagens, organizamos a rede e estabelecemos um plano (...) Alguns de nós vivem em cidades pequenas. O capítulo 1 de *Walden*, de Thoreau, em Green River, o capítulo 2, em Willow Farm, no Maine.

Nos dois casos, o real do povo hebreu e o relato ficcional acima, a memória preserva o conteúdo para um possível registro. No primeiro caso, a possibilidade foi o advento da escrita; no segundo caso, o possível fim do regime ditatorial que queimava os livros.

Segundo Campello (2006), “a noção de identidade coletiva e o desejo de dar continuidade a essa identidade parecem ser os principais pontos em que se apóia o conceito de preservação de memória.” (p. 4). A esse respeito, a Biblioteconomia¹ tem se preocupado, ao longo dos séculos, em armazenar e preservar informações por meio de acervos construídos com a utilização de “ferramentas”² adequadas para se preservar e acessar os conteúdos desses acervos.

Le Goff (2003.) argumenta que “os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva” (p. 422). Discorrendo sobre o estudo da memória social, diz o autor: “é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história”(p. 422). Distingue três tipos de memória: a memória específica, a memória étnica, e a memória artificial.

Memória específica é a que define o comportamento das espécies.

Memória étnica, a que assegura a reprodução dos comportamentos nas sociedades humanas.

Memória artificial ou eletrônica, em sua forma mais recente, a que assegura, sem recurso ao instinto ou à reflexão, a reprodução de atos mecânicos encadeados.

A memória social, na Antiguidade, se baseava primeiramente na tradição oral, como maneira de fixar nas memórias individuais as tradições e as histórias dos povos. A criação das bibliotecas tinha na suas origens, e traz até hoje, o conceito de instituições-memória, que guardavam e guardam as informações produzidas pelo conhecimento humano.

Podemos notar que as tradições cristãs se baseiam em imperativos de memória, quando desde os tempos do Antigo Testamento, e passando pela igreja primitiva cristã, registra-se o apelo à recordação. Isaías escreve em 44.21: “Lembra-te destas cousas, ó Jacó, e ó Israel, porquanto és meu servo; eu te formei, meu servo és, ó Israel; não me esquecerei de ti”. Em Lucas 22.19 lemos as palavras de Jesus: “Isto é o meu corpo, que por vós é dado; fazei isto em memória de mim”. (A Bíblia Sagrada, 1969).

Essa passagem do apelo à recordação induziu ao registro das palavras em suportes de escrita, tornando-se assim, tanto pela tradição oral, quanto pela tradição escrita, acervos da memória social de um povo. Os registros escritos, ao serem lidos, têm a possibilidade de serem guardados na memória, mas é uma guarda que se entremeia entre a memória coletiva e a memória individual. Esse princípio de memória

guarda semelhanças com a teoria sócio-cognitiva da recepção da informação. Ao longo da sua vivência, o indivíduo recebe informações de caráter social, baseadas na memória social de um povo, mas é a partir de sua consciência que ele pode interagir, analisar, comparar, e concluir no que será a construção e gestão do seu conhecimento.

Portanto, um conceito fundamental para se compreender a relação deste capítulo com o andamento da tese é o conceito de memória subterrânea. Originária das vivências e dos conhecimentos prévios, a memória subterrânea é formada por conceitos que se encontram armazenados na inconsciência do indivíduo, ou, no nosso caso, do leitor.

Induzida por um mecanismo motivacional, a memória se manifesta na consciência no momento em que relaciona o mecanismo indutor com as vivências. Eco faz uma citação pertinente quando diz que “o emaranhado de memória individual e memória coletiva prolonga nossa vida, fazendo-a recuar no tempo, e nos parece uma promessa de imortalidade” (1994, p. 137).

Na leitura, o indivíduo tem a possibilidade de acionar informações antes armazenadas, que podem criar relações com seus conhecimentos prévios. Esse processo pode capacitar o leitor para, a partir da relação das memórias com os conceitos apreendidos, criar textos que expressem seu conhecimento. As memórias subterrâneas guardam semelhanças com os conceitos de conhecimento. Aquilo que está consciente ou inconscientemente armazenado na memória do leitor é um conhecimento tácito que ele possui, mas que não pode, a princípio, ser compartilhado. A partir do momento em que ele registra esse conhecimento, esse mesmo conhecimento se transforma em informação que é passível de ser compartilhada. Assim, entendemos que o conhecimento compartilhado seja informação.

Na Ciência da Informação há divergências entre alguns autores ao nomear o conceito de selecionar, colecionar, tratar, e disponibilizar informação. Alguns utilizam o termo ‘organização do conhecimento’ como Dias (2006), Andrade (2006), Choo (2006), Alvarenga Neto (2008). Alguns outros autores, como Alvarenga (2006), Lima (2006), Kuramoto (2006), utilizam o termo ‘organização da informação’. Mas há quem use os dois termos simultaneamente, como Valentim (2008), que, no âmbito das organizações, argumenta que “a gestão da informação e a gestão do conhecimento são entendidos como ações complementares” (p. 23).

A argumentação em favor do uso do termo ‘organização da informação’, aponta para o fato de que este conceito é entendido como um processo de estruturar a informação para facilitar uma pesquisa. Essas estruturas podem ser catálogos (impressos

ou em linha), linguagens documentárias (classificações, tesouros), ou mesmo folksonomias, que permitem que o sistema seja de fácil acesso ao indivíduo que busca informação. Na realidade, o que acontece é a organização da informação, porque alguns entendem que o conhecimento em si é um fenômeno tácito, baseado nas memórias subterrâneas do indivíduo, enquanto o conhecimento registrado, baseado em memórias auxiliares (a organização formal), é uma informação, uma vez que pode circular socialmente.

Neste trabalho, já tivemos a oportunidade de mencionar alguns conceitos de informação. Consideramos pertinente tentar compreender, segundo a visão de alguns autores, os vários sentidos para o conceito de conhecimento. No Dicionário Aurélio (1999), podemos encontrar 12 (doze) significados para a palavra. Entre eles, ato ou efeito de conhecer, idéia, noção, informação, notícia, ciência, a apropriação do objeto pelo pensamento. E ainda 7 (sete) sintagmas nominais de primeiro nível, como conhecimento adequado, conhecimento aéreo, conhecimento de depósito, entre outros. Segundo Valentim (2008), “o conhecimento é produto de um sujeito cognitivo que a partir da internalização de diferentes informações e percepções elabora ou reelabora seu ‘novo’ conhecimento” (p. 19). Para Alvarenga Neto (2008), o conhecimento “representa a soma das experiências de uma pessoa e/ou organização e só existe na mente humana”, (p. 19). Choo (2006) distingue entre conhecimento tácito, “o conhecimento pessoal, que é difícil formalizar ou comunicar aos outros” e o conhecimento explícito que é o “conhecimento formal, que é fácil transmitir entre indivíduos e grupos”(p. 37).

Creemos ser necessário esclarecer que esses autores trabalham com pesquisas relacionadas ao conhecimento organizacional, e entendemos que utilizam o conceito ‘organização do conhecimento’ de maneira homossêmica. Relacionam, nesse contexto, que o conceito de estruturar a informação para ser utilizada por outrem seja um conhecimento registrado, e o mesmo conceito de circulação de informação possa ser denominado por ‘organização e gestão do conhecimento’, uma vez que estabeleceram que o conhecimento explícito seja uma informação que circula socialmente.

É imprescindível que o processo de assimilação da informação para se transformar em conhecimento tenha um caráter social, tanto na indução das memórias subterrâneas quanto na divulgação do conhecimento. Ao assimilar a informação, o indivíduo sofre a influência de um meio social, e ao construir e disponibilizar seu conhecimento adquirido é fundamental que esse conhecimento alcance um grupo social

e tenha o potencial de transformar um grupo ou de, pelo menos, traduzir as tendências daquele grupo social.

Notas

1 Na história da informação, a Biblioteconomia é a área de estudo mais antiga. Com o advento da Ciência da Informação, ela e a Biblioteconomia se tornaram áreas interdisciplinares. A primeira, lidando com o fenômeno informacional, e a segunda, continuou seguindo sua vocação, de armazenar acervos e criar técnicas para recuperar a informação desses acervos. (N. do A.)

2 Pensamos aqui nas ferramentas de preservação dos acervos e de recuperação da informação. Importante compreender a dicotomia entre posse e acesso, que tem acompanhado a Biblioteconomia ao longo da sua história. (N.do A.).

CAPÍTULO 11: A PESQUISA

Já foi mencionado neste texto, o termo ‘antes de mais nada’. O contexto em que é aplicado tal conceito refere-se ao momento do sujeito antes de qualquer conhecimento. O que significa que, baseando-se em fenômenos como o enigma de Kaspar Hauser, seria uma pré-história do sujeito, antes da apreensão e afirmação da sua linguagem e do seu pensamento. A partir do momento em que se inicia o período de interações, o sujeito começa a se articular e a produzir seus conceitos baseando-se nas interações consigo mesmo e com o seu ambiente.

A escolha da ‘Torre de Babel’ remete a esse momento pré-histórico da linguagem, metaforicamente falando. É um momento em que uma primeira língua foi desfeita, para outras serem construídas. Do ponto de vista do autor, tal como esse fenômeno se apresenta, é uma espécie de mito que pode explicar a genealogia das línguas, e que tal genealogia foi sedimentada ao longo dos séculos. Então, no momento em que o sujeito começa a se articular com o seu mundo, também se inicia seu processo de representação de mundo. Porque se os objetos¹ do mundo² não se apresentam de forma relacional, direta, ou se, pelo menos, em teoria, não é possível que isso aconteça, o sujeito recorre às representações dos objetos.

Numa lógica heideggeriana da fenomenologia, o sujeito (ente) interage com seu mundo antes de obter seus conhecimentos. Porque é através dessas interações e vivências, que os objetos do mundo se apresentam a ele, mas não apenas de uma maneira de ser como elas se apresentam de um modo definido. Não. O sujeito busca um sentido para as coisas ao investigar os objetos no seu sentido de ser. Em outras palavras, pergunta-se: porque esses objetos são? Qual o sentido desses entes que a ele se apresentam?

É o momento da apreensão dos conceitos, que são representados por signos (ou termos) que facilitam a comunicação entre os sujeitos do seu mundo. Neste trabalho, denominamos o *ato de leitura* como o do *momento da apreensão*, o do momento em que o sujeito/leitor apreende conceitos e os articula com sua perspectiva cognitiva. Não cabe aqui levantar questões como o estado cognitivo do sujeito no ‘antes-de-mais-nada’, mas apenas de propor uma linha de raciocínio comum entre esse momento e a explicação da interação do sujeito por meio de significados comuns a um mundo. Na

pré-história do sujeito, conforme demonstrou Locke, há os sentidos, mas sentidos num sentido (significado) de sensações. A partir das sensações, se estabelecem as vivências do sujeito no interior do seu mundo.

O ato de leitura, então, de acordo com as hipóteses deste trabalho, é o fator determinante para a produção de sentidos e significados e conseqüentemente para os fluxos de informação. Ao ler, o leitor evoca suas vivências, e traz à consciência os enunciados que dão vida aos conceitos, que por sua vez, darão sentidos aos significantes presentes no texto, baseados em comportamentos de julgamentos, ou nos juízos de comparação. Ao produzir os sentidos, são criados ou recriados os significados, que darão suporte a um possível diálogo com um sistema de informação.

Significar é interpretar, assim como classificar é conhecer. Isto significa que ao apreender o sentido do conceito e estabelecer significados, o leitor interpreta o texto de acordo com seus juízos e interações. Também aqui cabe a questão: qual o objetivo de interpretar? Pode-se criar mais hipóteses aqui, mas por ora, a resposta, que ainda não foi validada, é que a interpretação depende em parte do texto proposto e/ou da influência cultural que esse texto tem na comunidade. Define-se cultural, no atual contexto, como todos os fenômenos vistos como sociais, históricos, e temporais.

Devemos nos ater agora ao sentido de sentido e ao sentido de significado. Para Farradane (1979), o significado é o resultado da reação à informação interpretada associada às experiências do sujeito, e para Ogden & Richards (1976), significado não tem um significado específico, mas múltiplos significados, dependendo da maneira como são contextualizados. Embora muito próximos em suas características, esses conceitos de sentido e significado são tratados aqui, na medida do possível, da seguinte maneira: o sentido é produzido pelo leitor, que ao ler, referencia o texto com o seu universo.

Dentro do seu universo de compreensão, o leitor pode criar e recriar sentidos, dialogando com o texto e propondo ou não novas saídas. Os significados permeiam esse diálogo do início ao fim, normalizando as estruturas significantes, e nomeando os conceitos que surgem em decorrência dos novos sentidos atribuídos pelo leitor. Se, ao ler um texto, o leitor recria um novo universo à base de uma interpretação, os significados darão conta de estabelecer uma ligação dos termos desse universo com os conceitos atribuídos, criando ou recriando um mapa conceitual de expressões e conteúdos.

A explicação de Ferreira e Dias (2004), corrobora essa afirmação, quando dizem que sentido é tomado como algo pertencente ao universo pessoal do indivíduo, mas compartilhado dentro do contexto de interação, e significado é algo culturalmente compartilhado. Nessa afirmação, o conceito de significado fica muito conectado ao conceito de informação, uma vez que a informação é vista como um fenômeno que circula socialmente. Resulta daí o pensamento de leitura como produtora de significados compartilhados culturalmente, que fundamentam os fluxos da informação que circula socialmente. Fluxo aqui é entendido como um processo de transmissão de informação, num suporte tecnológico possível.

No caso específico deste trabalho, o leitor é considerado o emissor da mensagem, no momento em que ele significa e interpreta o texto, e nomeia os significantes. Independente do meio de transmissão, aqui se pensa o receptor como um sujeito que apreende os novos conceitos e tem a possibilidade de articulá-los com seu mundo e recriar novos conhecimentos.

Destacamos que as escritas e as leituras são os fundamentos para a construção de memórias necessárias para os fluxos de informação. Vale ressaltar que um dos objetos de estudo aqui indicados, a Torre de Babel, assim declarado como um evento, mítico ou não, ocorreu na era da pré-escrita. A princípio, a tradição oral deu conta de preservar essa narrativa. Centenas de anos depois, com o advento da escrita, esse é, primordialmente, o suporte utilizado para a preservação da narrativa. A questão é descobrir se as leituras e as escritas, e os significados gerados nesse processo, são ou não cruciais para o estabelecimento de memórias necessárias aos fluxos de informação e produção de novos conhecimentos.

Após as leituras dos textos, e a apreensão dos conceitos representados por palavras-chave dos textos interpretados, será criada uma representação das associações e relações entre esses conceitos. A proposta é que seja possível que outros leitores desconstruam o texto produzido pelos informantes, recriando novas estruturas de conhecimento e, por sua vez, levem os conteúdos a outros possíveis domínios do conhecimento.

Antes de apontar os resultados preliminares, é pertinente destacar a questão da verdade em mundos possíveis. Os informantes pertencem, pelo menos, na atualidade das suas respostas, em tempos e espaços mais ou menos definidos. O ano atual é 2009, portanto todos eles se localizam em ‘tempos conjuntos’, embora essa definição seja relativa, porque, mesmo estando em tempos iguais, os pontos de vistas e modos de ser

podem ser relativamente desiguais. E isso pode ser definido pelos espaços desiguais, ou pela carga cultural de cada um deles. Em outras palavras, tempos podem definir espaços, e vice-versa, e ambos afetam as vivências e as consciências. É necessário falar sobre as verdades, para esclarecer entendimentos acerca de significados verdadeiros ou não, até porque, em última análise, verdades absolutas não existem, e as afirmações de Eco (1995) e Ogden & Richards (1976) corroboram isso, quando dizem que:

Assim sendo, quando você fala de verdade num mundo possível, penso que não esteja falando em termos de Verdadeiro², e sim em termos de Verdadeiro 1. Verdadeiro num mundo possível significa 'registrado numa enciclopédia'. Isso não tem nenhuma relação com a realidade. (Eco, 1995, p. 272, no diálogo do dr. Smith, Dpt. Of Cognitive Sciences, e Charles Sanders Personal, Computador Antipodiano)

A nossa interpretação de qualquer sinal é a nossa reação psicológica ao mesmo, tal como determinada pela nossa experiência passada em situações semelhantes e pela nossa experiência atual. Se isso for enunciado com o devido cuidado, em termos de contextos causais ou grupos correlatos, obteremos uma explicação de julgamento, crença e interpretação que coloca a psicologia do pensamento no mesmo nível das outras ciências indutivas e, incidentalmente, liquida o 'Problema da Verdade' (Ogden & Richards, 1976, p. 246-247).

As respostas dos informantes, certamente, não conterão verdades absolutas, mas, provavelmente, verdades de mundos possíveis, caracterizados pelas suas interações, vivências e a percepção das consciências. Como dito anteriormente, deve-se pensar a distinção de uma possível verdade na recepção da informação exclusivamente como responsabilidade e seleções dos sujeitos. Seria então o fenômeno apreendido e dado como uma verdade relativa por parte dos informantes e, possivelmente, como verdade em seus mundos que se correspondem. Searle (2002), relacionando significado e verdade contesta as argumentações de defesa do significado literal, ou seja, de que as sentenças se dão e são apreendidas num contexto zero ou contexto nulo. Segundo Searle a opinião dominante é de que as sentenças têm significado literal. "O significado literal

de uma sentença é totalmente determinado pelos significados de suas palavras componentes e pelas regras sintáticas segundo as quais esses elementos se compõem” (p. 184). Corroborando Widdowson (2007) na questão lingüística, e Lévy (1996) com relação à retórica, Searle se posiciona contra o significado literal e o contexto zero.

As expressões ou atos de fala se dão num contexto que define as verdades possíveis. Além da sintaxe e da gramática, a semântica (significado) e a pragmática (o uso da linguagem, como em Wittgenstein), determinam as significações em determinados contextos. Numa expressão simples como ‘a neve é branca’, que aparentemente possui um significado literal, existem questões subjacentes que determinam ou podem determinar seus significados. Em primeiro lugar, o contexto zero ou nulo nesse caso não existe. Talvez a compreensão dessa expressão seja diferente entre os povos esquimós e os beduínos do Saara, que nunca viram neve.

Para quem nunca viu neve, nem conhece suas características, a expressão pode se tornar sem sentido, daí o efeito da não-compreensão. Em segundo lugar, ocorre em qualquer sentença o fenômeno do conhecimento de fundo ou efeito colateral. Essa última observação é relacionada com os beduínos do Saara, pois o efeito colateral ou conhecimento de fundo exige que eles conheçam, previamente, o conceito de neve e saibam distinguir numa tabela de cores, a cor branca, ou mais especificamente, a cor branca semelhante à tonalidade da cor branca da neve.

Certamente que a inexistência de um contexto nulo ou significado literal nas expressões ou atos de fala (Searle, 2002), podem rejeitar o conceito de verdade absoluta, uma vez que o indivíduo que não consegue produzir sentidos para neve ou para a cor branca, pode invalidar como verdade a afirmação expressa na sentença ‘a neve é branca’. Em contrapartida, pode propor outros ‘jogos de sentidos’ que tornam interpretações em verdades relativas ou possíveis.

Da mesma maneira, os informantes deste trabalho poderão ser influenciados pelo contexto dos objetos de estudo e/ou pelo contexto em que vivem, e/ou em que acreditam. Provavelmente, os sentidos e a compreensão serão permitidos pelo conhecimento de fundo (previabilidade), caracterizados pelos contextos e pelas vivências e crenças.

As questões para os informantes foram encaminhadas de diversas maneiras, dependendo da disponibilidade ou da solicitação do informante. Alguns preferiram receber as questões e respondê-las por email, outros preferiram responder no formato de entrevista, e finalmente, alguns acharam melhor responder às questões de forma

manuscrita. Para o primeiro objeto de estudo, foi solicitado ao informante que declarasse o nome (ou pseudônimo) e a formação acadêmica. A declaração de um vínculo religioso foi opcional, até mesmo porque poderia acontecer de algum informante não possuir ou não querer divulgar seu vínculo religioso. Para o objeto de estudo 2, não foi solicitado aos informantes nenhuma declaração religiosa.

Cada resposta às questões foi estruturada da seguinte maneira: Identificação do informante, a dissertação, as palavras-chave (quando destacadas pelo informante), e a análise da resposta.

As respostas foram divididas de acordo com o objeto de estudo: Em primeiro lugar, o objeto de estudo 1 e as respostas dos informantes, e em segundo lugar, o objeto de estudo 2 e as respostas dos informantes.

Notas

1 Objetos aqui têm o significado de todas as coisas dentro do mundo. Tudo que existe, seja esse objeto tangível ou não. Em sentido restrito, poderia ser um ente (pessoa, coisa), algum referente, ou um fenômeno dado (N. do A.).

2 Mundos no sentido das coisas comuns dentro de um universo dado. Esse mundo circunda o mundo conceitual do sujeito. Conceito de difícil apreensão, ainda mais que, relativamente, um mundo pode ser um objeto, porque ele também por si só é uma coisa intangível. Pode ser entendido também como um domínio do conhecimento, ou uma comunidade de pessoas. Seus significados comuns não são restritos, podendo ser compartilhados por outros ‘mundos’, por meio da transmissão de informações. (N. do A.).

Após esta introdução, vamos descrever os objetos de estudo, as respostas dos informantes e as análises. As respostas estão divididas por objetos de estudo, e as conclusões contemplam, de maneira simultânea, os resultados da pesquisa, lembrando que as respostas ao objeto de estudo 2 complementam as respostas ao objeto de estudo 1, destacando que uma compreensão errada pode ultrapassar os limites da interpretação.

Objeto de estudo 1

O primeiro texto escolhido para a comprovação das hipóteses foi *A Torre de Babel*, um texto bíblico localizado no livro do Gênesis, no Antigo Testamento. Por ser um texto que trata das questões da linguagem, foi considerado um exemplo ideal para comprovar a variação lingüística e conceitual a que se propõe este trabalho. Localizada no livro de Gênesis, capítulo 11, versos 1 ao 9, a narrativa da Torre de Babel conta sobre uma torre que os homens da antiguidade queriam construir para chegar até o céu. Carregada de simbolismos, essa história, considerada por muitos com um mito, mostra como aconteceu a origem das línguas, de acordo com a visão bíblica. Não se sabe com exatidão o autor e nem quando essa história foi escrita. Há teorias que afirmam que o autor foi o patriarca Moisés. Ainda de acordo algumas teorias, foi escrita aproximadamente 1300 a.C., e representa um evento acontecido cerca de 4000 a.C. A história da Torre de Babel conta que toda a terra era habitada por homens que falavam a mesma língua. Assim, como eles podiam se comunicar com facilidade, moravam todos juntos numa planície chamada Sinar (região que na antiguidade abrangia a Babilônia). E ali resolveram erguer uma torre que chegasse até o céu. Para que o projeto não fosse adiante, Deus veio do céu e confundiu as línguas dos homens. Assim, cada pequeno grupo começou a falar uma língua diferente, e começou a confusão das línguas. Então a construção da torre foi interrompida e os grupos se espalharam pela terra. De acordo com a Bíblia de Estudo da Nova Tradução na Linguagem de Hoje (2005), a palavra Babel em hebraico soa parecida com a palavra ‘atrapalhar’ (*balal*). Trata-se da cidade de Babilônia, uma cidade antiga, construída na margem esquerda do rio Eufrates, onde hoje fica o Iraque.

História emblemática, a Torre de Babel inspirou cientistas e artistas pelo mundo todo. Com base na origem das línguas e na sua ramificação pelo mundo, existem associações dessa história com diversos eventos históricos e científicos. De acordo com

a teologia, não se sabe qual era a língua original do homem no período pré-hebraico. Esse rol de incertezas cria especulações e ficções pelo mundo afora. Numa delas, chamada *Cidade de Vidro*, o autor narra a história de um livro que cogita que o desaparecimento da língua original está associado ao pecado de Adão e Eva. Segundo o livreto, o resgate da língua traria de volta o homem ao seu estado original. Assim, inicia-se uma série de experiências, que consistiam em isolar bebês do mundo para que, sem contato com nenhuma língua, descobrir qual língua eles desenvolveriam (Auster, 1999). Pensamento semelhante ocorre na narrativa alemã do ‘*Enigma de Kaspar Hauser*’, que conta a história de um menino isolado da sociedade até a idade adulta (Herzog, 1974). De qualquer maneira, esse texto foi escolhido porque guarda coincidências com a flutuação conceitual em grupos, causada pela produção de sentidos no momento de uma leitura. Como se verá mais adiante, a leitura é um processo influenciado pelos conhecimentos prévios e pelas interações. Esses fatores afetam diretamente a produção de sentidos e a interpretação de textos, e criam flutuações conceituais. Tais flutuações guardam pontos coincidentes com a variação lingüística narrada na Torre de Babel. Por essa razão é um texto determinante para a compreensão dos informantes e dos leitores deste texto.

Transcrevemos abaixo o texto agora denominado objeto de estudo 1:

“Naquele tempo todos os povos falavam uma língua só, todos usavam as mesmas palavras. Alguns partiram do Oriente e chegaram a uma planície em Sinar, onde ficaram morando. Um dia disseram uns aos outros:

- Vamos, pessoal! Vamos fazer tijolos queimados!

Assim, eles tinham tijolos para construir, em vez de pedras, e usavam piche, em vez de massa de pedreiro. Aí disseram:

- Agora vamos construir uma cidade que tenha uma torre que chegue até o céu. Assim ficaremos famosos e não seremos espalhados pelo mundo inteiro.

Então o Senhor desceu para ver a cidade e a torre que aquela gente estava construindo. O Senhor disse assim:

- Essa gente é um povo só, e todos falam uma só língua. Isso que eles estão fazendo é apenas o começo. Logo serão capazes de fazer o que quiserem. Vamos descer e atrapalhar a língua que eles falam, a fim de que um não entenda o que o outro está dizendo.

Assim, o Senhor os espalhou pelo mundo inteiro, e eles pararam de construir a cidade. A cidade recebeu o nome de Babel, pois ali o Senhor atrapalhou a língua falada por todos os moradores da terra e dali os espalhou pelo mundo inteiro.” (Bíblia de Estudo, 2005).

Como aplicar o texto:

Serão escolhidos 10 (dez) informantes de maneira aleatória. Apesar de aleatória, esta escolha pretende contemplar, entre diversos ‘mundos restritos’, o universo de cristãos fundamentalistas, cristãos simbólicos e acadêmicos da área de lingüística. Possivelmente haverá coincidências de áreas nesse contexto. Citando como exemplo, poderá haver um cristão com formação em lingüística, ou um acadêmico da área de lingüística que seja ateu ou que seja cristão. Neste contexto, fundamentalistas são aqueles que acreditam unicamente no texto bíblico como verdade fundamental. Simbólicos são aqueles que vêem a narrativa como um mito simbólico, que representa a origem científica das línguas..

Buscando a técnica mais eficaz ao método utilizado, a aplicação das questões será feita da seguinte maneira:

1. Nome do informante (ou pseudônimo)
2. Origem e localização: aqui busca-se saber o estado ideológico do informante, suas origens, suas crenças, e suas vivências.
3. Para os informantes será aplicado o texto proposto.
4. Solicitar que escrevam uma análise da compreensão do texto, e pedir que, se possível, apliquem palavras-chave que sirvam para uma possível recuperação do texto.

5. Procurar saber do informante como ele relaciona suas vivências com suas leituras. Essa questão pode ser fundamental para verificar como são produzidos os sentidos durante a leitura.
6. Tentar situar os conceitos representados pelas palavras-chave em domínios do conhecimento, buscando assim uma conexão da leitura individual com uma perspectiva social.

Objeto de Estudo 2

O segundo texto escolhido é um *trecho de 'Ser e Tempo', de Martin Heidegger*, que foi considerado coerente com a proposta para se validar a hipótese secundária nº 5. Ao mesmo tempo que reflete sobre a fenomenologia em Heidegger, procura-se analisar a relação de seu pensamento com a recepção da informação, pelo menos de forma indireta, em referência aos modos de ser dos entes que vêm ao encontro da presença na conjuntura de ser e mundos. A questão paradigmática da informação também é levantada, procurando associar a apresentação dos modos de ser com o paradigma sócio-cognitivo da recepção da informação, ou seja, dos seus fluxos e refluxos nos tempos e espaços em que são estabelecidos os conteúdos e suas representações para produzir e comunicar a informação.

Para se estabelecer uma referência de análises, criamos uma hipótese de que a leitura textual pode ser uma ferramenta pertinente para a análise da questão aqui levantada, porque, hipoteticamente, quando um ente vem ao encontro de um mundo, esse vir do ente pode ser recebido por meio de uma leitura que o sujeito estabelece com o mundo exterior, e que é compreendida com base na visão e concepção prévia que tem o sujeito, previalidades estas já incorporadas ao seu mundo interior, mas que ao mesmo tempo está fora do seu mundo, de acordo com o seu modo de ser.

Para Heidegger, os fenômenos de compreensão e interpretação se apresentam de acordo com a conjuntura daquilo que vem ao encontro, conjuntura aqui entendida como 'estar-junto', na junção de co-juntura, isto é, aquilo que vem ao encontro e já está junto. Segundo as palavras de Heidegger,

é a partir da significância aberta na compreensão do mundo que o ser da ocupação com manual se dá a compreender, qualquer que seja a conjuntura que possa estabelecer com o que lhe vem ao encontro. A circunvisão descobre, isto é, o mundo compreendido se interpreta. (p. 205).

Compreende-se daí que, conforme reafirma o próprio Heidegger, que a interpretação se funde e se confunde na compreensão, no tempo e no espaço em que algo vem ao encontro da presença. Essa compreensão se baseia nos momentos prévios do leitor e a partir desse ‘prévio’, se iniciam as interconexões que darão ‘origem’ aos fluxos de informação.

A afirmação ‘interpretação se funda na compreensão’, levanta uma dúvida, como bem foi lembrada por Tálamo (2001). Não é certo que a pura interpretação por si só seja garantia de que exista a compreensão. Uma compreensão imprecisa pode gerar interpretações imprecisas, mas que podem ser consideradas ‘interpretações’, apesar da imprecisão. Mas, nessa questão, o próprio Heidegger argumenta que ‘sentido é aquilo em que se sustenta a compreensibilidade de alguma coisa. Chamamos de sentido aquilo que pode articular-se na abertura da compreensão’, (p. 208). Assim, com base na produção de sentidos, o mundo compreendido se interpreta, e se deduz então que a produção de sentidos que se articula durante uma leitura/interação, funciona como um ‘antídoto’ a não-compreensão. Como já foi dito, a vinda de um ente do mundo externo para o interior, para se juntar à constituição de um sujeito, se desdobra em vários processos de circunvisão e compreensões de mundo. Esses processos são formas de recepção de informações que o sujeito acessa, em interlocuções com o(s) mundo(s). A leitura textual é uma das principais formas de recepção, porque, ao ler, o leitor produz sentidos a partir de suas compreensões prévias, e vai dialogando com o texto, num exercício de re-construção do próprio texto. Essa produção de sentidos pode gerar significados diversos, dependendo das características espaciais, temporais e de conhecimentos do leitor. Ao ler e re-criar um sistema de signos (textos) o leitor gera um novo sistema conceitual que é uma plataforma potencial para gerar conhecimentos com base nas cadeias interdisciplinares.

Então, ‘desvelando’ o fenômeno dos conhecimentos prévios, é possível vislumbrar o processo circular e contínuo dos fluxos de informação, que se mostram nas

interações sociais, nas leituras de mundos, nas produções de sentidos e nos significados que permeiam os conceitos físicos, cognitivos e sociais.

Como aplicar o texto

Para efeito de comparação da idéia, o texto será submetido a 5 (cinco) informantes de mundos diferentes, mundos aqui entendidos como domínios ou áreas do conhecimento. Ao analisar e dissertar sobre o texto, os informantes escreverão suas interpretações, com base nos sentidos que produziram durante a leitura, e aplicarão as possíveis palavras-chave representantes, que, na visão deles, permitirão a recuperação do texto. A seguir, os conceitos serão situados em domínios do conhecimento para efeito de verificação a respeito dos significados e suas interdisciplinaridades. Lembrando que essa conceitualização será, a princípio, construída sem o auxílio de um vocabulário controlado. Já aqui há a sustentação da hipótese de que a compreensão se sustenta nos sentidos. Se, dado seu universo conceitual e semântico, o leitor não consegue produzir sentidos durante uma leitura, então não são abertas as portas para o processo circular de compreensão / interpretação / significados / fluxos de informação / conhecimento / produção textual / leitura.....

Os termos e conceitos inferidos das análises interpretativas serão demonstrados para efeito de possíveis interdisciplinaridades a partir de seus significados constituídos.

Segundo texto proposto:

“O círculo da compreensão pertence à estrutura do sentido, cujo fenômeno tem suas raízes na constituição existencial da presença, enquanto compreensão que interpreta. O ente em que está em jogo seu próprio ser como ser-no-mundo possui uma estrutura de círculo ontológico. Deve-se, no entanto, observar que, se do ponto de vista ontológico, o círculo pertence a um modo de ser do que é simplesmente dado, deve-se evitar caracterizar ontologicamente a presença mediante esse fenômeno. Toda interpretação se funda na compreensão O sentido é o que se articula como tal na interpretação e que, na compreensão, já se prelineou como possibilidade de articulação. Na medida em que a proposição (o juízo) se funda na compreensão, representando uma forma derivada de

exercício de interpretação, ela também possui um sentido. O sentido, porém, não pode ser definido como algo que ocorre em um juízo ao lado e ao longo do ato de julgar.”

In: Heidegger, Martin. Ser e Tempo, parte 1. Petrópolis; Bragança Paulista, SP: Vozes; Universidade São Francisco, 2004. P. 210-211.

Aplicação do objeto de estudo 1

Informante 1: Antonio Paulo Benatte, Doutor em História (Unicamp)

Onde está: Assembléia de Deus, leigo

O texto de Gênesis 1.1 (que estudiosos consideram um mito ou parte de um mito originário no Antigo Oriente Próximo, mito este partilhado não apenas pelos hebreus), explica a diversidade das línguas e, por extensão, das culturas, nações e etnias daquele contexto histórico.

Até então, os agrupamentos humanos falariam uma e mesma língua, a língua adâmica (que, de certa forma, e apesar da Queda do homem, estava mais próxima da língua usada pelo próprio Deus para comunicar-se com Adão e Eva no Jardim do Eden). Babel, cuja etimologia, se não me engano, quer dizer "confusão", expressa e representa a perda humana, como castigo divino, dessa linguagem originária e, conseqüentemente, o aumento da distância entre Deus e o homem, e também a crescente dificuldade de comunicação entre os próprios grupos humanos primitivos. Mas principalmente a dificuldade de diálogo com o próprio Deus, já que deixa de existir uma linguagem comum entre o humano e o divino.

O aparecimento das diversas línguas implica uma perda da língua adâmica e um afastamento ainda maior do homem em relação ao criador. Babel é o lugar amaldiçoado onde seria edificada Babilônia (mesma etimologia), a cidade do

Anticristo, amaldiçoada de Gênesis a Apocalipse. A construção de "uma torre que chegue até o céu" pode simbolizar o orgulho humano desmedido (que os gregos chamariam "hybris", a vontade de tornar-se como Deus) que acende o desejo humano de usurpar o lugar de Deus.

O desejo humano de não ser "espalhado pelo mundo inteiro" talvez represente uma rebeldia contra a pena de expulsão do Eden. Mantendo-se "juntos" (num Estado forte), talvez pretendessem construir um arremedo do Eden, um "paraíso humano", em substituição ao paraíso perdido.

De modo que a narrativa de Babel, a confusão das línguas e o espalhamento dos homens deve ser entendida em relação com Gênesis 3 (a Queda do gênero humano e a expulsão do Eden), mas também, historicamente, com a emergência da diversidade cultural, da cerâmica (faziam "tijolos"), das primeiras grandes cidades (urbanização), da variedade de organização política das tribos, a diversificação étnica e linguística e, talvez, com o aparecimento ou consolidação do Estado teocrático. Ou seja, a narrativa bíblica comporta simultaneamente significados teológicos universais e significados sócio-históricos bem determinados no tempo e no espaço.

Análise do texto:

O informante traz consigo influências da teologia clássica, e argumenta que a narrativa é real, não é um mito. Da mesma maneira, a narrativa explica a origem das línguas e o desaparecimento da língua adâmica, separando o homem de Deus, por meio da linguagem. Também cita a construção da Torre como uma suposta rebeldia do homem pela expulsão do Jardim do Éden, tentando, por meio dessa ação, se reagrupar novamente em busca de um novo paraíso. O informante também faz referências, no texto, a outras variantes históricas, como a emergência da diversidade cultural, o nascimento das primeiras grandes cidades, a variedade de organização política, a diversificação étnica e linguística, e o aparecimento ou consolidação do Estado teocrático. Notamos que o informante não se ateve exclusivamente às questões teológicas, mas traçou uma linha de pensamento que defende que o texto também marca movimentos fundadores da civilização. Isso fica bem definido na sua argumentação, quando menciona os conceitos de **urbanização, organização política, diversidade**

étnica, diversidade lingüística, origem das línguas, e estado teocrático. É possível que as referências do leitor sejam as influências da Teologia Clássica, por conta da ideologia religiosa, e a formação acadêmica (doutorado em História), o que lhe permitiu fazer uma leitura que referenciasse esses dois domínios.

Informante 2: Milton Schwantes, doutor em Teologia Bíblica

Onde está: Igreja Evangélica Luterana

Onde está: Professor de teologia da Universidade Metodista, SP

O que mais se ressalta aqui é o negativo. A parábola surgiu para contestar, para negar, não tanto para afirmar, apesar de que não chegue a faltar uma proposta positiva.

Negado é este conjunto integrado, constituído por cidade-torre-Estado-totalitarismo. O totalitarismo expressa-se pelo controle do povo (eis que o povo é um, v. 6), pela ilimitada arrogância (agora não haverá restrição para tudo que intentam fazer, v. 6) e, enfim, pela manutenção da unidade cultural para facilitar o controle. Negada é, pois, a cidade como projeto de hegemonia. Todo este projeto não se reduz à torre, mas nela alcança uma decisiva concentração. Afinal, a respeito da torre se diz que seu ‘tope’ chegue até os céus’(v. 4). Convém que se dê uma especial atenção a esta torre. Que vem a ser a torre? Seguidamente se interpreta a torre como parte do sistema de santuários babilônicos. No caso vincula-se à torre dos versículos 4-5 com a menção de Senaar e Babel nos versículos 2 e 9. A torre seria, pois, uma zigurate que costumava integrar a área do santuário. Essa interpretação é muito comum, mas não se combina com o texto hebraico, pois aí se usa um termo para torre não no sentido de uma edificação no setor do templo, mas sempre com uma força militar, comparável às acrópoles, às partes mais altas e mais bem fortificadas. Em Jerusalém tratava-se do

*Sião. Também em Gênesis 11, é a parte militarmente mais fortificada. É uma espécie de quartel-general, tão importante e inexpugnável aos olhos dos camponeses que se ápice alcança os céus. Na linguagem de Deuterônimo 1,28, as cidades estão 'fortificadas até o céu'. Nas cidades, a torre desempenha papel decisivo. Nela está a defesa real de todo o sistema. Sem ela o conjunto cai por terra. Portanto, este texto não é só **anticidadino**, mas marcadamente **antimilitar**.*

*Por outro lado, o projeto de Gênesis objetiva a diversidade de línguas. Língua é cultura. **Dispersão** e **diversidade de cultura** estão no mesmo nível. Completam-se. O sistema das aldeias dos camponeses tinha uma de suas sustentações na diversidade de expressões culturais. Também existiam diferenças marcantes na própria linguagem. No norte, falava-se um pouco diferente do sul, como mostra o livro do profeta Oséias. Cada tribo chegava a ter suas especificidades (cf. Juízes 12). Todas estas diferenças eram uma proteção contra a hegemonia do Estado e das cidades. Constituíam defesa para os **pobres**. Davam-lhe **códigos de comunicação** que escapavam do controle de cima.*

*O projeto camponês e javístico em Gênesis é o da dispersão e da diversidade cultural. **Homogeneidade** é coisa do **Império** e da cidade militarizada. (Texto extraído de: *Projetos de Esperança*, citado na bibliografia).*

Análise do texto:

O informante, partindo de influências da Teologia da Libertação, leu o texto como a luta de classes que opõe os pobres do campo contra o Império da cidade fortalecida. Em relação à lingüística, o informante observou que a diversidade foi uma espécie de resistência dos camponeses, contra o totalitarismo, em preservar sua cultura por meio da preservação da sua língua.

Informante 3: Sandra Sueli Martins Reis, Bibliotecária

Onde está: membro da Igreja Evangélica Quadrangular de Belém-PA

Decorrido algum tempo após o dilúvio, os habitantes de Sinar por ambição, intentaram edificar uma torre que ‘tocasse o céu’ a fim de mostrar ao mundo que eram auto-suficientes e independentes. Isso culminou com o pecado de orgulho e rebelião contra Deus porque passariam a dirigir seu próprio destino e não mais a buscá-Lo como Senhor. Por orgulho próprio achavam que seriam capazes de dirigir suas próprias vidas e dirigi-las sem o direcionamento de Deus.

Deus, conhecendo-lhes os desígnios do coração, frustrou seus planos confundindo-os a língua que falavam para que não se comunicassem entre si e dispersou-lhes pelo mundo. Esse propósito da confusão de línguas deu origem a diversidade de idiomas e raças, hoje conhecido. Após a dispersão, alguns deixaram a Deus e se voltaram ao culto idólatra e astrologia. Como consequência disso, hoje o homem age por instinto e desejo próprio, sentindo-se independente e dirigindo sua própria vida sem a presença de Deus. Por orgulho e total dependência de si mesmo, acha-se dono de seu destino e caminha sem a direção dEle. Existe no coração humano uma espécie de ressentimento contra Deus porque, aparentemente o mundo está de cabeça para baixo, e se tem a impressão de que Deus abandonou o ser humano a sua própria sorte, quando na verdade Ele sempre esteve à procura do homem para um relacionamento íntimo e sincero.

A verdade é que todos nós precisamos nos voltar a Ele com humildade e reconhecê-Lo como Senhor de nossas vidas e permitir que Ele dirija nossos passos.

Ser totalmente de Deus em todas as áreas de minha vida. O texto ensina como Deus abomina a idolatria e anseia por ter um relacionamento íntimo conosco, pois Ele criou o ser humano para ter intimidade com Ele e possui o desejo de ser adorado como Senhor e Criador. Durante toda a minha vida desde que conheci a Jesus e mantenho um relacionamento com Ele, tenho visto pessoas estressadas, frustradas e com a vida desregrada cheia de conflitos, medos, confusões e incertezas porque não conhecem a Deus e não sabem da importância e da necessidade de se ter uma comunhão com Ele.

Buscam sua satisfação pessoal, desejos e prazeres em outras fontes que não seja Sua presença e assim tornam-se tristes e vazias. Não entendem que não se trata de religiosidade e tradicionalismo, mas de ir ao encontro de uma fonte de amor, segurança e felicidade. Ser totalmente dependente dEle é deixá-Lo dirigir todos os nossos passos à medida que caminhamos na vida, porque Deus também anseia por isso. Quando se passa por uma experiência como essa, nos vemos livres para viver e amar, sem medo e incertezas. As dores e sofrimento, inerentes no mundo de hoje, chegam em nossas vidas mas não nos abatem, pois somente através de Deus nos tornamos fortes para enfrentar qualquer situação.

Abandonar ou rejeitar a Deus significa deixar de lado o caminho certo para se ter uma vida feliz e completa.

Palavras-chave: Sinar, Língua, Torre, Babel, Senhor.

Análise do texto:

Na sua compreensão, a informante deixa claro sua crença no texto como uma referência ao mundo real. Segundo ela, o acontecimento não é um mito, mas um fato que se originou do pecado humano de rebeldia e orgulho. Esse fato acabou originando o **surgimento das línguas** e das raças. A informante também associa o pecado do homem no episódio da Torre com comportamentos futuros, argumentando que o homem se distanciou de Deus, e que as misérias do mundo são efeito desse distanciamento. A informante termina por escrever um depoimento e, a partir do episódio da Torre e do seu depoimento, tece conselhos para o seu leitor.

Informante 4: Ivan Russeff.

Quem é: Possui graduação em Letras pela Fundação de Educação e Cultura do ABC (1972); graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Guarulhos (1982); mestrado em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1994); doutorado em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1999) e pós-doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp - (2006).

Onde está: Ateu

Onde está: Professor de análise textual da Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

*A Torre de Babel é uma parábola bíblica, é um **mito**. Uma parábola no sentido pedagógico e doutrinário. O texto trata de uma época marcada pela presunção do povo hebreu, e foi escrito justamente para conter essa presunção, porque segundo Moisés (o autor do livro), a obra humana não pode competir com a obra divina. A história da Torre de Babel foi escrita para um povo inculto, e para a compreensão do povo, Moisés escreveu essa parábola ilustrativa.*

Análise do texto:

Se declarando ateu, o informante acredita que a Torre de Babel é uma **parábola** de caráter pedagógico e doutrinário. Foi escrita para ser compreendida por um povo inculto, e tinha como finalidade conter uma suposta presunção do povo, qualidade que marcou o referido período histórico do povo hebreu.

Informante 5: Iris Larissa Gomes, 22 anos

Onde está: Quarto Semestre de Biblioteconomia, na Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Onde está: não possui uma religião específica, se identifica/concorda com vários pontos/dogmas de diferentes culturas/religiões.

Podemos dizer que na grande maioria, a famosa passagem sobre a grandiosa Babel é muito clara e facilmente reconhecida, tratando sobre a origem e evolução das várias línguas e seus respectivos povos, que devido à intervenção de Deus, tiveram a compreensão de sua língua atrapalhada e foram assim separados e espalhados pelo mundo, pois aos olhos de Deus, não era correto o sentimento de soberba e vaidade que havia aflorado devido a essa comunicação e o desenvolvimento da mesma.

*Por essa passagem, subtemde-se que o desejo de reconhecimento, adoração, superação e grandiosidade perante aos demais, é algo que deve ser tratado com cautela e estar em equilíbrio com o redor do homem, pois essa idéia de alta suficiência (sic), esse desejo de se promover e alcançar o topo, gera desavenças e possivelmente **autodestruição**; tudo isso é muito atual, pois vivemos sempre com essa idéia de poder e onipotência, procurando exaltações e reconhecimento alheio, destruindo assim, laços entre nós mesmos e gerando uma forte inclinação à alto destruição (sic), que na passagem citada é feita por Deus, no ato de separação dos homens / quebra de seus planos; e a grande responsável por todas essas ações e reações é a linguagem e seu poder de persuasão, que flui e influi em todos os aspectos da vida, seja humana ou não, pois como sabemos, a palavra Babel, significa “Confundir” e esse relato é um contraste entre a **supremacia divina e a autoconfiança do homem**. O confundir a linguagem do momento foi uma mudança de paradigmas estabelecida por Deus. Não conhecendo a língua alheia haveria um esforço supra-humano, desse homem, de querer conhecer a língua desconhecida e se relacionar pelas causas corretas, reformulando assim, seus conceitos. Acredito piamente no poder de autodestruição do homem, nessa capacidade de superação sem limites, desencadeando uma série de ações e reações contrárias às suas expectativas, além da idéia fixa em desenvolver-se cada vez mais, principalmente com essa ferramenta poderosa que é a linguagem, pois suas interpretações são as mais variadas possíveis, dando e tomando a real importância dos atos e das coisas.*

Palavras-chave: Babel, origem, evolução, línguas, Deus, comunicação, desenvolvimento, poder, separação, linguagem, confusão,

Análise do texto:

A partir da noção de **equilíbrio** entre Deus e a pretensão humana, a informante argumenta que a pretensão de se tentar se alcançar o topo, gera rompimento desse equilíbrio, o que pode causar a **autodestruição** do homem. A informante faz uma analogia do topo da Torre de Babel com o topo da pretensão humana, e da mesma maneira que houve o rompimento do equilíbrio no passado, pode continuar ocorrendo desequilíbrios no presente, efeito da arrogância humana. A informante acredita que o episódio foi real, e que causou a separação e a dispersão humana pela terra. A **linguagem** teve papel fundamental nessa passagem, tanto na persuasão e influência no início do episódio, quanto na **confusão das línguas** que malogrou o projeto de **auto-suficiência humana**, e pontuou a **supremacia divina**.

Informante 6: Natália Cabrera, 24 anos

Onde está: Ensino Médio (magistério)

Onde está: Cristã, sem vínculo denominacional declarado.

Torre de Babel (mito)

Assim como muitos livros traduzidos, a bíblia contém conceitos políticos e pessoais de seus tradutores que comprometem sua autenticidade. Mas para afirmar, seria necessário um estudo bastante complexo. Porém, o assunto que será tratado é outro. Explorarei um campo envolvendo minha visão sobre um dos textos bíblicos, que procura explicar o surgimento das diferentes línguas (Torre de Babel).

Durante muito tempo, para se explicar os fenômenos naturais, o surgimento do homem, a origem do mundo, entre outros, o homem se acercava de fatos inexistentes

para explicar a realidade. Conclui-se porém, que o mito é uma primeira tentativa do homem para compreender o mundo que o cerca.

Dessa forma, alguns fatos mencionados na bíblia, como: Torre de Babel, Adão e Eva, entre outros, são apenas mitos, que procuram explicar os mistérios vivenciado pelo povo da época.

Seria bem complicado acreditar nessas teorias sem analisar todos os fatos. Hoje temos em mãos, estudos valiosos, que comprovam a evolução das espécies, assim como o surgimento das diferentes línguas. Darwin, por exemplo, foi um pesquisador importante, que iniciou um estudo plausível, sobre a evolução das espécies. Em suas pesquisas, nos informa das diferentes modificações ocorridas pelas espécies de acordo com o local onde vivem. Em relação às linguagens, sabe-se que não passa de um processo dinâmico, que se transforma com o tempo e é análogo a evolução das espécies. Pode-se citar também as misturas das línguas, quando alguns povos dominaram ou se integraram a outros, e nessa fusão surgiram outros dialetos.

Todo o processo lingüístico fez parte da evolução humana. A verbalização da linguagem faz parte do processo evolutivo dos seres humanos. Assim como a evolução das espécies. Enfim, a bíblia é um livro importante, porém, como muitos livros, é necessário que se faça uma boa análise, ler outras teorias e consultar o cérebro. Assim, poderemos tirar nossas próprias conclusões e não sermos enganados facilmente.

Análise do texto:

A informante pressupõe, pela sua compreensão, que a narrativa é um mito. Para essa afirmação, se sustenta em algumas hipóteses: a primeira é que as traduções podem ter sofrido influências políticas e pessoais, e por esses motivos, pode por a perder sua credibilidade. A segunda é justamente baseada na mitologia, com a afirmação de que as narrativas mitológicas foram construídas para tentar explicar fenômenos inexplicáveis ao homem antigo. E a terceira hipótese é o contraponto que ela faz entre ciência e religião. Segundo a informante, a ciência explica a origem e a evolução das espécies e das línguas. Relacionando a terceira hipótese com a segunda, ela afirma que a narrativa da Torre de Babel é uma mitologia construída para explicar, ao homem antigo, a origem e a difusão das línguas. Talvez pela sua origem e religião cristã, a informante ressalta a importância da Bíblia, mas defende que se faça dela uma leitura crítica.

Informante 7: Milena Billafon

Onde está: Cursando o sétimo semestre de Enfermagem (Universidade Paulista)

Onde está: sem vínculo religioso definido.

Talvez por não ter uma visão religiosa, apesar de ser um trecho retirado da Bíblia, eu entendo que é uma "metáfora" para nada mais do que a formação de um grupo de pessoas unidas, com idéias singulares a frente de seu tempo, e do tempo do "senhor" que talvez fosse uma espécie de "rei". Assim como sempre aconteceu em toda a história da humanidade sempre que surgiram pessoas que se juntaram a fim de modificar alguma regra, idéia, antes imposta por uma autoridade maior, a mesma é dissolvida da pior ou melhor maneira possível tendo como objetivo defender a hierarquia e o poder de quem tem mais força. Seja física ou intelectual.

A informante deixa claro que, mesmo não tendo um vínculo religioso, compreende o texto como uma metáfora para uma questão política. A construção então é entendida como uma subversão do povo contra uma autoridade representada pelo Senhor. A confusão das línguas foi uma estratégia usada pelo poder para dissolver a iniciativa do povo, mantendo assim a hierarquia e, como consequência, o poder reinante.

Informante 8: Adailton G. Ferreira

Onde está: Formação Superior em Tecnologia de Redes de Computadores – UniFieo. Atualmente cursando MBA em TI e Internet - UniNove (Osasco).

Onde está: sem vínculo religioso, ex-evangélico.

Na minha compreensão, por se tratar de um texto bíblico, esse “Senhor” se refere a Deus, em uma leitura superficial dá-se a entender que Deus atrapalhou os planos de um povo o qual apenas queria fazer algo grandioso. Até mesmo a ponto de se pensar que Deus estava com medo que esse povo fosse longe demais e que até mesmo o ultrapassasse. Por outro lado esse texto sendo visto de uma forma gerencial podemos colocar da seguinte maneira.

Deus como um CEO, vendo que havia um povo (equipe) de alta capacidade (usavam piche e blocos), organizado (um único objetivo), capazes (Logo serão capazes de fazer o que quiserem), contudo todo esse talento estava sendo desperdiçado, trabalhando em um projeto que não daria em nada (uma torre que iria até o céu).

Deus apenas usou seu conhecimento e fez uma perfeita mudança estratégica. Ao mudar a linguagem utilizada até então, não diz no texto, mas deve ter sido uma grande confusão inicial (mudanças são sempre difíceis, porém necessárias), desta maneira todo aquele conhecimento se espalhou por todo o mundo.

Por mais que pareceu ter sido estranho na época, atualmente vemos que o (Logo serão capazes de fazer o que quiserem.) se cumpriu, evoluímos, fazemos o que queremos e até temos de certa forma temos uma linguagem universal, o inglês.

Análise do texto:

O informante, talvez por ter uma formação em Administração, relaciona essa passagem com conceitos corporativos. Considera Deus como um CEO (Chief Executive Officer), que, por meio de uma estratégia, espalhou os povos pelo mundo inteiro, para que aplicassem seu conhecimento em todos os lugares possíveis. Assim, Deus anulou a rebeldia do povo, direcionando sua força para a evolução do próprio povo. O informante

argumenta que, por conta disso, os objetivos do povo, de certa maneira, foram alcançados anos depois. Para isso ele exemplifica com a posse universal de uma língua em comum, o inglês.

Aplicação do objeto de estudo 2:

Informante 1: Ana Paula Fernandes

Onde está: Estudante do Primeiro Ano de Pedagogia

A compreensão é a interpretação de algo. Só há interpretação e compreensão naquilo que faz sentido para o indivíduo, que tem relação com o que ele já possui como ser. O objeto (texto, imagem, frase...) que será analisado, é o que está em jogo em relação à interpretação, em comparação à subjetividade. Do ponto de vista ontológico, o circuito da compreensão está relacionado à subjetividade individual (sic), e não, necessariamente com o que é fornecido para a interpretação. Segundo o texto, deve-se evitar esse pensamento. Para haver interpretação, é necessário haver a compreensão. O sentido é o que liga a interpretação na compreensão para que haja significado no que se analisa. Na medida em que o cognitivo começa a compreender, ele vê sentido, mas não é somente este fator que leva ao resultado definitivo.

Análise do texto:

A informante pontua o dueto compreensão-interpretação, entendendo que a compreensão só se dá no nível subjetivo e que o sentido é o que liga a compreensão à interpretação.

Informante 2: Rayane Pinheiro, 21 anos

Onde está: Estudante do quarto ano de Educação Física.

Acho que o autor tenta explicar filosoficamente como se desenvolve a compreensão, tendo como base a interatividade do ser humano com seus sentidos interiores e seu relacionamento com o mundo exterior.

Análise do texto:

A informante supõe que entendeu o texto, como se pode verificar na expressão ‘eu acho que’. Nessa suposição, ela entende a compreensão do homem como um fenômeno que se articula entre os sentidos e o mundo objetivo.

Informante 3: Sem identificação

Onde está: Professor (a) universitário (a) em São Paulo.

O que posso dizer? Não entendi bulhufas do negócio. Acho que para atribuir sentido a gente tem que pelo menos ter repertório sobre o assunto, e o meu nesse autor é zero menos zero, além do que achei o troço de uma chatice e firulice total.

Análise do texto:

O (a) informante assumiu não compreender o texto, não conhecer a bibliografia do autor, e nem o repertório sobre o assunto. Por essa razão, não conseguiu produzir o sentido necessário para a compreensão. Talvez, sem saber, ele (a) comprovou um dos pensamentos de Heidegger, quando diz que a compreensão é aquilo que produz sentido (s).

Informante 4: Andréia Gonçalves

Onde está: Bibliotecária e Professora em curso superior de Biblioteconomia

Antes de interpretar um texto o sujeito deve primeiro compreendê-lo. A compreensão surgirá com a estrutura = conhecimento prévio e de mundo que o sujeito

tem sobre o assunto do texto. O resultado da compreensão é o sentido (significado) que ele agrega ao texto. Após a compreensão e atribuição de sentido é possível articular as idéias e interpretar o texto.

Análise do texto:

A informante entende que, assim como afirma Heidegger, a interpretação se funda na compreensão. Nessa compreensão, ela afirma que a compreensão, por sua vez, se funda nos conhecimentos prévios que o leitor tem sobre determinado assunto. No entanto, ela diz que o resultado da compreensão é o significado que ele atribui ao texto. Então, segundo a informante, a produção dos sentidos é posterior à compreensão. E após a atribuição do sentido, é possível interpretar o texto.

Informante 5: Eduardo Lazzareschi de Mesquita

Onde está: Advogado

O ato de compreender é sensorial e, logicamente, somente seres humanos podem compreender os fenômenos naturais, compreensão esta condicionada à sua presença quando da ocorrência de tais fenômenos. Creio ser isso o que Heidegger quis dizer.

Análise do texto:

Partindo de um pensamento biológico, o informante argumenta que a compreensão é intrínseca à condição de ser e de presença. Ser no sentido de 'ser um humano' e presença no sentido de 'estar presente' quando os fenômenos se apresentam. De acordo com Heidegger o ente está sempre presente quando os fenômenos se dão no seu mundo, por isso, são (os fenômenos) lidos e apreendidos pela consciência, de

acordo com os mundos circundantes. Mas, apesar das afirmativas, o informante deixa transparecer que não tem certeza que compreendeu corretamente, pois sua frase final parece ser uma expressão de dúvida.

CONCLUSÕES

Após procedermos às análises dos textos, vamos relacionar os resultados dessas análises com o referencial teórico proposto, e com os objetivos e as hipóteses da tese. Lembramos que, apesar, da metodologia prever 10 (dez) questionários para o primeiro objeto de estudo, conseguimos colher respostas de apenas 8 (oito) informantes, mas esse número foi considerado suficiente para a comprovação das hipóteses e para a consecução dos objetivos.

No primeiro objeto de estudo, verificamos que as leituras se alternam entre a realidade e o mito. Procedemos então a uma organização das respostas, categorizando-as pelos conceitos de mito, realidade absoluta e realidade simbólica, e apontando os conceitos destacados pelos informantes e/ou apreendidos durante as análises dos textos. Em relação às categorias aqui escolhidas, é conveniente associá-las a sócio-cognição. Realidade, Mito e Realidade Simbólica são categorias tanto baseadas no sujeito kantiano, com seu conhecimento pré-existente, quanto no sujeito aristoteliano, com suas experiências colhidas nas vivências aplicadas à leitura do texto. Em Kant, as categorias Realidade, Mito e Realidade Simbólica podem ser assim destacadas:

Relação: inerência-subsistência, causalidade-dependência.

Qualidade: realidade, negação e limitação.

Modalidade: possibilidade- impossibilidade, existência-não existência

Onde a inerência é a própria Realidade ou o Mito, ou a Realidade Simbólica, e subsistência são as suas possíveis categorias dependentes. Causalidade-dependência aponta a relação causa e efeito que a Realidade, Mito e Realidade Simbólica mantêm entre si. A qualidade é a condição real das Categorias, negação é o não-ser das Categorias, onde Realidade é um ser, Mito é o não-ser. Em contrapartida, Mito pode ser o ser, e a Realidade pode ser o não-ser. A limitação é o limite que define até onde o ser é um ser, e o não-ser é um ser. Nas modalidades, não se definem os objetos, mas as formas como se concebem esses objetos, por meio das possibilidades e das existências dos objetos enquanto categorias.

Em Aristóteles, poderíamos categorizar a Realidade, o Mito e a Realidade Simbólica como substâncias, enquanto as demais categorias, que são parasitárias à substância, ou acidentais, podem ser relacionadas às manifestações dessas categorias em qualidade, quantidade, relação, ação, paixão ou sofrimento, lugar e tempo.

Explicamos brevemente as manifestações de categorias para justificar nossa categorização, que tem como base os fundamentos desses dois autores (Aranalde, 2009). Os conceitos aqui representados são categorizados dessa maneira, seguindo o pensamento descrito pelos informantes. Cabe explicar que os conceitos da categoria Mito, que, em última análise, podem ser conceitos de um mundo real, estão aí categorizados porque se baseiam, segundo os autores, em construções mitológicas para se explicar a realidade. Obviamente que categorizamos os conceitos a partir da realidade do texto, e das suas significações, e não a partir dos conceitos de um outro mundo,

Realidade

Informante 1: Teologia Clássica. Urbanização. Organização Política. Diversidade Étnica. Diversidade Linguística. Origem das Línguas. Estado Teocrático.

Informante 3: Surgimento das Línguas. Diversidade de Línguas. Distância entre Deus e os homens.

Informante 5: Autodestruição Humana. Linguagem. Confusão das Línguas. Auto-suficiência Humana. Supremacia Divina.

Mito

Informante 4: Parábola Pedagógica. Parábola Doutrinária. Presunção do Povo. Política.

Informante 6: Contraponto entre Ciência e Religião. Narração Mitológica sobre a Origem e a Difusão das Línguas.

Informante 7: Metáfora. Política. Manutenção do Poder. Subversão do Povo.

Realidade Simbólica

Informante 2: Teologia da Libertação. Luta de Classes. Projeto Camponês. Militarismo. Dispersão dos Povos. Preservação da Língua. Preservação da Cultura.

Informante 8: Administração. Mudança Estratégica.

Entendemos realidade simbólica como uma realidade que representa algo para o informante, mesmo que ele não afirme claramente que, para ele, o texto trata de uma realidade objetiva. O texto, para ele, simboliza um universo de significados que são aceitáveis como componentes de valores, e cujos valores somam-se às suas verdades subjetivas.

Podemos verificar que alguns dos conceitos se apresentam em mais de uma categoria, como é o caso de Política e Origem ou Surgimento das Línguas. As categorias que mais se contrapõem (mito e realidade), são as que guardam mais conceitos em comum. E os conceitos que mais se destacam em todas as categorias são os relacionados com Poder e Linguística. Abaixo, demonstramos essas relações:

Poder: Organização Política. Estado Teocrático. Luta de Classes. Projeto Camponês. Militarismo. Preservação da Cultura. Parábola Pedagógica. Parábola Doutrinária. Presunção do Povo. Política. Auto-suficiência Humana. Manutenção do Poder. Subversão. Dispersão dos Povos.

Linguística: Diversidade Linguística. Origem das Línguas. Preservação da Língua. Diversidade de Línguas. Linguagem. Metáfora. Confusão das Línguas. Difusão das Línguas.

Outra característica das respostas foi que, embora a Linguística tenha um papel central na narrativa, e tenha sido destaque entre os as respostas, dois informantes da categoria 'Mito', não mencionaram esses conceito nas suas respostas, preferindo destacar apenas os conceitos relacionados ao poder.

Além das categorias, podemos verificar a manifestação de facetas dentro dessas categorias. Um exemplo acontece no conceito de Supremacia Divina. Esse conceito, dentro da categoria Realidade, pode ser visto como um conceito teológico, ou seja, uma maneira de se ver e nomear o conceito. Dentro da categoria Mito, o mesmo conceito pode ser visto como um conceito político, podendo ser nomeado de forma diferente.

Os outros conceitos presentes nas respostas complementam esses conceitos principais, e criam o fenômeno de conceitos interdisciplinares. São eles: Diversidade Étnica. Urbanização. Administração. Mudança Estratégica. Autodestruição Humana.

Apesar de colocarmos estes últimos conceitos à parte, entendemos que tais conceitos se relacionam com os primeiros, e no limite, podem ser entendidos como reflexos dos fenômenos de Poder e Linguagem.

Os resultados da pesquisa de campo demonstraram que um único texto, submetido a diversas interpretações, geraram conceitos interdisciplinares. Abaixo, simbolizamos essas relações tomando como exemplo o pássaro tecelão de Wersig. Os conceitos de Poder e Linguística são tomados como ponto de partida para as conexões, embora numa rede os conceitos não sejam considerados principais, mas apenas participantes. Nessa apresentação, foram agrupadas as três categorias: Mito, Realidade e Realidade Simbólica. Note-se que os conceitos de teologia clássica ou teologia da libertação, assim nomeados, não estão presentes, porque não foram mencionados pelos informantes. Os informantes fizeram conexões com outros domínios, e em última instância, não podemos precisar se esses conceitos teológicos permeiam o universo conceitual aqui demonstrado.

Figura 2: Quadro conceitual. Baseado no pássaro tecelão de Wersig.

Na leitura do texto, podemos notar as conexões conceituais que acontecem e essas conexões se esparramam por alguns domínios: Administração, Teologia, Política, Etnologia, Linguística, e Urbanização. Os conceitos se relacionam entre si, criando uma rede conceitual que avança além dos chamados limites dos domínios do conhecimento. Nas leituras, constata-se que, dependendo das referências do leitor, as associações se formam de maneira a desnudar as intenções desse leitor. Citando Eco (1994), concluímos que os leitores-informantes foram leitores empíricos, e não leitores-modelo, uma vez que as intencionalidades do autor ou da obra podem não ter sido tão relevantes. Mas, apesar dessa afirmação, concordamos com Eco com relação às intencionalidades de autor e obra presentes no processo. Isso se observa, em parte, nas respostas dos

informantes. Mesmo que eles tenham referências desiguais, e, por isso mesmo, categorizem os conceitos de maneira também desigual, notamos algumas compreensões em comum, e percebemos, de forma clara, que o 'pássaro tecelão' demonstrou os limites das interpretações do texto. Os leitores, por fim, parecem ter chegado a um acordo interdisciplinar e consensual, já que ninguém, por exemplo, percebeu durante a leitura conceitos relacionados a domínios como Esportes, Química ou Matemática. Searle (2002) corrobora esse pensamento ao afirmar que as intenções de autores de ficção são conhecidas dos seus leitores, pelo menos a princípio. Os leitores de um texto de ficção provavelmente sabem, pelo menos, que a intenção daquele autor de ficção é escrever uma ficção, não, por exemplo, um fato jornalístico. Essa consciência da intenção segura as rédeas da interpretação, delimitando seus limites. Notamos que esse fenômeno também ocorre em relação ao texto aqui proposto, embora os informantes não entrem num acordo se o texto é de fato uma realidade ou uma ficção.

Partindo das reflexões sobre os resultados das pesquisas de campo, e procurando desvendar esse processo de assimilação de informação para a construção do conhecimento, procuramos esclarecer parte desse processo. O recorte que propusemos trabalha com um referencial teórico que junta elementos fundamentais para se entender esse recorte.

Para tentar entender, então, esse processo, lançamos a hipótese de que a leitura e a interpretação são fundamentais para a construção de significados nos fluxos de informação. Por fluxos de informação, reafirmamos, entenda-se o processo de transformação da informação em conhecimento. Entendemos a informação como um fenômeno que circula socialmente, e o conhecimento como um fenômeno tácito, impalpável. Ao assimilar a informação, o indivíduo recorre a referências e mecanismos que o habilitem a agregar aquela informação ao seu estado de conhecimento. Para que esse processo ocorra, o indivíduo busca informações em diversas mídias. Entendemos que, para se solidificar como fonte de informação, uma referência deve ser apreendida pela leitura. Mesmo que sejam apresentações visuais, a construção de tal apresentação passou por uma absorção de elementos textuais. Isso se dá na busca de informações para se construir a apresentação: narrativas, roteiros, depoimentos, etc. E o processo finaliza na produção final de um roteiro para a apresentação. E as leituras geram significados. Percebemos essa relação nas leituras dos informantes, quando eles, buscando suas referências, compreenderam e interpretaram o texto. Recorrendo a Heidegger e Husserl, já citados, notamos que os leitores trabalharam, a princípio, com suas vivências. A partir

daí, o texto produziu, em cada um deles, os sentidos que deram sustentação à compreensão. Compreenderam aquilo que fez sentido. A escrita que eles produziram, além de ser útil para a pesquisa, ainda corrobora a idéia de demonstrar o conhecimento adquirido, por eles, por meio da assimilação da informação. É, então, um processo circular: os informantes têm seus conhecimentos, que são frutos de vivências e experiências ao longo da vida. Essas vivências e experiências jamais são construídas isoladamente, são resultado de interações sociais, que por sua vez, se originam de ideologias. Isso ficou evidente nas relações que os informantes fizeram do texto com as suas ideologias. A princípio, fizeram leituras diferentes, por conta das diferenças ideológicas. Em seguida à leitura e compreensão, os informantes interpretaram e produziram seus textos. Podemos defender que esse processo observado, foi um processo social e cognitivo. Social em relação às vivências ideológicas, e cognitivo com relação ao trabalho subjetivo de ler, interpretar e escrever. E, mais, uma vez, social, numa potencial leitura futura dos seus textos por outros leitores. Entendemos que esse processo é sócio-cognitivo, e se fundamenta nas leituras e interpretações, que são frutos das interações sociais.

A abordagem fenomenológica desse processo, com base em Heidegger e Husserl, é que o objeto (texto) vem ao encontro do sujeito (leitor). Ele apreende o objeto exterior, ao mesmo tempo em que assimila esse objeto interiormente. Ele vê o fenômeno e o articula com seu Eu. O mundo de suas vivências é o mundo que o permite apreender o objeto. É a redução fenomenológica do mundo entre parêntese, de Husserl, que faz com que afluam as intencionalidades, e a leitura aconteça além das intenções de autor e obra, e muito além da sintaxe e da gramática. Nesse sentido, os significados é que serão percebidos a partir dos sentidos, e darão estrutura aos fluxos de informação.

Na Ciência da Informação, argumentamos então que as interpretações se fundamentam nas vivências dos leitores e, por esse motivo, entendemos que isso ocorre no nível social. Assim, ao construirmos um silogismo a partir daí, podemos afirmar que as interpretações são fenômenos sociais. Fazendo uma comparação com o campo religioso, uma vez que um dos nossos objetos de estudo tem uma característica religiosa, Seibert (2009) afirma que “a criação de novas igrejas, de modo geral, está relacionada com questões de interpretação da Bíblia”. Diante disso, verificamos que as interpretações ao texto, em partes, obedeceram à lógica ideológica e, por isso mesmo, social.

Os resultados colhidos na pesquisa apontaram pontos referentes à interpretação. Conforme já mencionado, o quadro do pássaro tecelão mostra os limites máximos das intenções dos leitores. Isso comprova que, apesar das leituras diferentes, originárias das vivências, as intenções de obra e autor se impõem, criando um limite que, de certa forma, conecta as intencionalidades, os domínios e os leitores.

Vamos agora discorrer sobre os resultados colhidos na pesquisa para o segundo objeto de estudo.

Mencionamos na metodologia que buscaríamos 5 (cinco) informantes, e conseguimos a resposta de 5 (cinco) informantes. E concluímos que as respostas recebidas alcançaram o objetivo pretendido para a comprovação de uma das hipóteses secundárias.

Os informantes teceram comentários até, em certa medida, divergentes. Esclarecemos que não pretendemos buscar uma compreensão exata do texto, mas apenas testemunhar a compreensão dos informantes durante a leitura de um texto considerado de difícil compreensão. A proposta era comprovar que textos não compreendidos não geram interpretação, e sim um novo jogo de sentidos. Descrevemos abaixo alguns comentários sobre as respostas:

Informante 1: Entende que a compreensão se dá no nível subjetivo. O sentido liga a compreensão à interpretação.

Informante 2: Entende que a compreensão se articula entre os sentidos e o mundo objetivo.

Informante 3: Entende que a compreensão se dá pela atribuição de sentidos, e que só é possível produzir sentidos por meio dos conhecimentos prévios sobre o assunto. Foi o único que tentou interpretar o texto sem compreendê-lo: ao dizer que o texto é de “uma chatice e firulice total”, ele considera, traduzindo os termos por ele utilizados, que o texto é aborrecido e sem objetivos definidos. Então a significação que ele criou pode ser considerada alheia ao texto, uma vez que ele mesmo afirma não tê-lo compreendido.

Informante 4: Entende que a compreensão surge com o conhecimento prévio e conhecimento de mundo que o leitor tem sobre o assunto. E o resultado da compreensão é o significado que ele atribui o texto, Sendo assim, a produção de sentidos é posterior à compreensão. E após a atribuição de sentido, é possível interpretar o texto.

Informante 5: Entende que a apreensão da informação e a sua compreensão são fenômenos intrínsecos ao ser humano. Então ele vivencia, nesse caso, uma experiência

biológica, até porque as informações recebidas em bases escritas só são realmente legíveis por humanos. Poderíamos argumentar que os animais irracionais também recebem informações, porém, na sua condição de animal irracional, não são capazes de compreender um texto escrito, e nem de produzir um novo conhecimento. O informante deixou transparecer, no final da sua argumentação, que ficou em dúvida se realmente o texto queria dizer aquilo que ele entendeu.

Percebemos que, comparando algumas afirmações deste texto com as informações dos informantes, ocorreram pequenas nuances de significação. Não é nossa intenção definir a correta compreensão, mas apenas ressaltar essas nuances. Os informantes acabaram realizando uma espécie de metacompreensão, uma vez que tentaram definir o conceito de compreensão ao mesmo tempo em que eles mesmos passavam por um processo de compreensão.

Consideramos um processo interessante de leitura, já que como dissemos, eles descreveram um processo simultaneamente ao momento em que viviam o mesmo processo. As impressões dos informantes partiram de suas referências de mundo (ou ausência delas), para vivenciar fenomenologicamente a experiência da informação que vem ao encontro do leitor, ao mesmo tempo em que o leitor associa suas vivências de mundo circundante com a informação recebida. Nesse processo, são os sentidos que conectam a recepção, a compreensão e a interpretação.

No referencial teórico demos ênfase também à Pragmática, conforme Wittgenstein, e à representação das coisas, vide Foucault. Entendemos Pragmática como o uso social da linguagem, e na confluência entre a sintaxe, a semântica e a pragmática, esta última é que vai permitir o compartilhamento dos conceitos, por meio da linguagem. Na construção dos significados, os informantes recorreram ao uso da linguagem para representar esses conceitos. Entre representação e pragmática existe um percurso circular, no qual o leitor busca as referências flutuantes no mundo conceitual e atrela essas referências aos objetos. Para nomear os objetos, e dar-lhes significados, o leitor recorre à representação e à pragmática, que sem ordem definida, podem ocorrer em tempos quase simultâneos.

Para expressar um conceito, o leitor o representa, e essa representação se fundamenta na linguagem como comunicação, segundo uma prática social. Os informantes que colaboraram com a pesquisa empírica, buscaram nomear os conceitos,

tornando viável a comunicação que foi incorporada ao ato da escrita por eles apresentado. O processo então foi de escolhas de termos representantes que, combinados entre si, permitiram a prática da linguagem.

Em todas as respostas, os informantes descreveram sua compreensão por meio da representação dos objetos do mundo circundante, ao mesmo tempo em que representavam o seu mundo ideológico. Na prática da descrição, os paradigmas e os sintagmas partiram de uma representação para a pragmática, estabelecendo que as escritas podem comunicar algo, e que os significados construídos, pragmaticamente, são compartilhados pelo uso da linguagem.

Mencionamos aqui Habermas (1987), na referência às relações entre os mundos popperianos, quando a confluência dos dois primeiros mundos prepara a natural produção do mundo dos conhecimentos, e Lévy (1996) quando argumenta que só a introdução de um elemento novo na linguagem pode efetivamente comunicar o conhecimento construído.

Esse elemento é a retórica, que, a partir da pragmática, desenvolve a formação do conhecimento em indivíduos e leitores. Sendo assim, os leitores-informantes, a partir das interpretações, compartilharam seus significados por meio da linguagem, ao escrever seus próprios textos.

A representação dos conceitos envolveu e fundamentou a significação, e a pragmática apoiou o compartilhamento retórico dos significados. Assim, o processo dos fluxos de informação, além das leituras e construção de significados, envolveu e foi envolvido pela representação, pela pragmática e pela retórica.

Em relação à teoria do significado, podemos verificar que os informantes, ao nomear e conceituar os referentes, se apropriaram, de maneira natural, dos triângulos infinitos (Véron, 1980). Ao construir os significados, eles categorizaram os conceitos, utilizando-se dos signos representantes. Assim, para cada signo, (da categoria Realidade, Mito ou Realidade Simbólica), os informantes compuseram sua tríade: signo, significado e referente. Na figura abaixo, exemplificamos com o signo <difusão das línguas>:

No triângulo, o referente não é explicitado, porque não se mostra de maneira clara, a não ser pelo interpretante do informante. O objeto é aquilo que vem ao ente (Heidegger), que se apresenta vindo do mundo circundante e que, nesse caso, se mostrou por meio da leitura. A apresentação do objeto (fenômeno) se dá no universo do mundo reduzido do leitor, que é o seu mundo circundante. O leitor conecta os mundos circundante e subjetivo, apreende o objeto e re-apresenta esse objeto ao mundo, quando registra e divulga suas compreensões e interpretações.

Recepção, significação, interpretação, representação e retórica se articulam, então, para construir o conhecimento. Retomando os conceitos de memória e conhecimento (capítulo 10), notamos que o leitor, ao ser motivado pela leitura, aciona seus mecanismos de memória subterrânea e conhecimento tácito que podem estar na consciência ou na inconsciência.

Ao ser induzido a registrar suas compreensões, ele relaciona seus conhecimentos e memórias com os fenômenos que se apresentam na leitura. Pela ótica social e fenomenológica, ele se baseia em seu mundo circundante para estabelecer interpretações, significações e representações.

Assim, ao formalizar um documento, ele possibilita que suas impressões sejam compartilhadas, transformando seu conhecimento em informação. Dessa maneira, o seu texto registrado pode informar alguém e, uma vez tornado disponível, pode circular socialmente.

É assim que podemos comprovar, em parte, uma das hipóteses secundárias, que afirma que só é possível produzir os fluxos e círculos de informação por meio de escritas e leituras textuais. Pelo menos, neste trabalho, os textos escritos pelos

informantes são potenciais fontes de informação para outros leitores, e os informantes, por sua vez, produziram seus textos a partir de leituras de textos escritos.

A representação documentária é um processo que nomeia, hierarquiza e relaciona os conceitos presentes numa área do conhecimento. A formalização dessa representação possibilita os trabalhos sistemáticos de análise documentária e síntese. Tanto na representação, quanto na leitura documentária, os agentes trabalham com leitura e significação. A leitura aqui é diferente da leitura textual como a que foi praticada pelos informantes neste trabalho.

A leitura documentária usa estratégias visando à recuperação da informação, e por isso, trabalha com a significação amparada nos sistemas de classificação e de linguagens documentárias que, por sua vez, procuram representar domínios do conhecimento. A leitura desse tipo também deve contemplar as variáveis relacionais de leitor, texto e contexto, porque é na contextualização de tempos, espaços e domínios que ocorre a significação.

Com o advento dos ambientes colaborativos da chamada Web 2.0, as práticas de busca de informação e construção de conhecimento podem ter sofrido algumas mudanças. Pesquisas futuras talvez demonstrem de maneira clara esse fenômeno, mas baseando-se em observações não científicas, notamos uma mudança comportamental, em relação a esses novos ambientes de colaboração.

A princípio, estatísticas não são pertinentes ao presente trabalho, mas a hipótese defendida aqui não se limita às práticas informacionais nos sistemas tradicionais, mas e sim a todo processo de assimilação de informação. Concluimos que as leituras e as construções de significados são fundamentais para os fluxos de informação, e que esse processo se ampara nas vivências, nas produções de sentidos e nas interpretações. Indo mais além, afirmamos que as representações, a pragmática e a retórica circundam todo esse processo.

Outra conclusão a que chegamos foi que as intencionalidades impõem limites à interpretação, mesmo que, a princípio não fiquem muito claras as definições de autores-modelo e leitores-modelo nesse processo.

Mais uma conclusão a que chegamos foi que, confirmando Heidegger, a não-compreensão de um texto restringe e anula a sua interpretação. Nesse caso, mesmo se vislumbrando parte das intencionalidades da obra e do autor, a compreensão textual se

anula, e esse fenômeno tem como causa lacunas no estoque de conhecimentos do leitor, notadas somente na recepção da informação. É nesse ponto que entram em cena as vivências e experiências do leitor, responsáveis pelas lacunas e pelas não-lacunas. Uma tentativa de interpretação além dos limites impostos pelas intencionalidades, e baseadas em lacunas de conhecimento, gera um novo jogo de sentidos. Esse novo jogo compõe um novo texto, que não pode ser considerado uma interpretação.

Diante disso, ao vislumbrarmos as particularidades dos ambientes colaborativos, percebemos que os sujeitos assimilam a informação, adquirem conhecimento e, mediante esse conhecimento, disseminam informação. Esse processo pode ser observado em chats, blogs, comunidades, redes sociais e outros mecanismos, como o twitter e programas de mensagens instantâneas.

Acreditamos que o que está em jogo são novas práticas de disseminação de informação, aliadas às práticas sociais colaborativas e aos usos sociais da linguagem. Essas novas práticas se utilizam de técnicas semelhantes ao sistema tradicional, mas fluem livremente, como se pode notar nas folksonomias (organizações de informações feitas pelas pessoas que alimentam e/ou visitam os sites da web). Nessas organizações, as pessoas aplicam palavras-chave, que, segundo elas, melhor representem os conteúdos dos sites. Essas palavras são chamadas de 'tags' ou 'tags clouds' (nuvens de palavras).

As hipóteses aqui lançadas e comprovadas, podem se validar tanto na representação sistemática, quanto na representação livre e desregulamentada dos colaboradores. Essa idéia também é válida para os estudos que estão em andamento sobre a Web Semântica, que além da Web Sintática, procura dar significação para os conceitos na Rede. A Web Semântica retoma, em partes, os padrões sistemáticos, porque busca organizar uma área ou domínio por meio das ontologias, que darão sustentação de conteúdos e relações às linguagens de computador que serão aplicadas aos metadados, que, por sua vez, descrevem os documentos ou recursos digitais.

O objetivo principal deste trabalho foi, pois, compreender o fluxo de informação sob o ponto de vista das leituras, dos significados e das conexões conceituais entre os domínios do conhecimento. Nesse sentido, buscamos estabelecer uma hipótese, um referencial teórico, e aplicar a hipótese a uma pesquisa. Por fim, concluímos que as leituras e a produção de significados são realmente fundamentais para a ocorrência dos fluxos de informação. Procurando nos ater a uma abordagem epistemológica e fenomenológica, construímos um trabalho sobre a teoria da leitura, que possa compreender, em partes, o universo da informação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARENGA, L. Organização da informação nas bibliotecas digitais. In: NAVES, M. M. L. (org.); KURAMOTO, H. (org.). **Organização da informação: princípios e tendências**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2006. p. 76-98.

ALVARENGA NETO, R. C. D. **Gestão do conhecimento em organizações: proposta de mapeamento conceitual integrativo**. São Paulo: Saraiva, 2008.

ANDRADE, M. E. A. Um olhar sobre representações no universo do conhecimento: o caso das micro e pequenas empresas. In: NAVES, M. M. L. (org.); KURAMOTO, H. (org.). **Organização da informação: princípios e tendências**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2006. p. 46-61.

ARANALDE, M. M. Reflexões sobre os sistemas categoriais de Aristóteles, Kant e Ranganathan. **Ciência da Informação**, v. 38, n. 1, p. 86-108, jan./abr. 2009.

ARAÚJO, C. A. A. A ciência da informação como ciência social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 21-27, set/dez. 2003.

AUSTER, P. **A trilogia de Nova York: cidade de vidro, fantasmas, o quarto fechado**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BACON, F. **Novum organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza, Nova Atlântida**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores, 13).

BARBOSA, A. P. **Novos rumos da catalogação: organização, revisão e atualização de Elza Lima e Silva Maia**. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1978. (Biblioteconomia, Documentação, Ciência da informação).

BARRETO, A. de A. Os destinos da Ciência da Informação: entre o cristal e a chama. **DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação**, n. zero, 1999.

_____. A estrutura do texto e a transferência de informação. **DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação**, v. 6, n. 3, jun. 2005.

_____. A informação em seus ritos de passagem. **DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação**, v. 2, n. 4, ago. 2001.

BELKIN, N. J. Informations concepts for information science. **Journal of Documentation**, v. 34, p. 55-85, 1978.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

BÍBLIA DE ESTUDO: Nova Tradução na Linguagem de Hoje. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2005.

BÍBLIA SAGRADA: contendo o Velho e o Novo Testamento. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição Revista e Corrigida. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969.

BLAIR, D. **Wittgenstein, language and information**: 'back to the rough ground'. Dordrecht: Springer, 2006. (Information science and knowledge management, 10).

BLUMER, H. **Symbolic Interactionism**: perspective and method. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1969.

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRADBURY, R. **Fahrenheit 451**. São Paulo: Círculo do Livro, [198-?].

BROOKES, B. C. The developing cognitive view in information science. In: INTERNATIONAL WORKSHOP ON THE COGNITIVE VIEWPOINT, 1977, p. 195-203.

_____. The foundations of information science. Part 1: Philosophical aspects. **Journal of Information Science**, v. 2, p. 125-133, 1980.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991.

CAMPELLO, B. **Introdução ao controle bibliográfico**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2006.

CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. Tradução de Ana Maria Rezende Cabral, Eduardo Wense Dias, Isis Paim, Ligia Maria Moreira Dumont, Marta Pinheiro Aun e Mônica Erichsen Nassif Borges. Disponível em <http://www.capurro.de/enancib> . Acesso em 10 abr. 2004.

_____.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

CASTRO, F. F.; SANTOS, P. L. V. A. da C. Uso das tecnologias na representação descritiva: o padrão de descrição bibliográfica semântica MarcOnt Initiative nos ambientes informacionais digitais. **Ciência da Informação**, v. 38, n. 1, p. 74-85, jan./abr. 2009.

CHAUÍ, M. Vida e Obra de Edmund Husserl. In: HUSSERL, E. **Investigações lógicas, sexta investigação**: elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Introdução. (Os Pensadores).

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2006.

CINTRA, A. M. M. **Ciência da Informação**: mimeo, 2007.

_____. **Leitura**: condições de produção, abordagens teóricas: mimeo. São Paulo, 2004.

_____. et al. **Para entender as linguagens documentárias**. 2. ed. São Paulo, 2002.

COELHO NETTO, J. T. Do paradigma do acervo para o paradigma da informação. In: SIMPÓSIO BRASIL-SUL DE INFORMAÇÃO, 1., 1996, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 1996, p. 15-30.

COLE, C. Operationalizing the notion of information as a subjective construct. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 45, n. 7, p. 465-476, 1994.

COOL, C. The concept of situation in information science. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 35, 2001.

CORETH, E. **Questões fundamentais de hermenêutica**. São Paulo: EPU; EDUSP, 1973.

CROATTO, J. S. **Hermenêutica Bíblica**: para uma teoria da leitura como produção de significado. São Leopoldo, RS: Sinodal; São Paulo: Paulinas, 1985.

DERVIN, B. An overview of sense-making research: concepts, methods and results to date. In: ANNUAL MEETING OF THE INTERNATIONAL COMMUNICATION ASSOCIATION, 1983, Dallas, Texas. Disponível em < <http://communication.sbs.ohio-state.edu/sense-making/art/artabsdervin83smoverview.html> >. Acesso em 04 set. 2009.

DIAS, E. W. Organização do conhecimento no contexto de bibliotecas tradicionais e digitais. In: NAVES, M. M. L. (org.); KURAMOTO, H. (org.). **Organização da informação**: princípios e tendências. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2006. p. 62-75.

DODEBEI, V. L. D. **Tesouro**: linguagem de representação da memória documentária. Rio de Janeiro: Interciência, 2002.

DRETSKE, F. I. **Knowledge and the flow of information**. Oxford, UK: Basil Blackwell, 1981.

ECO, U. **O conceito de texto**. São Paulo: Queiroz, EDUSP, 1984.

_____. **Os limites da interpretação**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

_____. **Seis passeios pelos bosques da ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. **O signo**. 5. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1997.

EICHER, P. **Dicionário de conceitos fundamentais de teologia**. São Paulo: Paulus, 1993.

ESCOLAR SOBRINO, H. **Historia de las bibliotecas**. 2. ed. Salamanca: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1987.

FARRADANE, J. The nature of information: definitions and concepts of information. **Journal of Information Science**, v. 1, n.1, p. 13-17, abr. 1979.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, S. P. A.; DIAS, M. da G. B. B. A leitura, a produção de sentidos e o processo inferencial. **Psicologia em Estudo**, v. 9, n. 3, p. 439-448, set./dez. 2004.

FOUCAULT, M. **As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GRACIOSO, L. de S. **Filosofia da linguagem e ciência da informação: jogos de linguagem e ação comunicativa no contexto das ações de informação em tecnologias virtuais**. 2008. 176 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - IBICT; Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

HABERMAS, J. **Teoría de La acción comunicativa: tomo 1: racionalidad de la acción comunicativa**. Madrid: Taurus, 1987. (ensayistas, 278).

HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**, parte 1. 13. ed. Petrópolis, 2004.

HUSSERL, E. **Investigações lógicas, sexta investigação: elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento**. São Paulo: Nova Cultural, 1996 (Os Pensadores).

INGWERSEN, P. **Information Retrieval Interaction**. London: Taylor Graham, 1992.

JARDIM, J. M.; FONSECA, M. O. As relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação. **Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação**, Lisboa, n. 2, p. 29-45, 1992.

KUHLTHAU, C. C. Inside the search process: information seeking from the user's perspective. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 42, n. 5, p. 361-371, 1991.

KURAMOTO, H. Sintagmas nominais: uma nova abordagem no processo de indexação. In: NAVES, M. M. L. (org.); _____. (org.). **Organização da informação: princípios e tendências**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2006. p. 117-137.

LARA, M. L. G. O unicórnio (o rinoceronte, o ornitorrinco...), a Análise Documentária e a Linguagem Documentária. **DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação**, v. 2, n. 6, dez. 2001.

LE COADIC, Y. F. **A Ciência da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1996.

LEÃO, E. C. Apresentação. In: HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**, parte 1. 13. ed. Petrópolis, 2004. Introdução.

LE GOFF, J. **História e memória**. 5. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2003.

LÉVY, P. **O que é o virtual?** São Paulo: ed. 34, 1996.

LIMA, G. A. B. Interfaces entre a ciência da informação e a ciência cognitiva. **Ciência da Informação**, v. 32, n. 1, p. 77-87, jan./abr. 2003.

_____. Organização da informação para sistemas de hipertextos. In: NAVES, M. M. L. (org.); KURAMOTO, H. (org.). **Organização da informação: princípios e tendências**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2006. p. 99-116.

LOCKE, J. **Carta acerca da tolerância, segundo tratado sobre o governo, ensaio acerca do entendimento humano**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os pensadores, 18).

MANGUEL, A. **Uma História da Leitura**. 2 ed. São Paulo, Companhia da Letras, 1997.

MASSANI, N. T. Ilya Prigogine: uma contribuição à filosofia da ciência. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, v. 30, n. 2, São Paulo, 2008.

MENDONÇA, E. S. A lingüística e a ciência da informação: estudos de uma intersecção. **Ciência da Informação**, v. 29, n. 3, p. 50-70, set./dez. 2000.

NASCIMENTO, D. M.; MARTELETO, R. M. A informação construída nos meandros dos conceitos da Teoria Social de Pierre Bordieu. **DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação**, v. 5, n. 5, out. 2004.

NASSIF, M. E.; VENÂNCIO, L. S.; HENRIQUE, L. C. J. Sujeito, contexto e tarefa na busca da informação: uma análise sob a ótica da cognição situada. **DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação**, v. 8, n. 5, out. 2007.

O ENIGMA de Kaspar Hauser. Direção: Werner Herzog. Produção: Werner Herzog. Intérpretes: Helmut Doring; Bruno S.; Walter Ladengast; Brigitte Mira e outros. Roteiro: Werner Herzog, 1974. (110 min.), son., color.

OGDEN, C. K.; RICHARDS, I. A. **O significado de significado: um estudo da influência da linguagem sobre o pensamento e sobre a ciência do simbolismo**. São Paulo: Zahar, 1976.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Documento-base do 2º Encontro sobre questões do partido: implementar a política do Partido entre os trabalhadores e por**

intermédio deles – fator estratégico para o projeto do PCdoB e para o futuro do Brasil. 2004.

PETERS, J. D. Information: notes toward a critical history. **Journal of Communication Inquiry**, v. 12, p. 10-24, 1988.

PEIRCE, C. S. O que é significado?, de Lady Welb. In:_____. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 1977. p. 157-164.

PICKLER, M. E. V. Web Semântica: ontologias como ferramentas de representação do conhecimento. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, p. 65-83, jan./abr. 2007.

PINTO, L. P. **A representação documentária e o paradigma social**. 2005. 108 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

ROUSSEAU, J. J. **Do contrato social**: discurso sobre a economia política. 7. ed. Curitiba, PR: Hemus, [s.d.].

SARACEVIC, T. Interdisciplinary nature of information science. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 24, n. 1, p. 36-41, 1995.

SCHOPENHAUER, A. **Da morte, metafísica do amor, do sofrimento do mundo**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

SCHWANTES, M. **Projetos de Esperança**: meditações sobre Gênesis 1-11. São Paulo: Paulinas, 2002. (Coleção Bíblia na mão do povo).

SEARLE, J. R. **Expressão e Significado**: estudos da teoria dos atos da fala. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **Intencionalidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SEIBERT, E. W. Líderes religiosos erram por ignorância. **Folha de Londrina**. seção opinião, 01.ago. 2009.

SHANNON, C. E.; WEAVER, W. **The mathematical theory of communication**. Chicago, London: The University Press, 1949.

SHERA, J. H.; CLEVELAND, D. B. History and foundations of Information Science. **Annual Review of Information Science and Technology**. Washington, n. 12, p. 249-275, 1977.

SILVA, A. M. et al. **Arquivística**: teoria e prática de uma ciência da informação, v. 1. Porto: Apontamento, 1998.

TÁLAMO, M. de F. G. M. A Pesquisa: recepção da informação e produção do conhecimento. **DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação**, v. 5, n. 2, abr. 2004.

_____. Terminologia e Documentação. **TradTerm**, n. 7, p. 141-151, 2001.

THORNLEY, C.; GIBB, F. Meaning in philosophy and meaning in information retrieval (IR). **Journal of Documentation**, v. 65, n. 1, p. 133-150, 2009.

TOGNOLLI, C. J. Ciência Holística. **Revista da Cultura**, p. 26-28, 2008.

VALENTIM, M. L. P. Informação e conhecimento em organizações complexas. In: _____. (Org.). **Gestão da informação e do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação**. São Paulo: Polis; Cultura Acadêmica, 2008. p. 11-25.

VERÓN, E. **A produção de sentido**. São Paulo: Cultrix; EDUSP, 1980.

WERSIG, G. Information Science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing & Management**, v. 29, n. 2, p. 229-239, 1993.

WIDDOWSON, H. G. **Discourse Analysis**. Oxford, UK: Oxford University Press, 2007.

_____. **Explorations in applied linguistics**. Oxford, UK: Oxford University Press, 1984.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas**. 5. ed. Bragança Paulista, SP: Ed. Universitária São Francisco; Petrópolis: Vozes 2008.